



RELATÓRIO & CONTAS

2013

PARUPS, S.A.

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	6
1. RELATÓRIO DE GESTÃO.....	9
1.1 INTRODUÇÃO.....	10
1.2 ÓRGÃOS SOCIAIS.....	11
1.3 ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO.....	12
1.4 EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA SOCIEDADE.....	16
1.4.1 DIREÇÃO DE GESTÃO DE ATIVOS (DGA).....	16
1.4.2 OUTRAS DIREÇÕES.....	21
1.5 ANÁLISE FINANCEIRA DA ATIVIDADE INDIVIDUAL.....	22
1.5.1 RESULTADOS E RENDIBILIDADE.....	22
1.5.2. EVOLUÇÃO DO BALANÇO.....	23
1.6 FATORES RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DE EXERCÍCIO.....	25
1.7 GESTÃO DO CAPITAL E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	25
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS.....	28
2.1 BALANÇOS INDIVIDUAIS.....	29
2.2 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS.....	30
2.3 DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL.....	31
2.4 DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL.....	32
2.5 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS.....	33
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS.....	34
3.1 NOTA INTRODUTÓRIA.....	35
3.2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	35
3.3. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPRESAS DO GRUPO.....	42
3.4. OUTROS INVESTIMENTOS.....	44
3.5. EXISTÊNCIAS.....	45
3.6. OUTRAS CONTAS A RECEBER.....	46
3.7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	47
3.8. INVESTIMENTOS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO.....	48
3.9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	48
3.10. CAPITAL.....	48
3.11. RESERVAS DE REAVALIAÇÃO, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ..	49
3.12. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS.....	49
3.13. EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS.....	50
3.14. OUTROS FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	50

3.15.ACIONISTAS	51
3.16.OUTROS PASSIVOS	51
3.17.PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE	51
3.18.VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CUSTOS DAS VENDAS	52
3.19.OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS	52
3.20. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS.....	52
3.21. GASTOS COM O PESSOAL.....	53
3.22.OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	53
3.23.CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS.....	54
3.24.PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	54
3.25.RELATO POR SEGMENTOS	54
3.26.ENTIDADES RELACIONADAS	55
3.27.DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	56
4. CERTIFICAÇÕES	64
5. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	74
APÊNDICE 1.....	80
APÊNDICE 2.....	84
6. RELATÓRIO SOBRE BOM GOVERNO.....	85
I. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS	87
I.1. MISSÃO.....	87
I.2. POLÍTICAS E LINHAS DE AÇÃO.....	88
I.3. OBJETIVOS E GRAU DE CUMPRIMENTO	89
I.4. FATORES CHAVE PARA OS RESULTADOS DA EMPRESA.....	89
II. CAPITAL	90
II.1. ESTRUTURA DE CAPITAL	90
II.2. TITULARIDADE E TRANSMISSIBILIDADE DAS AÇÕES	91
II.3. ACORDOS PARASSOCIAIS.....	91
III. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS.....	91
III.1. TITULARES DE PARTICIPAÇÕES NOUTRAS ENTIDADES.....	91
III.2. AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS	91
III.3. PRESTAÇÃO DE GARANTIAS FINANCEIRAS OU ASSUNÇÃO DE PASSIVOS.....	92
III.4. AÇÕES E OBRIGAÇÕES DETIDAS POR MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	92
III.5. RELAÇÕES SIGNIFICATIVAS DE NATUREZA COMERCIAL	92
III.6. MECANISMOS ADOTADOS PARA PREVENÇÃO DA EXISTÊNCIA DE CONFLITOS DE INTERESSE.....	92
IV. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	94
IV.A.1. COMPOSIÇÃO DA MESA DA AG, MANDATO E REMUNERAÇÃO	94
IV.A.2. DELIBERAÇÕES ACIONISTAS	94

IV.B.1. MODELO DE GOVERNO ADOTADO.....	95
IV.B.2. REGRAS ESTATUTÁRIAS	95
IV.B.3. COMPOSIÇÃO E MANDATO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	95
IV.B.4. MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	95
IV.B.5. ELEMENTOS CURRICULARES RELEVANTES	96
IV.B.6. RELAÇÕES FAMILIARES, PROFISSIONAIS OU COMERCIAIS COM ACIONISTAS.....	99
IV.B.7. REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	100
IV.B.8. FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	100
IV.B.9. COMISSÕES EXISTENTES	101
IV.C.1. ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO.....	101
IV.C.2. MEMBROS DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO	102
IV.C.4. FUNCIONAMENTO DA FISCALIZAÇÃO	105
IV.D.1. IDENTIFICAÇÃO ROC, SROC.....	105
IV.D.2. LIMITAÇÕES LEGAIS	105
IV.D.3. EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NA SOCIEDADE / GRUPO.....	105
IV.D.4. OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS À SOCIEDADE	105
IV.E.1. IDENTIFICAÇÃO AUDITOR.....	106
IV.E.2. POLÍTICA E PERIODICIDADE DA ROTAÇÃO.....	106
IV.E.3. OUTROS TRABALHOS REALIZADOS	106
IV.E.4. REMUNERAÇÃO ANUAL.....	107
V. ORGANIZAÇÃO INTERNA	108
V.A.1. ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS DA SOCIEDADE – REGRAS APLICÁVEIS.....	108
V.A.2. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES.....	108
V.A.3. POLÍTICAS ANTIFRAUDE.....	108
V.B.1. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO.....	109
V.B.2. RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO DO RISCO	109
V.B.3. MEDIDAS ADOTADAS NA POLÍTICA DE RISCO.....	110
V.B.4. DEPENDÊNCIA HIERÁRQUICA E FUNCIONAL	110
V.B.5. OUTRAS ÁREAS COM COMPETÊNCIAS DE CONTROLO DE RISCOS	110
V.B.6. PRINCIPAIS TIPOS DE RISCOS.....	111
V.B.7. PROCESSO DE GESTÃO E MITIGAÇÃO DE RISCOS	111
V.B.8. ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCO RELATIVOS AO PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA.....	111
V.C.1. REGULAMENTOS INTERNOS E REGULAMENTOS EXTERNOS.....	112
V.C.2. CÓDIGOS DE CONDUTA E DE ÉTICA	113
V.D.1. ENDEREÇO E DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA.....	114
VI. REMUNERAÇÕES	114
VI.A.1. ÓRGÃO COMPETENTE.....	114
VI.B.1. COMPOSIÇÃO.....	114

VI.C.1. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO.....	115
VI.D.1. MONTANTE ANUAL DA REMUNERAÇÃO	117
VI.D.2. INDEMNIZAÇÕES PAGAS A EX-ADMINISTRADORES EXECUTIVOS.....	117
VI.D.3. MONTANTE ANUAL DA REMUNERAÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO	117
VI.D.4. MONTANTE ANUAL DA REMUNERAÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	118
VII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS	118
VII.1. MECANISMOS DE CONTROLO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	118
VII.2. OUTRAS TRANSAÇÕES	118
VIII. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL	118
IX. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO.....	119
IX.1. CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES	119
IX.2. OUTRAS INFORMAÇÕES	119
ANEXO A – DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA PRESIDENTE C.A.	120
ANEXO A – DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA - ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO	121
ANEXO A – DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA – ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO.....	122
ANEXO A – DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA – ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO.....	123
7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	124
7.1 ANÁLISE FINANCEIRA	125
7.1.1 RESULTADOS E RENDIBILIDADE	125
7.1.2 EVOLUÇÃO DO BALANÇO.....	126
7.2 BALANÇOS CONSOLIDADOS	128
7.3 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	129
7.4 DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO	130
7.5 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOS	131
7.6 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS	132
8. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	133
9. CERTIFICAÇÕES	195

MENSAGEM DO PRESIDENTE



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Cabe a esta sociedade a gestão e alienação de um conjunto de ativos imobiliários, artísticos e financeiros adquiridos ao Grupo BPN no âmbito do seu processo de reprivatização.

Conforme decorre da sua própria origem não são ativos com fácil liquidez no mercado, nem com potencial de valorização, tendo mesmo alguns, contingências judiciais e um elevado potencial de desvalorização.

O ano de 2012 e parte de 2013 foram marcados pelo diagnóstico aos vários ativos, pela identificação das necessidades de gestão de acordo com a sua natureza e preparação para venda dos que reuniam de condições para o efeito.

Não tendo a tipologia dos ativos, a complexidade dos processos de alienação e a própria conjuntura económica, permitido que os dossiers de venda fossem mais céleres, ainda assim, foi possível à empresa em 2013, fazer um encaixe de aproximadamente €21,6 milhões, que compara com os €6,9 milhões do ano anterior.

Ficou no entanto feito em 2013 um trabalho de diagnóstico e preparação de dossiers de venda, que se irá traduzir numa evolução muito positiva no ano de 2014, quer ao nível da alienação, recuperação, e valorização de ativos, quer nas situações mais complexas e desesperadas, na minimização de riscos e encargos, alguns deles associados à degradação e vandalização dos imóveis sob gestão.

Contudo, a gestão de uma empresa desta natureza, que não presta serviços, que não produz mercadorias, que apenas gere e vende ativos, que por outras entidades foram considerados “tóxicos” e até mesmo “extravagantes”, constitui um permanente desafio, na medida em que as receitas não têm qualquer regularidade ao longo do ano, mas os custos operacionais, nomeadamente os que estão associados à gestão e manutenção dos ativos têm uma regularidade que não se compadece com estas vicissitudes.

Não tendo a empresa estrutura orgânica nem quadro de pessoal, e dependendo o seu funcionamento integralmente da estrutura orgânica da PARVALOREM, a sua estrutura de custos é reduzida pelo que, fundamentalmente, são os custos financeiros e a desvalorização dos ativos ao longo do tempo que resultam na principal preocupação do Conselho de Administração.

Não tendo a sociedade capacidade para gerar receitas que lhe permitam reduzir o elevado passivo, o que facilmente se verifica pelo facto do passivo ser 204% superior ao ativo líquido, o que resulta em grande parte, pela aquisição dos ativos ao valor nominal com financiamento bancário e juros suportados com mais endividamento, tem sido preocupação da administração a substituição de financiamento com encargos mais elevados, por financiamento com encargos mais reduzidos, o que só tem sido possível com a colaboração da tutela, substituindo o financiamento da CGD por financiamento do Estado e reduzindo, desta forma, os juros suportados e o aumento do próprio passivo.

É no entanto prioritário adequar os Capitais Próprios da empresa à sua estrutura financeira, natureza de ativos e passivos e à sua própria atividade.

Este é um desafio que temos que enfrentar a curto prazo.

Expressamos nesta oportunidade um sentido agradecimento à estrutura da PARVALOREM pelo trabalho desenvolvido, aos Órgãos Sociais, aos Auditores da Sociedade e ao Acionista ESTADO, que sempre nos apoiaram e são determinantes para ultrapassar todos os desafios com os quais nos deparamos diariamente.

Maria Paula Poças Rodrigues
Presidente do Conselho de Administração

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 Introdução

A PARUPS, S.A. é uma sociedade constituída no âmbito do processo de reestruturação financeira do BPN – BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A., cujo património resultou da aquisição ao “GRUPO BPN” de um conjunto de imóveis, obras de arte, moedas comemorativas, moedas para fins de coleção e numismática, instrumentos financeiros, quotas e créditos conexos.

A PARUPS, S.A. tem por missão gerir e potenciar a valorização e rentabilização dos ativos sob gestão, por forma a minimizar a perda para o acionista num contexto de alienação e tem por objeto social a:

- Prestação de serviços de consultoria;
- Aquisição para a sociedade de títulos, de créditos ou imóveis e correlativa gestão de bens pertencentes à sociedade. Aquisição de imóveis para revenda no âmbito destas atividades e revenda dos adquiridos para tal fim.

A gestão da PARUPS, S.A. continua a ser assegurada pela estrutura orgânica da PARVALOREM, S.A., a empresa que agrega todo o quadro de pessoal transmitido a esta sociedade através do Contrato de Trespasse celebrado, a 10 de fevereiro de 2012, entre o BPN e a PARVALOREM, S.A.



1.2 Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

JOSÉ EMÍLIO COUTINHO GARRIDO CASTEL-BRANCO (Presidente)

CRISTINA MARIA PEREIRA FREIRE (Secretária)

Mandato Membros da Mesa da Assembleia Geral :

Prazo de duração do(s) mandato(s): Triénio 2012 - 2014

Data da Deliberação Social Unânime por Escrito: 6-08-2013

Administração

MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES (Presidente)

FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE (Vogal)

BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES (Vogal)

BERNARDO XAVIER ALABAÇA (Vogal)

Mandato Administração:

Prazo de duração do(s) mandato(s): Triénio 2012 - 2014

Data da Deliberação Social Unânime por Escrito: 31-07-2012

Conselho Fiscal

MARIA ROSA TOBIAS SÁ (Presidente)

DAVID ANTONIO TEIXEIRA DE AVELAR (Vogal)

MIGUEL MENDES DE BARROS (Vogal)

Mandato Conselho Fiscal

Prazo de duração do(s) mandato(s): até final do mandato em curso 2013 - 2015

Data da deliberação: 24.09.2013

Revisor (Efetivo)

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Representada por: JOSÉ ANTÓNIO MENDES GARCIA BARATA, ROC n.º 1210

Revisor (Suplente)

CARLOS LUÍS OLIVEIRA DE MELO LOUREIRO, ROC n.º 572

Mandato Revisor

Prazo de duração do(s) mandato(s): até final do mandato em curso 2013 – 2015

Data da deliberação: 24.09.2013

1.3 Enquadramento Macro Económico

Economia Portuguesa

O Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, a continuação do processo de ajustamento da economia portuguesa, enquadrados no clima de crise económica e financeira internacional, marcaram o ano de 2013 que se caracterizou pela continuação da perda significativa de Produto e Emprego.

O processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos foi conduzido num quadro de restritividade das condições monetárias e financeiras, de manutenção da política contracionista orçamental, de desalavancagem do setor privado que determinou uma forte contração da procura interna e de manutenção de condições desfavoráveis no mercado de trabalho.

De acordo com a informação divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística, relativa ao terceiro trimestre de 2013, o PIB (*na ótica da despesa, componentes corrigidas de sazonalidade e a preços de mercado*) registou uma queda de 1,0 por cento em volume, face ao período homólogo, após uma variação de -2,0 por cento no segundo trimestre do ano. Esta estimativa para o 3º trimestre projeta uma taxa de variação homóloga positiva para o 4º trimestre de 2013.

O Banco de Portugal no seu Boletim Económico de Inverno de 2013 projeta uma contração da atividade económica de 1,5 por cento para o ano de 2013 em resultado de uma revisão em alta do crescimento do PIB e de uma alteração da sua composição, que traduz agora um maior contributo da procura interna e um menor contributo das exportações líquidas.

PROJEÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL: 2013-2015 - TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL, EM PORCENTAGEM							
	Pesos 2012	BE Inverno 2013			BE Outono 2013	BE Verão 2013	
		2013 ^(a)	2014 ^(a)	2015 ^(a)	2013 ^(a)	2013 ^(a)	2014 ^(a)
Produto Interno Bruto	100,0	-1,5	0,8	1,3	-1,6	-2,0	0,3
Consumo Privado	65,7	-2,0	0,3	0,7	-2,2	-3,4	-1,4
Consumo Público	18,2	-1,5	-2,3	-0,5	-2,0	-2,1	-3,2
Formação Bruta de Capital Fixo	16,0	-8,4	1,0	3,7	-8,4	-8,9	1,1
Procura Interna	100,6	-2,7	0,1	0,9	-3,0	-4,4	-1,2
Exportações	38,7	5,9	5,5	5,4	5,8	4,7	5,5
Importações	39,3	2,7	3,9	4,5	2,0	-1,7	2,1
Contributos para o crescimento do PIB (em p.p.)							
Exportações Líquidas		1,1	0,7	0,4	1,4	2,4	1,4
Procura Interna		-2,7	0,1	0,9	-3,1	-4,4	-1,1
da qual: Variação de Existências		0,2	0,2	0,0	0,1	-0,3	0,2
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		2,5	3,8	4,7	3,1	4,5	6,4
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		1,7	2,7	3,5	2,1	3,0	4,9
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		0,5	0,8	1,2	0,6	0,4	0,8

Fonte: BP – Boletim Económico de Inverno 2013

INDICADORES CONJUNTURA - 3º Trim 2013	2012		2013			
		IV	I	II	III	IV
CONTAS NACIONAIS						
Taxa de variação homóloga em volume						
Produto Interno Bruto	-3,2	-3,8	-4,1	-2,0	-1,0	
Consumo Privado	-5,3	-5,1	-3,9	-2,5	-1,1	
Consumo Público	-4,7	-4,0	-3,5	-2,6	-1,4	
Formação Bruta de Capital Fixo	-14,4	-12,4	-16,4	-6,4	-5,3	
Exportações	3,2	0,2	0,7	7,4	6,6	
Importações	-6,6	-1,6	-4,4	5,2	5,1	
Contributos para a taxa de variação homóloga em volume do PIB (p.p.)						
Procura interna (excluindo variação de existências)	-7,1	-6,2	-6,0	-3,1	-1,9	
Variação de existências	0,1	1,7	0,0	0,2	0,3	
Procura externa líquida	3,7	0,7	2,0	0,8	0,6	

Fonte: BP – Indicadores Conjuntura Dez13

A evolução das várias componentes ao longo dos vários trimestres do ano foi muito similar:

- A procura interna (*com variação de existências*) apresentou um contributo menos negativo para a variação homóloga do PIB de -1.6 p.p. no terceiro trimestre, após -2.9 p.p. no trimestre anterior.
- Diminuição menos intensa do consumo privado, o qual apresentou uma redução de 1,1 por cento, em termos homólogos, após uma queda de 2,5 por cento no segundo trimestre de 2013. As projeções mais recentes apontam para uma redução de 2 por cento em termos médios anuais para 2013.
- A formação bruta de capital fixo registou uma redução de 5,3 por cento, em termos homólogos, após uma queda de 6,4 por cento no segundo trimestre de 2013. A queda desta componente tem sido progressivamente menos acentuada em termos homólogos, traduzindo-se numa projeção atual que aponta para uma redução média anual de 8,4 por cento.
- O volume de exportações aumentou 6,6 por cento no terceiro trimestre, em relação ao período homólogo, após um crescimento de 7,4 por cento no trimestre anterior. A projeção atual para as exportações aponta para um crescimento médio anual de 5,9 por cento. O dinamismo das exportações conduziu a um aumento de quota de mercado das exportações portuguesas, com destaque para a exportação de bens energéticos fruto do aumento da capacidade instalada de refinação.
- As importações registaram um crescimento, relativamente ao período homólogo, semelhante nos dois períodos (5,1 e 5,2 por cento no terceiro e segundo trimestres, respetivamente). As atuais projeções do Banco de Portugal apontam para um crescimento médio anual superior ao anteriormente projetado para a segunda metade de 2013 (2,7 por cento). Esta evolução reflete o crescimento de componentes da procura com elevado conteúdo importado, como bens energéticos ou material de transporte.
- A evolução projetada para o saldo conjunto da balança corrente e de capital aponta para um excedente de 2,5 por cento do PIB em 2013, fruto da queda da

procura interna acompanhada por um aumento significativo das exportações de bens e serviços, o que se traduziu num ajustamento das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa. Para o aumento do saldo da balança corrente contribuíram todas as suas principais componentes, com destaque para a redução dos défices das balanças de bens e de rendimentos e para o aumento do excedente da balança de serviços

- A projeção da inflação, medida pelo crescimento do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), aponta para uma taxa de variação média anual de 0,5 por cento em 2013 (2,8 por cento em 2012).
- A taxa de desemprego para o 3º trimestre de 2013 foi de 15,6 por cento. A taxa média de desemprego anual projetada para o ano de 2013 aponta para 16,6 por cento contra os 15,7 por cento do ano anterior. Este agravamento traduz uma redução do emprego de 0,9 por cento em 2013 nomeadamente em setores de mão-de-obra intensiva e de níveis de qualificação baixos. O aumento do desemprego de longa duração tem ocorrido em simultâneo com um aumento do número de desencorajados e com uma redução da população ativa resultante dos fluxos migratórios.
- O índice de emprego dos indicadores de curto prazo apresentou uma redução homóloga de 3,6% em novembro (variação de -4,2% em outubro), apresentando taxas progressivamente menos negativas desde fevereiro.
- Em termos nominais, os custos do trabalho por unidade produzida na economia apresentaram uma variação homóloga de 0,6% no ano acabado no 3º trimestre de 2013, após uma variação de 0,1% no ano acabado no 2º trimestre. O índice do custo do trabalho anual de 2012, corrigido de dias úteis, situou-se em 92,8 enquanto que no 3º trimestre de 2013 atingiu os 97,7.

O enquadramento externo da economia portuguesa permaneceu desfavorável em 2013, na sequência do abrandamento da atividade económica à escala global observado em 2012.

A política orçamental em 2013 manteve-se restritiva e assentou predominantemente no aumento da receita e, em particular, dos impostos diretos. A evolução da economia foi condicionada pelo processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos, que implicou a adoção de medidas de consolidação orçamental e a desalavancagem do setor privado donde resultou uma forte contração da procura interna.

Estas medidas estão definidas no Programa de Assistência Económica e Financeira a PORTUGAL e decorre num clima macroeconómico internacional muito desfavorável e nomeadamente com uma recessão na zona do euro que só deu sinais de recuperação no 2º semestre de 2013

As projeções do Banco de Portugal já refletem o impacto da incorporação da informação mais recente (INE - meados de novembro), que apontam para um crescimento superior ao anteriormente projetado do consumo privado e das importações na segunda metade de 2013.

Em 2013, a capacidade de financiamento da economia portuguesa, medida pelo saldo conjunto das balanças corrente e de capital, deverá aumentar para cerca de 3 por cento do PIB. O aumento da capacidade de financiamento externo é um dos aspetos mais marcantes do atual processo de ajustamento da economia portuguesa. Também ao nível do acesso do setor privado aos mercados, as condições permanecem restritivas.

Nas diferentes economias da área do euro mantém-se a fragmentação dos mercados financeiros, existem grandes disparidades entre os países com notações de crédito elevadas e os países sob pressão nomeadamente, nas condições de financiamento, nas taxas de rendibilidade dos títulos de dívida soberana, nas taxas de juro dos empréstimos bancários e no custo do financiamento das empresas. No caso de Portugal, a evolução das taxas de rendibilidade da dívida pública foi também condicionada por tensões institucionais a nível interno.

Foi neste contexto adverso da economia à escala global e com o país submetido a um Programa de Assistência Económica e Financeira que a PARUPS, S.A. desenvolveu a sua principal atividade de gestão da carteira de ativos oriunda do BPN.

O boletim de indicadores de conjuntura de janeiro 2014 do Banco de Portugal indica que em novembro de 2013 a taxa de variação anual do **crédito total ao setor privado não financeiro residente concedido por entidades residentes e não residentes** diminuiu ligeiramente de -1,8 para -1,9 por cento. As sociedades não financeiras registaram uma diminuição de 0,0 para -0,3 por cento e os particulares de -4,2 para -4,3 por cento. No crédito a particulares a taxa de variação anual do crédito total para aquisição de habitação aumentou de -3,9 para -3,8 por cento, enquanto que a taxa de variação anual do crédito total para consumo e outros fins diminuiu de -5,2 para -5,3 por cento.

Um estudo divulgado pelo Banco de Portugal sobre a dispersão das taxas de juro no mercado de empréstimos a empresas indica que se mantém uma dispersão acentuada nas taxas de juro aplicadas pelos diferentes bancos e que esta situação deverá relacionar-se com (i) o fato das variáveis de análise de risco incluídas nos modelos de análise de cada banco não serem suficientes para controlarem o risco tal como é apercebido por cada banco e ainda com (ii) o fato dos bancos se financiarem a custos diferentes.

No decurso de outubro as novas operações de empréstimos a sociedades não financeiras evidenciaram uma redução das taxas de juro médias de 5,53 para 5,29 por cento. Por sua vez, as novas operações para empréstimos a particulares registaram um aumento das taxas de juro médias, no caso da habitação de 3,26 para 3,30 por cento e no caso do consumo e outros fins de 7,58 para 7,83 por cento.

Este clima macroeconómico adverso não só condicionou a evolução da atividade económica nacional e impulsionou o seu fraco dinamismo como influenciou negativamente a atividade da PARUPS, S.A..



1.4 Evolução da Atividade da Sociedade

A gestão da PARUPS, S.A continua a ser assegurada através da estrutura orgânica que correspondia à anterior Unidade de Meios destacada do BPN e transmitida para a PARVALOREM, S.A., a 10 de fevereiro de 2012. A PARUPS, S.A. não dispõe de quadro de pessoal à exceção dos elementos que compõem os Órgãos Sociais da sociedade.

O ano de 2013 pode ser considerado como o ano zero do processo de atuação estratégica no domínio da carteira de ativos originários do espólio que permaneceu no perímetro das Sociedades PAR'S após a reprivatização do BPN em março de 2012.

Apenas no decorrer deste ano foram implementadas as competências organizacionais necessárias para a referida gestão.

As condições conjunturais e envolventes dos mercados subjacentes aos ativos sobre gestão, mantiveram-se de uma forma geral adversas, apesar de alguns sinais positivos e de eventual recuperação, em alguns casos.

Os objetivos presentes mantiveram-se enquadrados na missão fundamental atribuída, i.e., proceder à alienação/liquidação das carteiras com a maximização do resultado e minimização dos custos correntes associados.

Cabe à **DGA** da PARVALOREM, S.A. (Direção de Gestão de Ativos) a gestão corrente e estratégica do património proveniente do espólio do BPN, S.A, nomeadamente nas áreas dos ativos financeiros, moedas e numismática, ativos imobiliários e património artístico.

1.4.1 Direção de Gestão de Ativos (DGA)

A atividade da **DGA** no âmbito da gestão do património existente abrange as seguintes áreas de intervenção/competências:

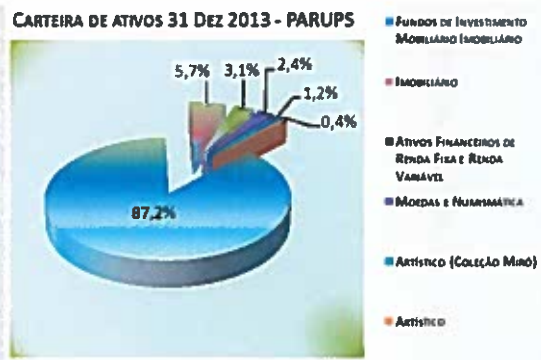
- Inventariação e avaliação;
- Gestão administrativa;
- Manutenção/Intervenção;
- Promoção;
- Comercialização;
- Representação institucional.

O património sobre gestão pode tipificar-se da seguinte forma:

- Imobiliário;
- Artístico;
- Moedas e Numismática;
- Ativos financeiros de renda fixa e renda variável;
- Fundos de investimento mobiliário e imobiliário.

Ao fecho de 2013, o valor estimado liquido para o património da PARUPS, S.A., sob gestão da **DGA**, é de €672,4 milhões com a seguinte distribuição:

Património Sob Gestão da D.G.A.	PARUPS
	Valor Estimado Líquido (m€)
Fundos de Investimento Mobiliário Imobiliário	586.325
Imobiliário	38.075
Ativos Financeiros de Renda Fixa e Renda Variável	20.928
Moedas e Numismática	15.885
Artístico (Coleção Miró)	8.238
Artístico	2.925
TOTAL	672.377

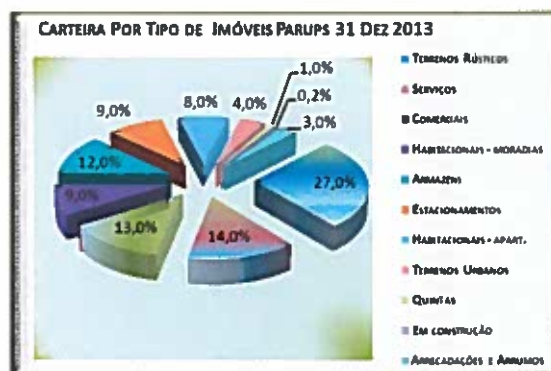


Imóveis

O volume global da carteira líquida da PARUPS, S.A., ao fecho de 2013, era de aproximadamente € 38 milhões, distribuído por um conjunto de 395 imóveis.

A carteira de imóveis sob gestão, tem como principal característica a sua heterogeneidade, fruto dos condicionalismos originários da mesma, nomeadamente por resultar na sua maioria de processos relacionados com o negócio de crédito do anterior Grupo BPN/SLN.

Os diagramas seguintes representam a distribuição da carteira da PARUPS, S.A. por tipo de imóveis:



Foi implementada em larga escala a dinamização dos processos de comercialização do património imobiliário da PARUPS, S.A., designadamente, através do alargamento da base promocional por via da implementação dos canais on-line do portal LarDoceLar, bem como do site institucional das Sociedades. No mesmo domínio, foram ainda celebrados vários contratos de mediação com empresas especializadas no setor, o que permitiu atingir resultados satisfatórios atendendo à conjuntura altamente depressiva do mercado imobiliário.

O trabalho preparatório para adequação dos imóveis recebidos foi substancial, designadamente no volume de avaliações efetuadas (121 – Parups) e no acompanhamento do processo administrativo. Acresce ainda o fato de 111 dos imóveis da PARUPS, S.A. terem condomínios sob gestão.

Principais “highlights” da atividade em 2013 na vertente de gestão da carteira de imóveis das duas sociedades:

No domínio organizacional:

- Elaboração de orçamentos plurianuais até 2016;
- Estudo de eficiência e análise da estrutura dos custos com os imóveis;
- Início do processo de pedido de suspensão do IMI para toda a carteira;
- Ao nível das tarefas administrativas registou-se um aumento significativo da carga operacional, designadamente no volume de condomínios sob gestão, no número de avaliações efetuadas e no acompanhamento dos processos de sinistros ocorridos;
- Renegociações diversas com fornecedores, com objetivo de redução de custos:
 - Empresas de administração de imóveis;
 - Empresas prestadoras de serviços de segurança;
 - Seguradoras para apólices Multi-riscos aos imóveis;
 - Empresas de avaliação.

No domínio comercial:

- Celebração de protocolos comerciais com diversas empresas mediadoras nomeadamente, com os 2 líderes de mercado;
- Promoção dos imóveis em novos canais, como o exemplo do sítio institucional da PARVALOREM, S.A. (www.parvalorem.pt) ou portal LarDoceLar (www.lardoceLAR.com);
- Celebração de protocolo com a Caixa Geral de Depósitos de condições especiais de financiamento para a aquisição de habitação própria permanente ou secundária dos imóveis das Sociedades;
- Atualização e reforço de placas de comercialização junto dos imóveis;
- Presença no Salão Imobiliário de Lisboa (SIL), no âmbito da participação conjunta liderada pela DGT.

Os resultados obtidos no enquadramento das estratégias comerciais implementadas revelam, comparativamente ao ano anterior um acréscimo no volume de imóveis alienados. Foram vendidos 20 imóveis pelo valor de € 1,8 milhões.

Obras de Arte

O património da PARUPS, S.A. nesta vertente, é composto por 13 obras da coleção de Quadros Joan Miró, sendo os outros 72 propriedade da PARVALOREM, S.A.. A coleção integral é assim, composta por 85 obras que representam a maior coleção privada mundial deste artista.

Ao fecho de 2013, o valor líquido do património PARUPS, S.A., sob gestão da DGA, está estimado em € 2,9 milhões para a coleção genérica (Acervo), correspondendo a aproximadamente 150 obras de arte, maioritariamente de pintura, mas também esculturas e outras e € 8,2 milhões para a coleção Miró.

Na vertente de gestão do património artístico, a estratégia preconizada no domínio da coleção Miró, em alinhamento com a missão de valorização dos ativos sob gestão e de promoção do seu escoamento, assegurando a realização do melhor resultado que permita criar valor para o acionista e maximizar a recuperação do esforço público inerente à operação BPN, ditou o lançamento em 2013 de um procedimento destinado à alienação daquela coleção.

Após análise e ponderação de várias soluções, a Administração em conjunto com o acionista único, concluiu que um procedimento de leilão internacional seria o procedimento adequado atento ser o mais aberto e concorrencial, assegurando o acesso a todo e qualquer interessado, sujeito à transparência e análise pública e assegurando, por esta via, o pagamento do melhor preço possível, atenta a natureza de um leilão.

Dada a dimensão internacional das obras e o seu valor, sempre importaria entregar a condução do processo a entidade internacional, com elevada experiência, que assegurasse a melhor promoção e regularidade de todo o processo até à entrega aos compradores finais pela melhor proposta.

Após elaboração de um estudo exaustivo e considerando a prioridade de todo o procedimento ser isento de custos ou encargos, devendo qualquer valor inerente ao procedimento de venda dos ativos ser suportado pelo adquirente final foi pelo Conselho de Administração aprovado, em 5 de setembro de 2013, um procedimento de ajuste direto destinado à celebração de um contrato de prestação de serviços para colocação de obras de arte em leilão.

Em consequência e com a colaboração da assessoria técnica e jurídica necessária à definição dos critérios de avaliação de propostas, foram aprovados o convite à apresentação de propostas e o caderno de encargos e foram convidadas as leiloeiras BONHAMS, CHRISTIE'S, PHILLIPS E SOTHEBY'S.

Após apresentação de propostas passaram à fase de negociação de propostas as leiloeiras CHRISTIE'S e SOTHEBY'S, tendo a primeira oferecido a proposta economicamente mais vantajosa considerando, entre outros, os seguintes fatores que densificaram o critério de adjudicação: Competência técnica e histórico de vendas, encargos envolvidos e comissionamento, avaliação da coleção e estimativas de venda, qualidade técnica, plano de marketing e mercados alvo e solidez jurídica das propostas contratuais.

Assim, o Conselho de Administração deliberou, no dia 19 de novembro, aprovar o relatório final, aceitar a ordenação final das propostas e adjudicar a prestação de serviços ao concorrente ordenado em primeiro lugar, a CRHISTIE'S. A comunicação de adjudicação à leiloeira ocorreu no dia 21 de novembro estando prevista a realização do leilão internacional no decorrer do ano de 2014.

Relativamente ao restante acervo de obras de arte da PARUPS, S.A. foi iniciado o processo de inventariação, armazenagem e avaliação, o que permitirá, caso existam condições processuais para o efeito, iniciar o processo de valorização e comercialização destes ativos também em 2014.

Resumidamente foram então estes os principais “highlights” da atividade em 2013 na vertente de gestão do património artístico:

- Preparação do processo de venda da coleção Miró;
- Início do processo de inventariação física/localização/documental e registo fotográfico do restante Acervo;
- Elaboração do processo de avaliação do Acervo;
- Estudo do plano estratégico para venda do Acervo.

Moedas e Numismática

Este património, propriedade da PARUPS, S.A., é essencialmente constituído pelas várias séries de moedas do Euro2004, sendo que adicionalmente, existem vários outros itens numismáticos.

O valor estimado deste portfólio é de € 16 milhões, sendo que € 15,9 milhões dizem respeito às moedas do Euro2004.

O principal ativo desta classe é a coleção de moedas do Euro 2004, sendo que os restantes representam um portfólio pouco significativo.

Na sequência do estudo efetuado de viabilidade de alienação por via da promoção de uma consulta internacional aos principais agentes de mercado, obteve-se o acordo da DGT à alienação do ativo apenas em dezembro 2013, pelo que o processo só pode ter início no decorrer do ano de 2014, após alguns trâmites processuais ultrapassados.

Ativos Financeiros

A DGA deu continuidade à gestão e manutenção do Programa de Papel Comercial e dos Empréstimos Obrigacionistas das PAR'S, bem como do conjunto de ativos financeiros detidos pela PARUPS, S.A..

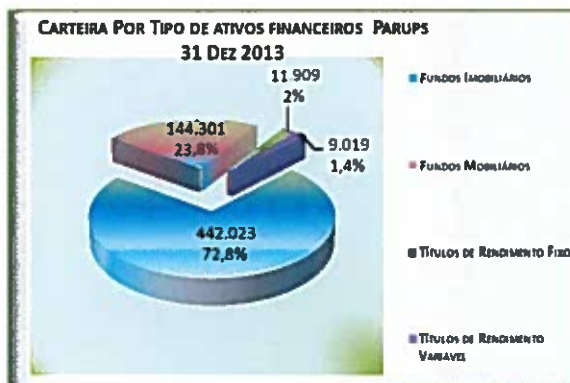
Fazem parte deste portfólio variadíssimos tipos de ativos financeiros, que resultaram do espólio das carteiras do BPN, SA e de outras entidades relacionadas.

96,5% da carteira da PARUPS, S.A. é constituída por fundos mobiliários e imobiliários.

O valor global deste portfólio, ao fecho de 2013, era de € 607 milhões, sendo que €586,3 milhões dizem respeito a fundos de investimento mobiliários e imobiliários.

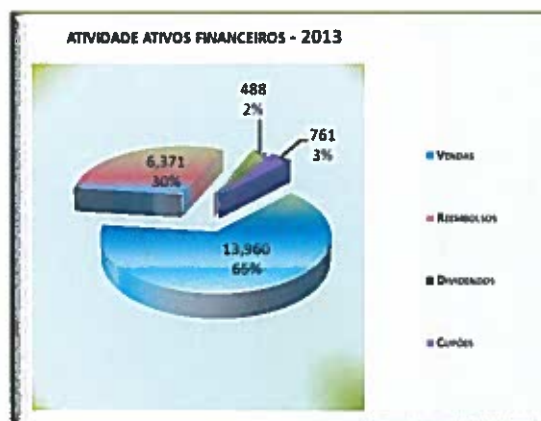


O diagrama seguinte resume a distribuição deste portfólio por tipo de investimento:



No domínio da carteira de ativos financeiros os resultados obtidos foram dentro das expectativas, beneficiando de um comportamento dos mercados subjacentes favorável em termos de valorização, permitindo, por isto, alienar em condições desejáveis um conjunto determinado de ativos.

Efetivamente, seja por via de reembolsos de capital, ou de cupões e dividendos recebidos, seja por via do resultado pelas vendas efectuadas, foi atingido um encaixe financeiro total de aproximadamente € 21,6 milhões, o que representa um aumento significativo comparativamente ao ano anterior em que o encaixe foi de €6,9 milhões.



1.4.2 Outras Direções

A gestão da PARUPS, S.A. continua a ser assegurada pelas áreas funcionais da PARVALOREM, S.A e os recursos informáticos e de comunicação são partilhados por todo o universo das PAR'S, nomeadamente o serviço de Outsourcing de infraestruturas de IT e a infraestrutura de comunicações (*dados e voz*) e segurança.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

1.5 Análise Financeira da Atividade Individual

1.5.1 Resultados e Rendibilidade

milhares €

	2012	2013	Variação Valor
Vendas e prestações de serviços	1.518	1.768	250
Outros proveitos operacionais	3.381	2.074	(1.307)
Total de proveitos operacionais	4.899	3.842	(1.057)
Custo das vendas	(1.522)	(2.180)	(658)
Fornecimentos e serviços externos	(621)	(714)	(93)
Gastos com o pessoal	(69)	(140)	(71)
Provisões e perdas por imparidade	(88.913)	(48.245)	40.668
Outros custos operacionais	(8.952)	(10.382)	(1.430)
Total de custos operacionais	(100.077)	(61.661)	38.416
Custos e perdas financeiros	(76.410)	(52.627)	23.783
Proveitos e ganhos financeiros	538	781	243
	(75.872)	(51.846)	24.026
Imposto sobre o rendimento do período	-	(2)	(2)
Resultado líquido do exercício	(171.050)	(109.667)	61.383

No final do exercício de 2013, o Resultado Líquido cifrou-se num prejuízo de 109,7 milhões de euros, o que traduz uma variação positiva de 61,4 milhões de euros face ao resultado verificado em 2012. Esta quebra no volume de prejuízos anuais é uma consequência, por um lado, da diminuição das provisões e perdas por imparidade e, por outro lado, da redução dos custos e perdas financeiros em face da amortização de empréstimos bancários e da redução do custo médio do passivo financeiro.

Para o resultado do ano, à semelhança do ocorrido no exercício anterior, contribuíram essencialmente as rubricas de Provisões e perdas por imparidade e de Custos e perdas financeiros, respetivamente com 48,2 e 52,6 milhões de euros.

As Provisões e perdas por imparidade do exercício incorporam 36 milhões de euros afetos aos investimentos financeiros, 1,2 milhões de euros da carteira de imóveis e 11 milhões de euros respeitantes a obras de arte.

No total dos Custos e perdas financeiros, 28,1 milhões de euros respeitam a juros do empréstimo obrigacionista e os restantes 24,5 milhões de euros a juros de empréstimos bancários e outros empréstimos.

Os Outros Custos Operacionais ascenderam a 10,3 milhões euros, montante que inclui 8,7 milhões de euros relativos a menos valias com a venda de títulos.

Os Proveitos operacionais totalizaram 3,8 milhões de euros o que representa uma quebra de 1 milhão de euros relativamente ao alcançado no exercício anterior.

1.5.2. Evolução do Balanço

milhares €

	2012	2013	Variação Valor
Ativo			
<u>Ativo não corrente:</u>			
Investimentos em associadas e emp. do grupo	519	-	(519)
Outros Investimentos	671.776	607.032	(64.744)
	672.295	607.032	(65.263)
<u>Ativo corrente:</u>			
Existências	79.235	65.124	(14.111)
Outras contas a receber	4.768	3.315	(1.453)
Estado e outros entes públicos	497	305	(192)
Investimentos detidos para negociação	120	220	100
Caixa e equivalentes de caixa	7.738	17.736	9.998
	92.358	86.700	(5.658)
Total do Ativo	764.653	693.732	(70.921)

Em 31 de dezembro de 2013, o Ativo Líquido da sociedade situou-se em 693,7 milhões de euros, o que significou um decréscimo de 70,9 milhões de euros (-9,3%) face ao alcançado no final de 2012.

No final do exercício os saldos das rubricas Investimentos em Associadas e Outros investimentos, líquidos de imparidades, ascenderam a 607 milhões de euros, o que significou um decréscimo de 65,2 milhões de euros face ao alcançado no final do ano anterior.

O Ativo Corrente líquido de imparidades totalizou 86,7 milhões de euros o que constituiu um decréscimo de ativo líquido de 5,7 milhões de euros face ao saldo do final do exercício anterior.

milhares €	2012	2013	Varição Valor
Capital próprio			
Capital social	50	50	-
Resultados transitados	(448.386)	(619.448)	(171.062)
Reservas de reavaliação	8.399	7.068	(1.331)
Resultado líquido do exercício	(171.050)	(109.667)	61.383
Total do Capital próprio	(610.987)	(721.997)	(111.010)
Passivo			
<u>Passivo não corrente:</u>			
Empréstimos bancários	289.917	71.469	(218.448)
Empréstimos obrigacionistas	727.850	691.604	(36.246)
Outros financiamentos obtidos	322.473	616.825	294.352
	1.340.240	1.379.898	39.658
<u>Passivo corrente:</u>			
Acionistas	35.193	35.193	-
Fornecedores	98	56	(42)
Estado e outros entes públicos	4	6	2
Outros passivos	105	576	471
	35.400	35.831	431
Total do Passivo	1.375.640	1.415.729	40.089
Total do Capital Próprio e do Passivo	764.653	693.732	(70.921)

O Passivo não corrente totalizou 1.379,9 milhões de euros, o que correspondeu a um acréscimo de 39,7 milhões de euros comparativamente com o saldo do final do ano anterior. Na composição deste passivo, ocorreram amortizações parciais de empréstimos bancários e obrigacionista que foram compensadas através do aumento da rubrica de Outros financiamentos obtidos, designadamente com a contratualização de dois empréstimos com o ESTADO PORTUGUÊS, através da DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS.

O Passivo corrente ascendeu a 35,8 milhões de euros, não tendo havido uma variação significativa face a 2012.

O Capital Próprio da PARUPS diminuiu 111 milhões de euros durante o ano de 2013. O Resultado líquido do exercício, traduzido por um prejuízo de 109,7 milhões de euros, e o decréscimo de 1,3 milhões de euros das Reservas de reavaliação, contribuíram para que no final do exercício de 2013 os Capitais próprios se cifrassem no montante negativo de 722 milhões de euros.

1.6 Fatores Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício

O evento relevante ocorrido após 31 de dezembro de 2013 a assinalar foi a não realização, por contingências externas conhecidas, do leilão internacional para as obras do pintor Joan Miró agendado para fevereiro de 2014 estando prevista, no entanto, a sua realização no decorrer ainda do ano de 2014.

1.7 Gestão do Capital e Proposta de Aplicação de Resultados

As demonstrações financeiras da Sociedade, em 31 de dezembro de 2013, apresentam capitais próprios negativos de 721.997 milhares de euros, situação a que se aplica o artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que o Conselho de Administração irá solicitar ao acionista que tome as medidas julgadas convenientes relativamente à perda de mais de metade do capital social da Sociedade.

Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, negativo em 109.667.221,8 euros, seja totalmente transferido para Resultados Transitados.

Lisboa, 30 de maio 2014

Conselho de Administração



Presidente

Maria Paula Poças Rodrigues



Vogal

Francisco Domingos Ribeiro Nogueira Leite



Vogal

Bruno Raposo de Castro Henriques



Vogal

Bernardo Xavier Alabaça

ANEXO I

Para efeitos do n.º 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, durante o exercício de 2013, cada um dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização não possuía qualquer ação ou obrigação das referidas nos números 1 e 2 do mesmo preceito legal.

ANEXO II

Para efeitos do n.º 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, até 13 de fevereiro do exercício de 2012, o BPN – BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A. foi o acionista único da PARUPS, S.A.. A partir 14 de fevereiro o ESTADO PORTUGUÊS, através da DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS tornou-se o acionista único da sociedade, mantendo-se, nesta data, essa situação.

ANEXO III

Para efeitos do n.º 4 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários informa-se que:

1. O ESTADO PORTUGUÊS através da DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS é o acionista único da sociedade;
2. Não há acionistas titulares de direitos especiais;
3. Não há restrições em matéria de direito de voto, exceto a que se refere à correspondência de um voto a cada grupo de cem ações;
4. Os membros do Conselho de Administração são nomeados e substituídos nos termos legalmente previstos, cabendo à Assembleia Geral indicar o Presidente;
5. O Conselho de Administração tem poderes de gestão da sociedade e os estatutos não lhe atribuem competência para deliberar sobre o aumento do capital social;
6. A alteração dos estatutos e o aumento do capital social são competências da Assembleia Geral, sendo que os estatutos da sociedade estabelecem que (i) as deliberações são tomadas por maioria dos votos emitidos, correspondendo um voto a cada grupo de cem ações, e (ii) as deliberações sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução da sociedade ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, sem a especificar, devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, quer a Assembleia reúna em primeira quer em segunda convocação.

ANEXO IV

Lista a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 8º da Instrução n.º 5/2008 de COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS:

- O ESTADO PORTUGUÊS através da DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS, detém 10.000 ações (100% do capital social), 100% dos direitos de voto.

ANEXO V

Artigo 13º do REGIME JURÍDICO DO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO E DAS EMPRESAS PÚBLICAS

O Conselho de Administração da sociedade é composto por quatro elementos, sendo um deles designado Presidente.

Mandato 2012-2014

MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES

Presidente

FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE

Vogal

BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES

Vogal

BERNARDO XAVIER ALABAÇA

Vogal

As funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração e as funções exercidas pelos mesmos noutras empresas encontram-se indicadas no ponto IVB8 do Relatório do Governo Societário.

Durante o exercício de 2013 realizaram-se 46 (*quarenta e seis*) reuniões do Conselho de Administração.

A DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A. tem a função de “Revisor Oficial de Contas” da PARUPS, S.A.



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS



2.1 Balanços Individuais

PARUPS, S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2013		2012		Notas	2013	2012
		Activo bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido			
ACTIVO								
Activos não correntes:								
Investimentos em associadas e empresas do grupo	3	17.885	(17.885)	-	519	12	71.469	289.917
Outros investimentos	4	1.022.452	(415.420)	607.032	671.776	13	691.604	727.850
Total de activos não correntes		1.040.337	(433.305)	607.032	672.295	14	618.825	322.473
							1.379.898	1.340.240
Activos correntes:								
Existências	5	122.837	(57.713)	65.124	79.235	15	35.193	35.193
Outras contas a receber	6	3.315	-	3.315	4.769		56	98
Estado e outros entes públicos	7	305	-	305	497	7	6	4
Investimentos deidos para negociação	8	220	-	220	120	16	578	105
Caixa e equivalentes de caixa	9	17.736	-	17.736	7.739		35.831	35.400
Total de activos correntes		144.413	(57.713)	86.700	92.359		1.415.728	1.375.640
Total do activo		1.184.750	(491.018)	663.732	764.653			
Passivos não correntes:								
Empresas bancárias								
Empresas obrigacionistas								
Outros financiamentos obtidos								
Total de passivos não correntes								
Passivos correntes:								
Accionistas								
Fornecedores								
Estado e outros entes públicos								
Outros passivos								
Total de passivos correntes								
Total do Passivo								
Capital próprio:								
Capital social	10						50	50
Reservas de reavaliação	11						7.068	8.399
Resultados transferidos							(619.448)	(448.386)
Resultado líquido do exercício	11						(109.667)	(171.050)
Total do capital próprio							(721.997)	(610.987)
Total de passivo e de capital próprio							693.732	764.653

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

2.2 Demonstrações dos Resultados Individuais

PARUPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAISPARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2013	2012
Vendas e prestações de serviços	18	1.768	1.518
Outros proventos operacionais	19	2.074	3.381
Total de proventos operacionais		3.842	4.899
Custos operacionais:			
Custo das vendas	18	(2.180)	(1.522)
Fornecimentos e serviços externos	20	(714)	(621)
Gastos com o pessoal	21	(140)	(69)
Provisões e perdas por imparidade	17	(48.245)	(88.913)
Outros custos operacionais	22	(10.382)	(8.952)
Total de custos operacionais		(61.661)	(100.077)
Resultados operacionais		(57.819)	(95.178)
Custos e perdas financeiros	23	(52.627)	(76.410)
Proventos e ganhos financeiros	24	781	538
Resultado líquido do exercício antes de imposto		(109.665)	(171.050)
Imposto sobre o rendimento do período	7	(2)	-
Resultado líquido do exercício		(109.667)	(171.050)
Número médio de ações ordinárias emitidas	10	10.000	10.000
Resultado por ação (milhares de Euros)		(89,99)	(58,46)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

2.3 Demonstrações das Alterações no Capital Próprio Individual

PARUPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUALPARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital social	Reservas de reavaliação	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	50	1.749	(16.439)	(431.959)	(446.599)
Aplicação do resultado de 2011	-	-	(431.959)	431.959	-
Outros	-	-	12	-	12
Rendimento integral do exercício	-	6.650	-	(171.050)	(164.400)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	50	8.399	(448.386)	(171.050)	(610.987)
Aplicação do resultado de 2012	-	-	(171.050)	171.050	-
Outros	-	-	(12)	-	(12)
Rendimento integral do exercício	-	(1.331)	-	(109.667)	(110.998)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	50	7.068	(619.448)	(109.667)	(721.997)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

2.4 Demonstrações do Rendimento Integral Individual

PARUPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2013	2012
Resultado líquido individual do exercício	<u>(109.667)</u>	<u>(171.050)</u>
Outros investimentos:		
Reavaliação de outros investimentos	(1.331)	6.650
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	<u>(1.331)</u>	<u>6.650</u>
Rendimento Integral Individual do exercício	<u>(110.998)</u>	<u>(164.400)</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

2.5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individuais

PARUPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2013	2012
ACTIVIDADE OPERACIONAL		
Recebimentos de clientes	93	519
Pagamentos a fornecedores	(805)	(627)
Pagamentos ao pessoal	(93)	(42)
Caixa gerada pelas operações	(805)	(150)
Pagamento do imposto sobre o rendimento	390	(2)
Outros recebimentos	-	135
Outros pagamentos	(701)	(2.893)
	(311)	(2.560)
	(1.116)	(2.710)
Fluxo da actividade operacional		
ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO		
(Pagamentos) / recebimentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	20.820	57.286
Juros obtidos	872	-
Existências	1.675	(10.058)
Outros activos	550	(42.550)
Fluxo da actividade de investimento	23.917	4.678
ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	283.190	356.250
	283.190	356.250
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(256.181)	(275.902)
Outros juros pagos	(39.796)	(75.565)
	(295.977)	(351.467)
Fluxos da actividade de financiamento	(12.787)	4.783
Varição de caixa e equivalentes de caixa	10.014	6.751
Efeito das diferenças de câmbio	(16)	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.738	987
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	17.736	7.738

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

3.1 Nota Introdutória

A PARUPS, S.A. ("Sociedade" ou "Parups") foi constituída através de escritura pública celebrada em 16 de setembro de 2010, tendo iniciado a sua atividade em 2 de novembro de 2010. A Sociedade tem por objeto social a prestação de serviços de consultoria, aquisição para a Sociedade de títulos, de créditos ou imóveis e a respetiva gestão de bens pertencentes à Sociedade. Aquisição de imóveis para revenda.

Em dezembro de 2010, a Sociedade adquiriu ao BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A. (BPN), entidade atualmente designada por BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A., ao BANCO EFISA, S.A. e à BPN CRÉDITO - IFIC, S.A., um conjunto de ativos que se encontravam nos seus balanços em 30 de novembro de 2010, pelo seu valor nominal. No âmbito desta operação, o BPN prestou uma carta-conforto à Sociedade, válida enquanto esta entidade fosse por si detida, garantindo quaisquer danos incorridos por esta, na medida do enriquecimento obtido pelo BPN e pelas suas filiais, na alienação daqueles ativos, motivo pelo qual o Conselho de Administração entendeu não registar quaisquer imparidades nas demonstrações financeiras da Sociedade.

No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do BPN, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de junho, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da PARUPS, operação que se concretizou em fevereiro de 2012. Com a aprovação deste despacho, a PARUPS passou durante o exercício de 2011, a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. Com esta operação, cessou a carta-conforto prestada pelo BPN, tendo o Conselho de Administração da Sociedade refletido nas demonstrações financeiras do exercício de 2011, o reconhecimento das imparidades para os ativos adquiridos.

Em 9 de dezembro de 2011 foi assinado entre os acionistas do Banco BIC Português, S.A. e o Estado Português um Acordo Quadro relativo à aquisição da totalidade do capital social do BPN, operação que se concretizou em 30 de março de 2012. Decorrente do processo de reprivatização do BPN, a Sociedade adquiriu, durante o exercício de 2012, um conjunto de ativos a esta entidade.

As demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2013 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

3.2 Políticas Contabilísticas

3.2.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos da Sociedade mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS"), tal como adotadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo Accounting Standards Interpretations Committee ("SIC"), que tenham sido adotadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à atividade individual da Sociedade, os investimentos em associadas e empresas do grupo encontram-se registados ao custo de aquisição. A Sociedade irá preparar, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, para publicação em separado.

3.2.2. Adoção de novas normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

A Sociedade utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efetivas para os períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2011, desde que aprovadas pela União Europeia.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“endorsed”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

Norma/ interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 1 – Emenda - Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro (Empréstimos do governo)	01-Jan-13	Esta emenda isenta as entidades que adoptam pela primeira vez as IFRS da aplicação retrospectiva das disposições da IAS 39 e do parágrafo 10A da IAS 20 relativas a empréstimos do governo.
IFRS 7 – Emenda - Instrumentos Financeiros: divulgações (Compensação entre activos financeiros e passivos financeiros)	01-Jan-13	Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível dos instrumentos financeiros, em particular as relacionadas com a compensação entre activos e passivos financeiros
IAS 1 – Emenda - Apresentação de Demonstrações Financeiras (Outro rendimento integral)	01-Jul-12	Esta emenda consubstancia-se nas seguintes alterações: (i) os itens que compõem o Outro Rendimento Integral e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente; e (ii) a Demonstração do Resultado Integral passa também a denominar-se Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral
Revisão da norma IAS 19 – Benefícios a Empregados	01-Jan-13	A revisão desta norma contemplou diversas alterações, nomeadamente: (i) reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais e financeiros decorrentes de diferenças entre os pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades e do rendimento esperado dos activos e os valores efectivamente verificados, assim como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais e financeiros ocorridos no exercício, por contrapartida de reservas (outro rendimento integral); (ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro na determinação do valor presente das responsabilidades e do retorno esperado dos activos do plano; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos liquidados com juros; (iv) introdução de novas exigências em termos de divulgação.
IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor (nova norma)	01-Jan-13	Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor.
IFRIC 20 – Registo de certos custos na fase de produção de uma mina a céu aberto	01-Jan-13	Esta interpretação clarifica o registo de certos custos incorridos durante a fase de produção numa mina a céu aberto.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2009-2011)	01-Jan-13	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente IFRS 1 (aplicação repetida da norma), IAS 1 (informação comparativa), IAS 16 (equipamento de serviço), IAS 32 (efeito fiscal da distribuição de instrumentos de capital próprio) e IAS 34 (informação de segmentos).

A aplicação destas Normas e Interpretações não teve impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, encontram-se disponíveis para adoção antecipada as seguintes normas e interpretações já adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas	01-Jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" e a SIC 12 – "Consolidação – Entidades com finalidade especial". Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
IFRS 11 – Acordos conjuntos	01-Jan-14	Esta norma substitui a IAS 31 – "Empreendimentos conjuntos" e a SIC 13 – "Entidades controladas conjuntamente – contribuições não monetárias por empreendedores" e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
IFRS 12 – Divulgações sobre participações noutras entidades	01-Jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – "Investimentos em associadas" e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – "Acordos conjuntos". É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
IFRS 10 – Emenda (Demonstrações Financeiras Consolidadas) IFRS 12 – Emenda (Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades - Entidades de Investimento)	01-Jan-14	Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadram na definição de entidades de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos deidos por essas entidades de investimento. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
IAS 32 – Emenda (Compensação entre activos e passivos financeiros)	01-Jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
IAS 36 – Emenda (Divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros)	01-Jan-14	Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou activos intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Esta norma vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os activos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
IAS 39 – Emenda (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	01-Jan-14	Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

Apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, estas normas não foram adotadas pela Sociedade no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias ainda não adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma	
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores	Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos activos financeiros.
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2013)	A emenda à IFRS 9 insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. A IFRS 7 foi igualmente revista em resultado desta emenda.
IFRS 7 – Divulgações de instrumentos financeiros	A emenda à IFRS 9 insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. A IFRS 7 foi igualmente revista em resultado desta emenda.
IAS 19 – Benefícios aos empregados	Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado	Esta emenda vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pela Sociedade no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

3.2.3. Princípios contabilísticos

Os princípios contabilísticos mais significativos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras, foram os seguintes:

a) Especialização de exercícios

A Sociedade regista os proveitos e custos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Investimentos em associadas e empresas do grupo

Esta rubrica inclui as participações em empresas e em fundos de investimento nas quais a Sociedade exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas atividades, as quais são denominadas “filiais”. Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

Inclui ainda as participações em empresas e em fundos de investimento em que a Sociedade tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão (“associadas”). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Estes ativos são registados ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade, de acordo com a Norma IAS 36. Aquando da existência de imparidade, o valor de balanço é ajustado pelo montante correspondente à participação no capital próprio das participadas (Nota 3). Nas situações em que o valor do capital próprio das participadas é negativo, a Sociedade regista adicionalmente uma provisão para a sua participação nas perdas dessas entidades na rubrica “Provisões para outros riscos e encargos”.

3.2.4. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

Na preparação das demonstrações financeiras individuais, as transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como ações, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

3.2.5. Instrumentos financeiros

a) Investimentos

Os investimentos são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

i) Investimentos detidos para negociação

Os investimentos detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável, obrigações e outros títulos transacionados em mercados ativos, adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo, bem como derivados. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica de investimentos detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os investimentos e passivos financeiros detidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros inerentes aos investimentos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efetiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Rendimentos e ganhos financeiros".

Os dividendos são reconhecidos quando atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

ii) Outros investimentos

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros:

- Unidades de participação em fundos de investimento;
- Ações; e
- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo.



Os outros investimentos são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capital próprio, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Rendimentos e ganhos financeiros" ou "Provisões e perdas por imparidade", respetivamente.

Para efeitos da determinação dos resultados na venda, os investimentos vendidos são valorizados pelo custo médio ponderado de aquisição.

Os juros de instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em "Rendimentos e ganhos financeiros" da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos e ganhos financeiros" quando é estabelecido o direito da Sociedade ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os investimentos registados na categoria de "Investimentos detidos para negociação" e "Ativos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de investimentos financeiros é determinado com base em:

- Preços (*bid prices*) difundidos por meios de difusão de informação financeira;
- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos.

b) Imparidade para outros investimentos

Conforme referido na Nota 2.5. a), os outros investimentos são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação".

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica "Provisões e perdas por imparidade".

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em "Reservas de reavaliação". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas, exceto no momento da alienação do ativo.

3.2.6. Existências

As existências encontram-se valorizadas ao menor do custo de aquisição ou valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda deduzido dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.2.7. Impostos sobre lucros

Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

A Sociedade não reconheceu impostos diferidos ativos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

3.2.8. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Sociedade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade incluem as abaixo apresentadas.

Continuidade de operações

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade em 31 de dezembro de 2013, apresentam capitais próprios negativos no montante de 721.997 mEuros, o que põe em causa a continuidade das operações e obriga à aplicação das normas constantes do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No âmbito do processo de privatização do BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A. (BPN), acionista da Sociedade, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da PARUPS, operação que se concretizou em fevereiro de 2012, tendo passado a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, e o Estado português assumido diretamente todos os direitos e obrigações relacionadas com a Sociedade.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, a Sociedade valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizadas técnicas de valorização baseadas nas ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Impostos diferidos não registados

A Sociedade não reconheceu impostos diferidos ativos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

3.3. Investimentos em Associadas e Empresas do Grupo

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Instrumentos de capital	12.029	12.029
Suprimentos	5.856	5.856
	<u>17.885</u>	<u>17.885</u>
Imparidade (Nota 17)		
. Instrumentos de capital	(12.029)	(11.510)
. Suprimentos	(5.856)	(5.856)
	<u>(17.885)</u>	<u>(17.366)</u>
	-	519

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Instrumentos de capital" apresenta o seguinte detalhe:

	Participação directa	2013		2012	
		Valor de balanço	Imparidade	Valor líquido	Valor líquido
<u>No país</u>					
Fundo Capital de Risco do Banco Efisa	30,00%	7.650	(7.650)	-	519
Payup Desenvolvimento de Negócios, S.A.	33,30%	1.500	(1.500)	-	-
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	26,10%	400	(400)	-	-
Calzeus - Calçado e Acessórios	89,91%	1.829	(1.829)	-	-
Payup Holding B.V.	76,42%	488	(488)	-	-
		<u>11.867</u>	<u>(11.867)</u>	-	<u>519</u>
<u>No estrangeiro</u>					
Tecneira Moçambique, S.A.	60,00%	162	(162)	-	-
		<u>12.029</u>	<u>(12.029)</u>	-	<u>519</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Suprimentos" apresenta o seguinte detalhe:

	2013		2012	
	Valor de balanço	Imparidade	Valor líquido	Valor líquido
No país				
Payup Desenvolvimento de Negócios, S.A.	1.900	(1.900)	-	-
Calzeus - Calçado e Acessórios	255	(255)	-	-
	<u>2.155</u>	<u>(2.155)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
No estrangeiro				
Tecneira Moçambique, S.A.	3.701	(3.701)	-	-
	<u>5.856</u>	<u>(5.856)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Os suprimentos concedidos a estas entidades não são remunerados e não têm prazo de reembolso definido.

Os dados financeiros obtidos das contas não auditadas destas empresas em 31 de dezembro de 2013 e 2012, podem ser resumidos da seguinte forma:

Entidade	2013		
	% de participação	Capital próprio (a)	Resultado líquido
No país			
Fundo Capital de Risco do Banco Efisa (em liquidação)	30,00%	946	(784)
Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A.	33,30%	2.268	(5.927)
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	26,10%	n.d.	n.d.
Calzeus - Calçado e Acessórios	89,91%	n.d.	n.d.
Payup Holding B.V.	76,42%	n.d.	n.d.
No estrangeiro			
Tecneira Moçambique, S.A.	60,00%	n.d.	n.d.

(a) Os capitais próprios incluem o resultado líquido do exercício.

n.d. - não disponível

Entidade	2012		
	% de participação	Capital próprio (a)	Resultado líquido
No país			
Fundo Capital de Risco do Banco Efisa	30,00%	1.729	(1.655)
Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A.	33,30%	(2.174)	(5.833)
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	26,10%	n.d.	n.d.
Calzeus - Calçado e Acessórios	89,91%	n.d.	n.d.
Payup Holding B.V.	76,42%	n.d.	n.d.
No estrangeiro			
Tecneira Moçambique, S.A.	60,00%	n.d.	n.d.

(a) Os capitais próprios incluem o resultado líquido do exercício.

n.d. - não disponível

3.4.Outros Investimentos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De outros emissores nacionais	36.725	37.496
De outros emissores internacionais	11.560	22.574
	<u>48.285</u>	<u>60.070</u>
<u>Instrumentos de capital</u>		
. Unidades de participação	951.124	958.883
. Acções	22.724	32.408
	<u>973.848</u>	<u>991.291</u>
	<u>1.022.133</u>	<u>1.051.361</u>
<u>Suprimentos concedidos</u>	319	319
	<u>1.022.452</u>	<u>1.051.680</u>
<u>Imparidade (Nota 17)</u>		
. Instrumentos de dívida	(36.376)	(39.063)
. Instrumentos de capital		
- Unidades de participação	(364.800)	(324.007)
- Acções	(13.969)	(16.697)
. Suprimentos concedidos	(275)	(137)
	<u>(415.420)</u>	<u>(379.904)</u>
	<u>607.032</u>	<u>671.776</u>

No âmbito da operação de venda da BPN GESTÃO DE ATIVOS – SGFIM, S.A. pela PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A., ocorrida em 2012, o Estado Português garantiu a manutenção da gestão do Diversificação por aquela sociedade gestora durante um período mínimo de 2 anos. Adicionalmente, conforme previsto no contrato celebrado entre as partes, a Sociedade não poderá efetuar durante um período de 2 anos após a data da venda, o resgate total ou parcial das unidades de participação detidas do Diversificação.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Instrumentos de dívida – De outros emissores nacionais" inclui obrigações emitidas pelo veículo de titularização Chaves SME CLO n.º 1, repartidas em diferentes classes de senioridade, cujo montante ascende a 28.407 mEuros e 29.502 mEuros, respetivamente. A Sociedade dispõe de imparidade para estas obrigações no montante de 26.599 mEuros, registada na rubrica "Imparidade para instrumentos de dívida" e apurada com base nos seguintes preços de compra fornecidos por uma entidade externa:

	2013	2012
CHAVES SME CLO N.º 1 - A	92%	92%
CHAVES SME CLO N.º 1 - C	10%	30%
CHAVES SME CLO N.º 1 - E	0%	5%
CHAVES SME CLO N.º 1 - F	0%	0%

Os títulos classificados nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo I.

3.5.Existências

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Imóveis	80.309	83.694
Moedas comemorativas	25.788	25.792
Obras de arte	16.740	16.740
	<u>122.837</u>	<u>126.226</u>
Imparidade (Nota 17)		
. Imóveis	(42.233)	(42.488)
. Moedas comemorativas	(9.903)	-
. Obras de arte	(5.577)	(4.503)
	<u>(57.713)</u>	<u>(46.991)</u>
	<u>65.124</u>	<u>79.235</u>

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica "Moedas comemorativas" diz respeito a 3.176.836 moedas comemorativas do Europeu de futebol - Euro 2004 (3.224.000 moedas em 31 de dezembro de 2012), que foram adquiridas ao BPN durante o exercício de 2012, no âmbito do seu processo de reprivatização.

Em 31 de dezembro de 2012, aquelas moedas, de circulação legal em Portugal, encontravam-se a ser valorizadas ao seu valor facial (8 Euros cada). Posteriormente, em 10 de dezembro de 2013, a Direção Geral do Tesouro e Finanças informou a Sociedade da autorização para alienação das moedas a outra entidade, afastando-se assim a hipótese da sua retirada de circulação por entrega das mesmas ao BANCO DE PORTUGAL. Nesse contexto, em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade passou a valorizar aquelas moedas ao seu valor esperado de realização, o qual passou a ser o seu valor intrínseco em termos dos metais preciosos que as constituem (essencialmente prata), ou seja, a cotação da prata pelo peso global das moedas. Desta forma, em 31 de dezembro de 2013 a Sociedade constituiu perdas por imparidade para as moedas comemorativas no montante de 9.903 mEuros.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Obras de arte" inclui, essencialmente, obras de arte do pintor Joan Miró, adquiridas ao BPN durante o exercício de 2012, no âmbito do seu processo de reprivatização. A Sociedade dispõe de perdas por imparidade no montante de 5.577 mEuros para estes ativos, apurada a partir da média entre o valor máximo e o valor mínimo de venda estimado por um avaliador internacional independente.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe das rubricas "Imóveis" e "Imparidade – Imóveis" é o seguinte:

Imóvel	2013					Valor líquido em 31-12-2013
	Valor de aquisição	Imposto Municipal (IMT)	Imposto do Selo	Valor bruto em 31-12-2013	Imparidade	
Rua D. João I	3.966	258	32	4.256	(620)	3.636
Largo Dr.º Gregório de Almeida nº 1-4	4.950	322	40	5.312	(3.455)	1.857
Nó do I.P. 3	3.633	267	33	3.933	(2.504)	1.429
Avenida de Brasil, Lote 26	1.300	78	10	1.388	(88)	1.300
Estrada Interior da Circunvalação	9.216	599	74	9.889	(8.719)	1.170
Lagoa - Barracão	3.082	200	25	3.307	(2.402)	905
Rua da Liberdade	2.658	173	21	2.852	(1.972)	880
Catrala de Assequins	1.080	70	9	1.159	(284)	875
Rua das Buganvilias, nº 25	1.453	87	12	1.552	(897)	655
Zona industrial da Barreira	1.704	111	14	1.829	(1.208)	621
Rua Álvares Cabral	1.817	118	15	1.950	(1.547)	403
Av. Dr Magalhães Lemos	1.073	70	9	1.152	(766)	386
Travessa das Indústrias - Casais de Fomos	860	56	7	923	(548)	375
Travessa das Indústrias - Casais de Fomos	860	56	7	923	(548)	375
Urb. Pedra Alçada Lote 55 J	534	32	4	570	(218)	352
Rua Álvares Cabral	545	27	4	576	(233)	343
Vale da Proa - Semide	473	27	4	504	(165)	339
Condomínio Casas da Baía - Av. do Brasil e Rua Part	683	41	5	729	(400)	329
	<u>45.862</u>	<u>2.909</u>	<u>373</u>	<u>49.144</u>	<u>(31.527)</u>	<u>17.617</u>
Outros imóveis cujo valor contabilístico é inferior a 300 mEuros	35.291	1.920	294	37.505	(15.660)	21.845
	<u>75.178</u>	<u>4.512</u>	<u>619</u>	<u>80.309</u>	<u>(42.233)</u>	<u>38.076</u>

Imóvel	2012					Valor líquido em 31-12-2012
	Valor de aquisição	Imposto Municipal (IMT)	Imposto do Selo	Valor bruto em 31-12-2012	Imparidade	
Rua D. João I	3.966	258	32	4.256	(620)	3.636
Nó do I.P. 3	3.633	267	33	3.933	(1.784)	2.149
Largo Dr.º Gregório de Almeida nº 1-4	4.950	322	40	5.312	(3.440)	1.872
Herdade da Bandeira	5.095	255	41	5.391	(4.055)	1.336
Avenida de Brasil, Lote 26	1.300	78	10	1.388	(88)	1.300
Estrada Interior da Circunvalação	9.216	599	74	9.889	(8.692)	1.197
Catraia de Assequins	1.188	76	10	1.274	(343)	931
Lagoa - Barracão	3.082	200	25	3.307	(2.402)	905
Av. das Oliveiras n.º 51	902	22	7	931	(26)	905
Rua da Liberdade	2.658	173	21	2.852	(1.972)	880
Travessa das Indústrias - Casais de Fornos	1.819	117	15	1.951	(1.162)	789
Rua Álvares Cabral	2.362	145	19	2.526	(1.780)	746
Zona industrial da Barreira	1.704	111	14	1.829	(1.208)	621
Rua das Buganvílias, nº 25	1.453	87	12	1.552	(957)	595
A. De França n.º 256	518	34	4	556	(2)	554
Botelheiras	554	66	8	628	(178)	450
Estrada de Leiria EN208	821	53	7	881	(481)	400
Av. Dr. Magalhães Lemos	1.073	70	9	1.152	(766)	386
Herdade do Zambujeiro	800	48	6	854	(494)	360
Urb. Pedra Alçada Lote 55 J	534	32	4	570	(218)	352
Rua Luís Barroso	609	44	5	658	(310)	348
	48.237	3.057	396	51.690	(30.978)	20.712
Outros imóveis cujo valor contabilístico é inferior a 300 mEuros	30.151	1.604	249	32.004	(11.510)	20.494
	78.388	4.661	645	83.694	(42.488)	41.206

A rubrica "Imparidade para existências - imóveis" diz respeito à imparidade registada para imóveis adquiridos pela Sociedade, apurada com base em avaliações de peritos avaliadores.

3.6.Outras Contas a Receber

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Banco BIC Português, S.A	3.254	3.513
Adiantamentos a fornecedores e outros valores a receber	35	55
Juros a receber de depósitos	17	-
Clientes	9	-
Fundo Capital de Risco do Banco Efisa	-	1.200
	3.315	4.768

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o valor a receber do BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A. diz respeito a um adiantamento efetuado pela Sociedade para aquisição de imóveis detidos por aquela entidade e que aguardam a realização de escritura. Este montante corresponde ao valor líquido contabilístico destes imóveis em 29 de março de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor a receber do Fundo Capital de Risco do BANCO EFISA dizia respeito à proporção da Sociedade decorrente da operação de redução do capital do Fundo no montante de 4.000 mEuros, aprovada na Assembleia Geral de Participantes realizada em 25 de outubro de 2012.

3.7.Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
<u>Estado e outros entes públicos - activo</u>		
Retenções na fonte	167	355
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	86	93
IMT - valores a receber	43	43
Pagamento especial por conta	9	6
	<u>305</u>	<u>497</u>
<u>Estado e outros entes públicos - passivo</u>		
Imposto sobre o rendimento a pagar	4	2
Contribuições para a Segurança Social	2	2
	<u>6</u>	<u>4</u>

A Sociedade é tributada individualmente e encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) ou pelo prazo de reporte dos prejuízos fiscais existentes. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2010 a 2013 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme referido na Nota 1, em dezembro de 2010, a Sociedade adquiriu ao BPN, ao BANCO EFISA, S.A. e à BPN CRÉDITO - IFIC, S.A., um conjunto de ativos que se encontravam nos balanços dessas entidades em 30 de novembro de 2010, pelo seu valor nominal. Atendendo às regras em vigor, para efeitos fiscais, a operação de compra deve ser reconhecida pelo respetivo valor de mercado. Assim, na data em que os ativos em apreço saírem do seu balanço, total ou parcialmente (momento esse em que serão realizados os impactos fiscais definitivos na demonstração de resultados quer por via de mais valias ou perdas assumidas), para efeitos do apuramento dos ganhos ou perdas fiscais, a Sociedade deverá considerar como valor de aquisição o respetivo valor de mercado à data da operação inicial (30 de novembro de 2010).

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis ("PFR") apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012 é de cinco períodos de tributação (este prazo é de quatro anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2010 e 2011 e de seis anos para os períodos de tributação anteriores). Adicionalmente, a dedução dos PFR encontra-se limitada a 75% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

De acordo com o "IAS 12 – Impostos sobre lucros", os impostos diferidos ativos devem ser registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

A Sociedade não reconheceu impostos diferidos ativos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

O imposto a pagar do exercício de 2013 é referente a tributações autónomas.

3.8. Investimentos Detidos Para Negociação

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Título	2013			Valor de balanço em 31-12-2013
	Quantidade	Cotação unitária	Valor de aquisição	
Inapa - Investimentos e Participações, S.A.	1.000.000	0,22	920	220

Título	2012			Valor de balanço em 31-12-2012
	Quantidade	Cotação unitária	Valor de aquisição	
Inapa - Investimentos e Participações, S.A.	1.000.000	0,12	920	120

3.9. Caixa e Equivalentes de Caixa

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Depósitos à ordem		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	10.747	-
Agência de Gestão de Tesouraria	5.016	2.006
Banco BIC Português, S.A.	1.969	5.732
Outros	4	-
	<u>17.736</u>	<u>7.738</u>

3.10. Capital

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado, estando representado por dez mil ações com o valor nominal de cinco Euros cada uma, sendo detidas na sua totalidade pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade em 31 de dezembro de 2013, apresentam capitais próprios negativos no montante de 721.997 mEuros, o que põe em causa a continuidade das operações e obriga à aplicação das normas constantes do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No âmbito do processo de reprivatização do BPN, acionista da Sociedade, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da PARUPS, S.A., operação que se concretizou em fevereiro de 2012, tendo passado a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais e o Estado português assumido diretamente todos os direitos e obrigações relacionadas com a Sociedade.

3.11. Reservas de Reavaliação, Resultados Transitados e Resultado Líquido do Exercício

As rubricas reserva de reavaliação, resultados transitados e resultado líquido, têm a seguinte composição:

	2013	2012
Reservas de reavaliação		
. Reserva de justo valor	7.068	8.399
Resultados transitados	(619.448)	(448.386)
Resultado líquido do exercício	(109.667)	(171.050)
	<u>(722.047)</u>	<u>(611.037)</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Reservas de reavaliação" diz respeito às mais e menos valias potenciais, relativas à carteira de títulos classificados como "Outros investimentos".

3.12. Empréstimos Bancários

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Financiamento de longo prazo	71.879	291.667
Despesas diferidas	(410)	(1.750)
	<u>71.469</u>	<u>289.917</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Despesas diferidas" diz respeito ao imposto de selo pago referente ao empréstimo obtido junto da CGD, que se encontra a ser diferido até à data de vencimento do mesmo.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica diz respeito a financiamentos obtidos junto das seguintes entidades com as seguintes condições:

Entidade	Montante em 31.12.2013	Montante em 31.12.2012	Data máxima de pagamento	Remuneração	Taxa de juro nominal em 31.12.2013	Taxa de juro nominal em 31.12.2012	Cláusula de pagamento antecipado
CGD	71.879	291.667	30-12-2020	Euribor 12 meses + 4,75%	5,31%	6,73%	Nas datas de pagamento dos juros e mediante prévia comunicação escrita à CGD com uma antecedência mínima de 15 dias úteis.
	<u>71.879</u>	<u>291.667</u>					

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os empréstimos contraídos junto da CGD pela Sociedade e pela PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A., ambas detidas pelo Estado Português, no montante total de 128.947 mEuros e 381.667 mEuros, respetivamente, encontram-se colateralizados pelas seguintes garantias:

- a) Penhor das participações sociais detidas pela PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A. na BPN CRÉDITO - IFIC, S.A.; e
- b) Hipoteca sobre os imóveis e penhor dos títulos pertencentes à Sociedade.

No exercício de 2013 e 2012 foram realizadas amortizações extraordinárias pelo valor global de 205.205 mEuros e 208.161 mEuros, respetivamente, aos empréstimos contraídos junto da CGD.

Os prazos residuais dos financiamentos obtidos têm a seguinte estrutura:

	2013	2012
De três meses a um ano	8.985	36.458
De um ano a 5 anos	26.056	105.729
Mais de cinco anos	36.838	149.480
	<u>71.879</u>	<u>291.667</u>

3.13. Empréstimos Obrigacionistas

Esta rubrica corresponde a um empréstimo obrigacionista, emitido pela Sociedade. Estas obrigações foram integralmente subscritas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., apresentam garantia do Estado Português e encontram-se admitidas a negociação na Euronext Lisbon e apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Obrigações em circulação	691.458	727.850
Juros a pagar	146	-
	<u>691.604</u>	<u>727.850</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as principais condições desta emissão são as seguintes:

Obrigações	Valor nominal unitário	Quantidade	Montante 31-12-2013	Montante 31-12-2012	Data de reembolso	Remuneração	Taxa de Juro nominal a 31-12-2013	Taxa de Juro nominal a 31-12-2012	Clausula de reembolso antecipado
Parups	50.000	14.557	691.604	727.850	30-12-2020	Euribor 12M + 3,25%	3,810%	3,793%	"Call Option", total ou parcial, por redução ao valor nominal das obrigações, a partir da 2ª data de pagamento de juros

3.14. Outros Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica inclui os seguintes montantes:

Entidade	Montante contratado	Saldos em 31.12.2013			Vencimento	Remuneração	Taxa de juro nominal em 31.12.2013
		Capital em dívida	Juros	Total			
DGTF	279.732	279.732	8.152	287.884	31-12-2017	Primeira prestação de juros vence a 31 de Dezembro de 2014	2,79%
DGTF	6.325	6.325	610	6.944	31-12-2017	Primeira prestação de juros vence a 31 de Dezembro de 2014	5,40%
DGTF	200.000	200.000	2.098	202.098	31-12-2017	Primeira prestação de juros vence a 31 de Dezembro de 2014	2,36%
DGTF	83.190	83.190	39	83.229	31-12-2017	Primeira prestação de juros vence a 31 de Dezembro de 2014	1,30%
Paralorem, S.A.	35.000	35.000	1.870	36.870	22-03-2022	Primeira prestação de juros vence a 22 de Junho de 2014	2,51%
	<u>604.247</u>	<u>604.247</u>	<u>12.578</u>	<u>616.825</u>			

Entidade	Montante contratado	Saldos em 31.12.2012			Vencimento	Remuneração	Taxa de juro nominal em 31.12.2012
		Capital em dívida	Juros	Total			
DGTF	279.732	279.732	260	279.992	31-12-2017	Taxa fixa anual equivalente ao custo de financiamento do Estado Português	2,79%
DGTF	6.325	6.325	245	6.570	31-12-2017	Taxa fixa anual equivalente ao custo de financiamento do Estado Português	5,49%
Paralorem, S.A.	35.000	35.000	911	35.911	22-03-2022	Euribor 3 meses + 2,25%	2,43%
	<u>321.057</u>	<u>321.057</u>	<u>1.416</u>	<u>322.473</u>			

Em 20 de dezembro de 2012, 24 de julho de 2013 e 19 de dezembro de 2013 foram concedidos à Sociedade empréstimos pelo Estado Português, através da Direção- Geral do Tesouro e das finanças (DGTF), no montante de 279.732 mEuros, 200.000 mEuros e 83.190 mEuros, respetivamente. Estes financiamentos foram concedidos com a finalidade de pagamento parcial da aquisição de ativos ao BPN, amortização parcial do empréstimo contraído junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., no montante de 219.789 mEuros e no pagamento de juros no montante de 10.409 mEuros. Estes financiamentos serão reembolsados em quatro prestações a iniciar em 31 de dezembro de 2014.

Em 29 de março de 2012 foi celebrada a cessão de crédito entre o BPN e a PARVALOREM, S.A. e das respetivas garantias, do financiamento contratado em março de 2012 com esta entidade, pelo valor de 35.000 mEuros, mantendo-se as mesmas condições contratualizadas.

3.15.Acionistas

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica diz respeito a um adiantamento efetuado pelo Estado Português à Sociedade no montante de 35.193 mEuros, que não foi objeto de formalização.

3.16.Outros Passivos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Encargos com pessoal a pagar	19	11
Proveitos diferidos - renda de imóveis	7	10
Outros custos a pagar	550	84
	<u>576</u>	<u>105</u>

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica "Outros custos a pagar" inclui, essencialmente, a caução entregue pela leiloeira Christie's no âmbito do processo de leilão das obras de arte do pintor Joan Miró.

3.17.Provisões e Perdas Por Imparidade

O movimento ocorrido nestas rubricas nos exercicios de 2013 e 2012 apresenta o seguinte detalhe:

	2013				Saldo em 31.12.2013
	Saldo em 31.12.2012	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Imparidade para existências (Nota 5)	46.991	12.210	-	(1.488)	57.713
Imparidade para outros investimentos (Nota 4)	379.904	46.966	(11.450)	-	415.420
Imparidade para investimentos em associadas e empresas do grupo (Nota 3)	17.366	519	-	-	17.885
	<u>444.261</u>	<u>59.695</u>	<u>(11.450)</u>	<u>(1.488)</u>	<u>491.018</u>

	2012				Saldo em 31.12.2012
	Saldo em 31.12.2011	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Imparidade para existências (Nota 5)	37.099	10.039	-	(147)	46.991
Imparidade para outros investimentos (Nota 4)	327.511	79.646	(5.069)	(22.184)	379.904
Imparidade para investimentos em associadas e empresas do grupo (Nota 3)	13.069	4.297	-	-	17.366
	<u>377.679</u>	<u>93.982</u>	<u>(5.069)</u>	<u>(22.331)</u>	<u>444.261</u>

No exercício de 2013, o reforço da imparidade constituída na rubrica "Imparidade para existências" respeita, essencialmente, à constituição de imparidade para as moedas comemorativas, no montante de 9.903 mEuros (Nota 5).

As reversões de imparidade, efetuadas no decurso do exercício de 2013, na rubrica "Imparidade para outros investimentos" resultam, maioritariamente, da imparidade não utilizada com a venda de títulos (Nota 22).

No exercício de 2012, as utilizações da rubrica "Imparidade para outros investimentos" dizem respeito maioritariamente ao desreconhecimento de um conjunto de títulos, que se encontravam totalmente provisionados, tendo sido utilizada a respetiva imparidade.

3.18. Vendas e Prestação de Serviços e Custos das Vendas

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2013	2012
<u>Vendas:</u>		
Imóveis	1.763	518
Moedas comemorativas	5	1.000
	<u>1.768</u>	<u>1.518</u>
 <u>Custo das vendas:</u>		
Imóveis	2.175	522
Moedas comemorativas	5	1.000
	<u>2.180</u>	<u>1.522</u>

3.19. Outros Proveitos Operacionais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Juros recebidos de instrumentos de dívida	832	1.001
Ganhos cambiais	640	2.037
Ganhos em alienações de títulos	373	181
Rendas de imóveis	116	132
Outros rendimentos e ganhos	113	30
	<u>2.074</u>	<u>3.381</u>

3.20. Fornecimento e serviços Externos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Trabalhos especializados		
. Inspeções e avaliações	1	31
. Advogados	1	15
. Auditores	37	66
. Outros	224	189
Serviços diversos	148	145
Vigilância e segurança	102	90
Conservação e reparação de imóveis	136	45
Honorários	35	18
Outros	30	22
	<u>714</u>	<u>621</u>

No exercício de 2013, a rubrica "Trabalhos especializados – Auditores" inclui o montante de 37 mEuros relativos aos honorários totais faturados pelo Revisor Oficial de Contas durante o exercício de 2013, respeitantes integralmente à revisão legal das contas, divulgado para efeitos do cumprimento da alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de agosto, ao Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais.

No exercício de 2013 e 2012, a rubrica "Trabalhos especializados – Outros" inclui, essencialmente, os custos associados à subcontratação de serviços de administração de imóveis por entidades externas.

3.21. Gastos com o Pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Remunerações dos órgãos sociais	112	58
Encargos sobre remunerações	28	11
	<u>140</u>	<u>69</u>

A partir de maio de 2011, a Sociedade passou a suportar custos com pessoal, respeitante integralmente com os membros do Conselho Fiscal. A partir de agosto de 2012, com a tomada de posse do novo Conselho de Administração, a Sociedade passou igualmente a suportar os custos da remuneração destes órgãos sociais.

A Sociedade não tem quadro de pessoal, excetuando órgãos sociais, sendo os serviços administrativos assegurados, na sua maioria, por diversas áreas funcionais da PARVALOREM, S.A.

3.22. Outros Custos Operacionais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Perdas em alienações de títulos	8.694	4.829
Perdas cambiais	1.029	2.196
Impostos	594	1.899
Outros gastos e perdas	65	28
	<u>10.382</u>	<u>8.952</u>

No exercício de 2013, a rubrica "Perdas em alienações de títulos" corresponde às menos valias obtidas decorrente da venda de títulos, representada maioritariamente pelo seguinte detalhe:

	Custo de aquisição	Valor de venda	Menos valia
Lusiaves - SGPS, S.A.	9.768	5.000	4.768
BPN otimização Cap. - Fundo Inv. Aberto Misto Obrigações	3.213	1.565	1.648
Citibank International PLC - Series 2007-253-L	5.000	4.325	675
BPN Valorização Mobiliária	1.206	601	605
Exum Ridge CBO 2006-4 Class D	767	320	447
Outros não detalhados	n.d.	n.d.	551
	<u>19.954</u>	<u>11.811</u>	<u>8.694</u>

Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade dispunha de imparidade para estes títulos no montante de 9.579 mEuros que, com a sua venda no exercício de 2013, foi revertida através da rubrica "Imparidade em investimentos financeiros" (Nota 17).

3.23.Custos e Perdas Financeiros

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<u>Juros e encargos similares</u>		
. Empréstimos bancários e outros empréstimos	24.457	37.861
. Empréstimos obrigacionistas	28.060	38.499
	<u>52.517</u>	<u>76.360</u>
<u>Perdas em investimentos detidos para negociação</u>		
. Instrumentos de capital	110	50
	<u>52.627</u>	<u>76.410</u>

Nos exercícios de 2013 e 2012, a rubrica "Juros e encargos similares – Empréstimos obrigacionistas" inclui os montantes de 1.472 mEuros e 1.504 mEuros, respetivamente, relativos à comissão de garantia devida ao Estado Português pela emissão do empréstimo obrigacionista pela Sociedade (Nota 13).

3.24.Proveitos e Ganhos Financeiros

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Dividendos de instrumentos financeiros	532	426
Ganhos de instrumentos financeiros detidos para negociação	210	30
Outros	39	82
	<u>781</u>	<u>538</u>

3.25.Relato por Segmentos

A distribuição dos principais ativos, passivos e rubricas de resultados por linha de negócio e mercados geográficos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

Linhas de negócio

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a atividade da Sociedade corresponde integralmente à gestão de investimentos financeiros e de imóveis.

Mercados Geográficos

	2013						Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	América Latina	África	Outros	
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos	590.741	8.307	6.052	-	1.688	244	607.032
Investimentos detidos para negociação	220	-	-	-	-	-	220
Caixa e equivalentes de caixa	17.736	-	-	-	-	-	17.736
Outros	68.744	-	-	-	-	-	68.744
Activo líquido total	677.441	8.307	6.052	-	1.688	244	693.732
Empréstimos bancários	71.469	-	-	-	-	-	71.469
Empréstimos obrigacionistas	691.804	-	-	-	-	-	691.804
Outros	652.656	-	-	-	-	-	652.656
Passivo Total	1.415.729	-	-	-	-	-	1.415.729

	2013						
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	América Latina	África	Outros	Total
Custo das vendas	(2.180)	-	-	-	-	-	(2.180)
Fornecimentos e serviços externos	(714)	-	-	-	-	-	(714)
Provisões e perdas por imparidade	(43.484)	(2.843)	(1.693)	-	(54)	(171)	(48.245)
Custos com pessoal	(140)	-	-	-	-	-	(140)
Outros custos operacionais	(10.382)	-	-	-	-	-	(10.382)
	<u>(56.900)</u>	<u>(2.843)</u>	<u>(1.693)</u>	<u>-</u>	<u>(54)</u>	<u>(171)</u>	<u>(61.661)</u>
Vendas e prestações de serviços	1.768	-	-	-	-	-	1.768
Proveitos e ganhos financeiros	781	-	-	-	-	-	781
Custos e perdas financeiras	(52.627)	-	-	-	-	-	(52.627)
Outros proveitos operacionais	2.074	-	-	-	-	-	2.074
	<u>(104.904)</u>	<u>(2.843)</u>	<u>(1.693)</u>	<u>-</u>	<u>(54)</u>	<u>(171)</u>	<u>(109.665)</u>

	2012						
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	América Latina	África	Outros	Total
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos	636.067	19.784	200	8.834	5.617	1.793	672.295
Investimentos detidos para negociação	120	-	-	-	-	-	120
Caixa e equivalentes de caixa	7.738	-	-	-	-	-	7.738
Outros	84.500	-	-	-	-	-	84.500
Activo líquido total	<u>728.425</u>	<u>19.784</u>	<u>200</u>	<u>8.834</u>	<u>5.617</u>	<u>1.793</u>	<u>764.653</u>
Empréstimos bancários	289.917	-	-	-	-	-	289.917
Empréstimos obrigacionistas	727.850	-	-	-	-	-	727.850
Outros	357.873	-	-	-	-	-	357.873
Passivo Total	<u>1.375.640</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.375.640</u>

	2012						
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	América Latina	África	Outros	Total
Custo das vendas	(1.522)	-	-	-	-	-	(1.522)
Fornecimentos e serviços externos	(621)	-	-	-	-	-	(621)
Provisões e perdas por imparidade	(76.430)	(5.635)	(9)	(1.763)	(3.909)	(1.167)	(88.913)
Custos com pessoal	(69)	-	-	-	-	-	(69)
Outros custos operacionais	(8.952)	-	-	-	-	-	(8.952)
	<u>(87.594)</u>	<u>(5.635)</u>	<u>(9)</u>	<u>(1.763)</u>	<u>(3.909)</u>	<u>(1.167)</u>	<u>(100.077)</u>
Vendas e prestações de serviços	1.518	-	-	-	-	-	1.518
Proveitos e ganhos financeiros	538	-	-	-	-	-	538
Custos e perdas financeiras	(76.410)	-	-	-	-	-	(76.410)
Outros proveitos operacionais	3.381	-	-	-	-	-	3.381
	<u>(158.567)</u>	<u>(5.635)</u>	<u>(9)</u>	<u>(1.763)</u>	<u>(3.909)</u>	<u>(1.167)</u>	<u>(171.050)</u>

3.26. Entidades Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são consideradas entidades relacionadas da Sociedade, a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e as outras entidades pertencentes ao Estado Português.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as demonstrações financeiras individuais da Sociedade incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas:

	2013			Paravorem
	DGTF	Outras entidades pertencentes ao Estado	CGD	
Activo:				
Estado e outros entes públicos (Nota 7)	-	306	-	-
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	-	5.016	10.747	-
	-	5.322	10.747	-
Passivo:				
Estado e outros entes públicos (Nota 7)	-	4	-	-
Empréstimos bancários (Nota 12)	-	-	71.469	-
Empréstimos obrigacionistas (Nota 13)	-	-	691.804	-
Outros financiamentos obtidos (Nota 14)	580.155	-	-	36.670
Accionistas (Nota 15)	35.193	-	-	-
	615.348	4	763.073	36.670
Custos:				
Custos e perdas financeiros (Nota 23)	11.873	-	39.883	761
Provelhos:				
Provelhos e ganhos financeiros (Nota 24)	39	-	-	-
	627.260	5.326	813.703	37.431

	2012			Paravorem
	DGTF	CGD		
Activo:				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	-	2.006	-	-
Passivo:				
Empréstimos bancários (Nota 12)	-	291.667	-	-
Empréstimos obrigacionistas (Nota 13)	-	727.860	-	-
Outros financiamentos obtidos (Nota 14)	286.563	-	-	35.911
Accionistas (Nota 15)	35.193	-	-	-
	321.756	1.019.527	-	35.911
Custos:				
Custos e perdas financeiros (Nota 23)	2.007	73.092	-	911
	323.763	1.094.625	-	36.822

3.27.Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros

Políticas de gestão do risco

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro pode ser definido como o impacto nos resultados e nos capitais próprios de uma variação adversa das taxas de juro de mercado. Incorre-se na assunção de risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da atividade, se contratam operações com fluxos financeiros futuros sensíveis a eventuais variações da taxa de juro.

O desenvolvimento do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou data de refixação em 2013 e 2012, é apresentado no quadro seguinte:

		2013							
		Datas de Retração / Datas de Maturidade							
		> 7 Dias	> 1 Mês	> 3 Meses	> 6 Meses	> 12 Meses	> 3 Anos	Indeterminado	Total
		< = 7 Dias	< = 1 Mês	< = 3 Meses	< = 6	< = 12 Meses	< = 3 Anos	> 3 Anos	
Activo									
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos									
	-	2.775	4.915	1.757	2.462	-	-	595.123	607.032
	-	2.775	4.915	1.757	2.462	-	-	595.123	607.032
Passivo									
Empréstimos bancários e outros financiamentos									
	-	-	-	-	281.359	284.623	142.312	-	688.294
Empréstimos obrigacionistas									
	-	-	-	-	691.604	-	-	-	691.604
Accionistas									
	-	-	-	-	-	-	-	35.193	35.193
	-	-	-	-	952.963	284.623	142.312	35.193	1.415.091
Exposição Líquida									
	-	2.775	4.915	1.757	955.425	284.623	142.312	630.316	2.022.123

		2012							
		Datas de Retração / Datas de Maturidade							
		> 7 Dias	> 1 Mês	> 3 Meses	> 6 Meses	> 12 Meses	> 3 Anos	Indeterminado	Total
		< = 7 Dias	< = 1 Mês	< = 3 Meses	< = 6	< = 12	< = 3 Anos	> 3 Anos	
Activo									
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos									
	-	4.537	4.849	4.420	765	-	-	657.724	672.295
	-	4.537	4.849	4.420	765	-	-	657.724	672.295
Passivo									
Empréstimos bancários e outros financiamentos									
	-	-	-	-	289.916	35.911	286.563	-	612.390
Empréstimos obrigacionistas									
	-	-	-	-	727.850	-	-	-	727.850
Accionistas									
	-	-	-	-	-	-	-	35.193	35.193
	-	-	-	-	1.017.766	35.911	286.563	35.193	1.375.433
Exposição Líquida									
	-	4.537	4.849	4.420	1.018.531	35.911	286.563	692.917	2.047.728

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma instituição não possuir recursos suficientes para financiar os seus ativos ou para honrar os seus compromissos sem incorrer em perdas inaceitáveis.

Os cash-flows previsionais (não descontados), dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

		2013							
		Prazos Residuais Contratuais							
		Até 1 Mês	De 1 Mês a 1 ano	De 1 Ano a 3 Anos	De 3 Anos a 5 Anos	De 5 Anos a 10 Anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo									
Carteira de títulos:									
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos									
	-	2.462	1.693	-	4.985	4.312	593.580	-	607.032
	-	2.462	1.693	-	4.985	4.312	593.580	-	607.032
Passivo									
Empréstimos bancários e outros financiamentos									
	-	164.044	309.425	167.953	46.872	-	-	-	688.294
Empréstimos obrigacionistas									
	-	54.734	183.766	209.257	263.847	-	-	-	691.604
Accionistas									
	-	-	-	-	-	-	-	35.193	35.193
	-	218.778	473.191	377.210	310.719	-	-	35.193	1.415.091
Diferencial									
	-	(218.316)	(471.498)	(377.210)	(305.734)	4.312	558.387	-	(808.059)

		2012							
		Prazos Residuais Contratuais							
		Até 1 Mês	De 1 Mês a 1 ano	De 1 Ano a 3 Anos	De 3 Anos a 5 Anos	De 5 Anos a 10 Anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo									
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos									
	-	2.523	3.909	4.452	3.347	8.085	649.979	-	672.295
	-	2.523	3.909	4.452	3.347	8.085	649.979	-	672.295
Passivo									
Empréstimos bancários e outros financiamentos									
	-	17.832	200.545	228.470	185.443	-	-	-	612.390
Empréstimos obrigacionistas									
	-	36.393	127.373	191.061	373.023	-	-	-	727.850
Accionistas									
	-	-	-	-	-	-	-	35.193	35.193
	-	54.325	327.918	419.531	538.466	-	-	35.193	1.375.433
Diferencial									
	-	(51.802)	(324.009)	(415.079)	(535.119)	8.085	614.786	-	(703.138)

Risco de crédito

Qualidade do risco de crédito dos instrumentos de dívida

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os títulos de dívida apresentam a seguinte composição de acordo com o rating de referência utilizado pela Sociedade:

	2013				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Outros investimentos:					
AA- até AA+	-	-	-	-	-
A- até A+	296	1.146	-	903	2.345
Menor que A-	1.511	3.739	-	-	5.250
Sem Rating	4.315	-	-	-	4.315
	6.122	4.885	-	903	11.911
Emitidos por:					
Instituições financeiras	1.853	794	-	-	2.647
Outros emitentes	4.269	4.091	-	903	9.263
	6.122	4.885	-	903	11.911

	2012				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Outros investimentos:					
AA- até AA+	-	-	-	-	-
A- até A+	-	940	-	1.000	1.940
Menor que A-	4.101	4.541	-	-	8.642
Sem Rating	4.203	6.436	-	-	10.639
	8.304	11.917	-	1.000	21.221
Emitidos por:					
Instituições financeiras	2.131	7.519	-	-	9.650
Outros emitentes	6.173	4.398	-	1.000	11.571
	8.304	11.917	-	1.000	21.221

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco da existência de perdas decorrentes da variação adversa de valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de fatores de risco, nomeadamente taxa de juro, taxa de câmbio, spreads de crédito, preços de ações e preços de mercadorias.

Risco de Taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro de deslocações paralelas na curva das taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 basis points (bp), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2013					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activo						
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos	69	35	17	(17)	(35)	(69)
Total activo sensível	69	35	17	(17)	(35)	(69)
Passivo						
Empréstimos bancários e outros financiamentos	(20.158)	(10.079)	(5.039)	5.039	10.079	20.158
Empréstimos obrigacionistas	(9.959)	(4.980)	(2.490)	2.490	4.980	9.959
Total passivo sensível	(30.117)	(15.059)	(7.529)	7.529	15.059	30.117
Total Ganho / Perda	(30.048)	(15.024)	(7.512)	7.512	15.024	30.048

	2012					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activo						
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos	67	34	17	(17)	(34)	(67)
Total activo sensível	67	34	17	(17)	(34)	(67)
Passivo						
Empréstimos bancários e outros financiamentos	(16.485)	(8.243)	(4.121)	4.121	8.243	16.485
Empréstimos obrigacionistas	(10.481)	(5.241)	(2.620)	2.620	5.241	10.481
Total passivo sensível	(26.966)	(13.483)	(6.742)	6.742	13.483	26.966
Total Ganho / Perda	(26.899)	(13.450)	(6.725)	6.725	13.450	26.899

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projetada para os exercícios de 2013 e 2012, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bp que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	2013					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com Juros	(169)	(84)	(42)	42	84	169
Custos com Juros	4.765	2.382	1.191	(1.191)	(2.382)	(4.765)
Margem Financeira	4.596	2.298	1.149	(1.149)	(2.298)	(4.596)

	2012					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com Juros	(229)	(114)	(57)	57	114	229
Custos com Juros	5.098	2.549	1.274	(1.274)	(2.549)	(5.098)
Margem Financeira	4.869	2.434	1.217	(1.217)	(2.434)	(4.869)

Risco Cambial

O risco cambial representa o risco de perdas devido a variações adversas nas taxas de câmbio. Nos exercícios de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2013			Total
	Euros	Dólares-Norte Americanos	Outras Moedas	
<u>Activo</u>				
Investimentos em associadas e empresas do grupo	-	-	-	-
Outros investimentos	597.424	8.153	1.455	607.032
Existências	65.124	-	-	65.124
Outras contas a receber	3.315	-	-	3.315
Estado e outros entes públicos	305	-	-	305
Investimentos detidos para negociação	220	-	-	220
Caixa e equivalentes de caixa	17.593	143	-	17.736
	<u>683.981</u>	<u>8.296</u>	<u>1.455</u>	<u>693.732</u>
<u>Passivo</u>				
Empréstimos bancários	71.469	-	-	71.469
Empréstimos obrigacionistas	691.604	-	-	691.604
Outros financiamentos obtidos	616.825	-	-	616.825
Accionistas	35.193	-	-	35.193
Fornecedores	56	-	-	56
Estado e outros entes públicos	6	-	-	6
Outros Passivos	576	-	-	576
	<u>1.415.729</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.415.729</u>
Exposição líquida	<u>(731.748)</u>	<u>8.296</u>	<u>1.455</u>	<u>(721.997)</u>
	2012			
	Euros	Dólares-Norte	Outras Moedas	Total
<u>Activo</u>				
Investimentos em associadas e empresas do grupo	519	-	-	519
Outros investimentos	661.072	8.960	1.744	671.776
Existências	79.235	-	-	79.235
Outras contas a receber	4.768	-	-	4.768
Estado e outros entes públicos	497	-	-	497
Investimentos detidos para negociação	120	-	-	120
Caixa e equivalentes de caixa	7.664	74	-	7.738
	<u>753.875</u>	<u>9.034</u>	<u>1.744</u>	<u>764.653</u>
<u>Passivo</u>				
Empréstimos bancários	289.917	-	-	289.917
Empréstimos obrigacionistas	727.850	-	-	727.850
Outros financiamentos obtidos	322.473	-	-	322.473
Accionistas	35.193	-	-	35.193
Fornecedores	98	-	-	98
Estado e outros entes públicos	4	-	-	4
Outros Passivos	105	-	-	105
	<u>1.375.640</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.375.640</u>
Exposição líquida	<u>(621.765)</u>	<u>9.034</u>	<u>1.744</u>	<u>(610.987)</u>

Justo valor

Sempre que possível, a Sociedade estimou o justo valor recorrendo a cotações em mercados ativos ou técnicas de valorização baseadas em dados de mercado para instrumentos com características idênticas ou similares aos instrumentos financeiros por si detidos. Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, quando é acedido por contrapartes igualmente conhecedoras e onde se efetuam transações de forma regular.

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado, a Sociedade apura o respetivo justo valor com recurso a técnicas de valorização. Para estes instrumentos financeiros, o justo valor é apurado com base em técnicas de valorização utilizando "inputs" não baseados em dados observáveis de mercado (Nível 3, de acordo com a classificação da norma IFRS 13).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o justo valor dos ativos e passivos financeiros valorizados ao custo amortizado, é o seguinte:

	2013		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Activo			
Caixa e equivalentes de caixa	17.736	17.736	-
	17.736	17.736	-
Passivo			
Empréstimos bancários e outros financiamentos	688.294	647.758	40.536
Empréstimos obrigacionistas	691.604	665.649	25.955
	1.379.898	1.313.407	66.491
	2012		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Activo			
Caixa e equivalentes de caixa	7.738	7.738	-
	7.738	7.738	-
Passivo			
Empréstimos bancários e outros financiamentos	612.390	661.933	(49.543)
Empréstimos obrigacionistas	727.850	779.855	(52.005)
	1.340.240	1.441.788	(101.548)

Os critérios utilizados foram os seguintes:

- A rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa", dado tratar-se de aplicações à vista, a Sociedade considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor.
- Empréstimos bancários e outros financiamentos: considerando as condições que se aplicarão a partir de 2014 às operações de financiamento concedidas pelo IGCP o cálculo do justo valor destes empréstimos foi efetuado aplicando os *spreads* implícitos nos preços das Obrigações do Tesouro para prazos idênticos, em vigor no final de 2013.
- Empréstimos obrigacionistas considerando as condições que se aplicarão a partir de 2014 às operações de financiamento concedidas pelo IGCP o cálculo do justo valor destes empréstimos foi efetuado aplicando o *spread* de 3,89% implícito no preço das Obrigações do Tesouro para prazo idêntico, em vigor no final de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, valorizados ao justo valor, pode ser resumida como se segue:

2013							
Tipo de instrumentos financeiros	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor				Total justo valor	Ativos valorizados ao custo histórico	Total
	Cotações em mercado ativos (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)				
Activo:							
Investimentos em associadas e empresas do grupo	-	-	-	-	-	-	-
Outros investimentos	245	17	596.363		596.625	10.407	607.032
Investimentos deidos para negociação	220	-	-		220	-	220
	<u>465</u>	<u>17</u>	<u>596.363</u>		<u>596.845</u>	<u>10.407</u>	<u>607.252</u>

2012							
Tipo de instrumentos financeiros	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor				Total justo valor	Ativos valorizados ao custo histórico	Total
	Cotações em mercado ativos (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)				
Activo:							
Investimentos em associadas e empresas do grupo	-	-	-		-	519	519
Outros investimentos	6.654	1.993	647.451		656.098	15.678	671.776
Investimentos deidos para negociação	120	-	-		120	-	120
	<u>6.774</u>	<u>1.993</u>	<u>647.451</u>		<u>656.218</u>	<u>16.197</u>	<u>672.415</u>

Para efeitos de apresentação nesta Nota, os instrumentos financeiros são classificados de acordo com a seguinte hierarquia, conforme previsto na norma IFRS 13:

- Nível 1 – Cotações em mercado ativo

Esta categoria inclui instrumentos financeiros cotados em Bolsas de Valores.

- Nível 2 – Técnicas de valorização baseadas em dados de mercado

Neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados por recurso a técnicas de valorização baseadas em dados de mercado para instrumentos com características idênticas ou similares aos instrumentos financeiros detidos pelo Banco ou em modelos internos que utilizam maioritariamente dados observáveis no mercado (como por exemplo curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio). Este nível inclui ainda os instrumentos financeiros valorizados por recurso a preços de compra de terceiros (bids indicativos), baseados em dados observáveis no mercado.

- Nível 3 – Técnicas de valorização utilizando principalmente inputs não baseados em dados observáveis em mercado.

Os ativos e passivos financeiros são classificados no nível 3 caso se entenda que uma proporção significativa do seu valor de balanço resulta de inputs não observáveis em mercado, nomeadamente: (i) obrigações e instrumentos financeiros derivados que são valorizados com recurso a modelos internos, não existindo no mercado um consenso geralmente aceite sobre os parâmetros a utilizar; (ii) obrigações valorizadas através de bids indicativos divulgados por terceiros, baseados em modelos teóricos; e (iii) fundos de investimento imobiliário fechados e/ou com reduzida liquidez.

No anexo às demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2012 existia um conjunto de fundos de investimento imobiliário fechados que eram apresentados no Nível 1.

Decorrente de alterações de critérios de classificação dos títulos, este exercício, o quadro acima que apresenta a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros relativa a 31 de dezembro de 2012, foi alterada, por forma a refletir a reclassificação das unidades de participação detidas nestes fundos do Nível 1 para o Nível 3, dada a sua reduzida liquidez.

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor, o movimento ocorrido entre 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013 nos ativos e passivos classificados no Nível 3 apresenta o seguinte detalhe:

	<u>Outros Investimentos</u>
Valor de balanço líquido em 31 de Dezembro de 2012	<u>647.451</u>
Alterações de justo valor	(901)
Imparidade reconhecida no exercício	(44.723)
Alienações	(5.385)
Outros	(79)
Valor de balanço líquido em 31 de Dezembro de 2013	<u><u>596.363</u></u>



4. CERTIFICAÇÕES



4. CERTIFICAÇÕES

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira individual do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 da Parups, S.A. (Sociedade), incluída no Relatório de Gestão, no Balanço individual, que evidencia um total de 693.732 mEuros e capital próprio negativo de 721.997 mEuros, incluindo um resultado líquido negativo de 109.667 mEuros, nas Demonstrações individuais dos resultados, dos resultados e do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e no correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade: (i) a preparação de demonstrações financeiras individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 5 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas individuais, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

"Deloitte" refere-se à Deloitte & Associados, S.P.A. (Deloitte), uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada do Reino Unido, que é uma das cinco entidades da base de dados de entidades nomeadas, tendo sido a única admitida a exercer a actividade de auditoria e de certificação. Para a Deloitte & Associados, S.P.A. (Deloitte) a responsabilidade do exame e o papel do Deloitte & Associados, S.P.A. (Deloitte) e suas firmas membros (como por exemplo Deloitte & Associados, S.P.A.)

Deloitte & Associados, S.P.A. (Deloitte) é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada do Reino Unido, inscrita no Registo das Sociedades Comerciais do Reino Unido, com o número de registo 01111111. Deloitte & Associados, S.P.A. (Deloitte) é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada do Reino Unido, inscrita no Registo das Sociedades Comerciais do Reino Unido, com o número de registo 01111111.

Reserva

3. Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Outros investimentos” inclui unidades de participação de seis fundos de investimento imobiliário, dos quais cinco geridos por uma entidade do Grupo Parparticipadas, SGPS, S.A., do fundo Diversificação – Fundo Especial de Investimento (Diversificação), que investe essencialmente nestes fundos, de três fundos de capital de risco e de dois fundos especiais de investimento fechado, cujo valor líquido contabilístico ascende a 585.046 mEuros. A este respeito importa salientar o seguinte:
- (i) Até à data de conclusão do nosso trabalho, não nos foram disponibilizados os Relatórios de Auditoria dos três fundos de capital de risco acima referidos, os quais em 31 de Dezembro de 2013 apresentam um valor líquido contabilístico de 11.269 mEuros; e
- (ii) Para os seis fundos de investimento imobiliário e para o fundo Diversificação, cujo valor líquido contabilístico ascende a 571.662 mEuros, os respectivos Relatórios de Auditoria sobre as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013 incluem um conjunto de reservas relativas aos seguintes assuntos:
- Impossibilidade de conclusão quanto ao impacto das perdas esperadas decorrentes da venda no curto prazo dos imóveis registados no balanço do fundo Imosocial – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, no montante de 180.603 mEuros, no qual a Sociedade detém uma participação de 9,16%;
 - Impossibilidade de conclusão sobre a recuperabilidade de adiantamentos efectuados na celebração de contratos de promessa de compra e venda realizados pelos fundos Imomarinas - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Imomarinas) e Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Imoreal), no montante total de 17.210 mEuros;
 - Impossibilidade de conclusão quanto à valorização da participação de capital que o fundo Imomarinas detém na sociedade Investimentos Dominais Anglo-Portugueses, S.A., no montante de 19.719 mEuros, decorrente da indefinição e incertezas quanto ao futuro daquela sociedade;
 - Impossibilidade de conclusão sobre a recuperabilidade das rendas vencidas de imóveis arrendados pelo fundo Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Imonegócios) a entidades que exploram os respectivos espaços sob a marca “Holmes Place”, cujo montante líquido de imparidade, em 31 de Dezembro de 2013, ascende a 747 mEuros, bem como sobre o eventual impacto desta situação, atendendo à sua especificidade, nas avaliações dos respectivos imóveis, os quais em 31 de Dezembro de 2013 ascendem a 41.287 mEuros, e sobre o valor de realização das rendas a receber pelo fundo Imaglobal – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado da Monte da Quinta Club, Actividades Hoteleiras, S.A., no montante de 176 mEuros;
 - Impossibilidade de conclusão sobre a recuperabilidade dos saldos a receber relativos a Imposto sobre o Valor Acrescentado, nos montantes de 6.709 mEuros, 5.269 mEuros e 3.493 mEuros, liquidados pelos fundos Real Estate - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Real Estate), Imonegócios e Imoreal, respectivamente, na aquisição de diversos imóveis;
 - Impossibilidade de conclusão quanto à continuidade das operações do fundo Real Estate, a qual se encontra dependente do sucesso das suas operações futuras, nomeadamente da venda do seu património imobiliário, renegociação de empréstimos e apoio financeiro dos seus participantes;

- O Relatório de Auditoria relativo ao exercício de 2012 do fundo Imonegócios continha uma reserva por desacordo quanto à valorização da participação financeira na Canda Parque – Sociedade Imobiliária, S.A.. No exercício de 2013 o fundo actualizou a valorização daquela participação, tendo registado uma perda de 4.849 mEuros. Não foi possível quantificar o montante pelo qual o prejuízo do exercício de 2013 do fundo se encontra sobreavaliado e os prejuízos acumulados de exercícios anteriores subavaliados; e
- Impossibilidade de conclusão quanto ao impacto na carteira de títulos do fundo Diversificação de um conjunto de reservas por limitação de âmbito existente nos relatórios de auditoria de fundos por este participados, nomeadamente, Imomarinas, Imoglobal, Imoreal e Real Estate. Adicionalmente, o Relatório de Auditoria deste fundo inclui um ênfase quanto à deliberação da liquidação do fundo pela sua sociedade gestora, em 16 de Janeiro de 2014.

Desta forma, não nos é possível quantificar os impactos nas demonstrações financeiras da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2013, que resultam daquelas limitações.

Opinião

6. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras individuais referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins descritos no parágrafo 8 abaixo, a posição financeira individual da Parups, S.A. em 31 de Dezembro de 2013, o resultado e o outro rendimento integral individuais das suas operações, as alterações no seu capital próprio individual e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

7. Conforme descrito na Nota 10 do Anexo, as demonstrações financeiras individuais da Sociedade em 31 de Dezembro de 2013 apresentam capital próprio negativo no montante de 721.997 mEuros, o que põe em causa a continuidade das operações e obriga à aplicação das normas constantes do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No âmbito do processo de reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das acções representativas do capital social da Parups, S.A., operação que se concretizou em Fevereiro de 2012, tendo passado a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, e o Estado português assumido directamente todos os direitos e obrigações relacionados com a Sociedade.
8. As demonstrações financeiras individuais mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à actividade individual da Sociedade, tendo sido elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual da Sociedade, os investimentos em associadas e empresas do grupo encontram-se registados ao custo de aquisição. A Sociedade irá preparar, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.

9. Conforme descrito na Nota 15 do Anexo, em 31 de Dezembro de 2013 o saldo da rubrica "Passivos correntes - Acionistas" diz respeito a um adiantamento efectuado pelo Estado Português à Sociedade no montante de 35.193 mEuros, que não foi objecto de formalização.
10. Conforme descrito na Nota 4 do Anexo, no âmbito da operação de venda da BPN Gestão de Activas – SGFIM, S.A. pela Parparticipadas, SGPS, S.A., ocorrida em 2012, o Estado Português garantiu a manutenção da gestão do fundo Diversificação pelo adquirente durante um período mínimo de 2 anos.
11. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 são apresentadas pela Sociedade de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós examinadas e a respectiva Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, datada de 30 de Abril de 2013, inclui uma reserva por limitação de âmbito semelhante à descrita no parágrafo 5 acima.

Relato sobre outros requisitos legais

12. É também nossa opinião que a Informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras individuais do exercício de 2013 e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Sociedade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 2 de Junho de 2014



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por José António Mendes Garcia Barata

PARUPS
Conselho Fiscal

Exercício de 2013
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

1. De acordo com o disposto no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre ao Conselho Fiscal emitir relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório de gestão, as contas e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da PARUPS, S.A. (adiante designada por Sociedade ou PARUPS), relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

2. Os atuais membros do Conselho Fiscal da PARUPS foram eleitos por Deliberação Unânime do Acionista Único datada de 24 de Setembro de 2013.

3. O Conselho Fiscal, no âmbito das competências que lhe estão conferidas, procurou conhecer e fiscalizar os actos de gestão do Conselho de Administração da Sociedade, tendo, entre outras medidas, reunido regularmente com os membros do Conselho de Administração e com os representantes da Sociedade do Revisores Oficiais de Contas, para além de ter efectuado as reuniões que entendeu necessárias com dirigentes intermédios, designadamente os responsáveis pelas principais Funções ligadas ao Sistema de Controlo Interno (Compliance, Auditoria Interna e Risco). O Conselho Fiscal teve ainda acesso à documentação e aos esclarecimentos que entendeu ser citar para compreender o suporte das decisões tomadas.

O Conselho Fiscal realizou, durante 2013, 7 reuniões formais

O Conselho Fiscal continua a aprofundar o conhecimento sobre a Sociedade e a respetiva atividade, acompanhando, com a periodicidade e extensão consideradas adequadas, tendo em atenção a natureza e amplitude da actividade, o respectivo desenvolvimento.

4. O Conselho Fiscal analisou o Relatório sobre o Bom Governo da Sociedade elaborado pelo Conselho de Administração da PARUPS.

Por força da aquisição pelo Estado Português, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de 100% das ações representativas do capital social da PARUPS, a Sociedade encontra-se sujeita não só aos respectivos Estatutos e às normas legais relativas às sociedades anónimas – designadamente ao Código das Sociedades Comerciais – mas também, entre outras, ao Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado e das Empresas Públicas, às normas legais aplicáveis à atividade de gestão e alienação dos ativos adquiridos, ao Código dos Valores Mobiliários e regulamentos da CMVM (na parte relativa às UP que detém), ao regulamento de Fundos de Capital de Risco e ao regime Jurídico dos



Fundos de Investimento Mobiliário e, ainda, à legislação referente ao controlo financeiro do Estado exercido pelo Tribunal de Contas.

As normas de Prevenção do Branqueamento de Capitais norteiam também a atividade da empresa.

No âmbito interno, o órgão de gestão continuou a adoptar regulamentos evidenciando preocupação com os princípios da cogregação de funções e de melhor controlo interno. Note-se que, pela sua natureza, a Sociedade está também obrigada à elaboração do *Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas*.

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de março, que definiu os Princípios do Bom Governo, a empresa obriga-se ainda ao cumprimento das orientações estratégicas definidas pelo acionista para a empresa e para o Sector Empresarial do Estado.

O Conselho Fiscal avaliou ainda o Modelo de Governo em vigor na PARUPS, sendo de parecer que o mesmo assegura uma segregação das funções de administração e fiscalização adequada às atividades exercidas pela Sociedade.

O Conselho Fiscal registou o elevado grau de cumprimento dos Objectivos assumidos pela equipa de gestão.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do nível de cumprimento das orientações legais por parte da PARUPS, bem como das Notas e detalhes apresentados, a este propósito, pelo Conselho de Administração, no seu Relatório sobre o Governo da Sociedade, designadamente, no que se refere aos objetivos e respectivo grau de cumprimento das recomendações do Acionista, estrutura de capital, participações sociais e obrigações deidas, órgãos sociais, organização interna (em particular, sistema de gestão e controlo interno, medidas adoptadas na gestão do risco, regulamentos internos e externos, código de conduta), deveres de informação, aplicação de reduções remuneratórias, contratação pública e plano de redução de custos e pacote remunerativo do Conselho de Administração.

5. No âmbito das funções previstas no Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal analisou, em articulação técnica com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2013, apresentados pelo Conselho de Administração da PARUPS, e que foram aprovados em reunião realizada em 30 de Maio de 2014

6. Com base nos procedimentos que puderam ser desenvolvidos, o Conselho Fiscal, não tendo conhecimento de qualquer dado relevante que pudesse alterar, com materialidade, o seu parecer, conclui que o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e tendo presente o mencionado no ponto 9 deste parecer, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição da Sociedade naquela data.



7. O Conselho Fiscal destaca que:

A PARUPS é uma sociedade anónima constituída, em 16 de Setembro de 2010, no âmbito do processo de reestruturação financeira do BPN - Banco Português de Negócios, S.A. ("BPN"), seu acionista único, tendo em vista a reprivatização daquele Banco e face à decisão de segregar um conjunto de ativos do balanço individual e consolidado do Banco, transferindo-o para três sociedades constituídas para esse efeito, designadas "PAR's" (PARUPS, PARVALOREM e PARPARTICIPADAS).

Neste contexto, a Sociedade adquiriu ao "Grupo BPN" um conjunto de imóveis, obras de arte, moedas comemorativas, moedas para coleção e numismática, instrumentos financeiros, quotas e créditos conexos.

Em 2011, a Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças aprovou (Despacho 825/11, de 3 de Junho) a aquisição pelo Estado Português da totalidade das ações representativas do capital social da PARUPS, operação que veio a concretizar-se em 14 de Fevereiro de 2012. O Estado Português assumiu, assim, diretamente, todos os direitos e obrigações desta Sociedade. Com a concretização da operação cessou a carta-conforto antes prestada pelo BPN e o(s) Conselho(s) de Administração começaram, a partir do exercício de 2011, a fazer reflectir, nas demonstrações financeiras, o reconhecimento das imparidades para os citados ativos adquiridos em 2010.

A partir de 1 de agosto de 2012, com o início de funções do atual Conselho de Administração, o ano foi já marcado por profundas mudanças: adaptação ao estatuto de Entidade Pública Reclassificada e integrante do Sector Empresarial do Estado, transformações ao nível organizacional e funcional, instabilidade ao nível dos recursos humanos, alterações dos meios materiais e técnicos disponíveis e procura de soluções adaptadas à atividade de gestão dos ativos sob sua responsabilidade.

A Sociedade pretende gerir e potenciar a valorização dos ativos sob sua gestão, minimizando as perdas para o acionista num contexto de alienação, sendo o seu objecto social, em especial, a prestação de serviços de consultoria, aquisição de títulos, de créditos ou imóveis e correlativa gestão.

A PARUPS não dispõe de quadro de pessoal à excepção dos elementos que integram os órgãos sociais da empresa, sendo a sua gestão assegurada pela PARVALOREM.

8. Em termos das contas da PARUPS relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, o Conselho Fiscal salienta os seguintes indicadores:

O Activo Líquido ascendeu a 693.732 mEuros (representando um decréscimo de 79.921 mEuros face a 2012, ano em que a mesma rubrica atingiu 754.653 mEuros), tendo o Activo não Corrente Líquido contribuído com cerca de 65 MEuros e o Activo Corrente Líquido com cerca de 6 MEuros para este decréscimo (note-se o reforço das Provisões e Perdas por Imparidade [48.245 mEuros] e dos Custos e Perdas Financeiras [52.627 mEuros]);

O Passivo Não Corrente totalizou 1.379.898 mEuros, o que corresponde a um aumento de cerca de 39,7MEuros face ao ano anterior. Registe-se a amortização parcial de empréstimos bancários e obrigacionistas, compensada, designadamente, pela contraliberação de dois empréstimos com o Estado Português, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças; o Passivo Corrente (35.831 mEuros), não regista praticamente alteração face ao ano anterior;

Os Capitais Próprios, negativos, cifraram-se em 721.997 mEuros tendo-se degradado 18% relativamente aos valores já apresentados em 2012 (510.987 mEuros, também negativos), situação a que se aplica o artº 35º do Código das Sociedades Comerciais;

O Resultado Líquido apurado no exercício de 2013 foi negativo em 109.667 mEuros registando-se, porém, uma evolução positiva face ao resultado negativo alcançado no ano anterior (em 2012, o resultado tinha sido 171.050 mEuros, negativos);

As Provisões e Perdas por Imparidade continuaram a registar reforços, embora muito menores que em anos anteriores, atingindo em 31.12.2013 o valor líquido acumulado de 491.018 mEuros (444.261 mEuros em 31.12.2012), na sua maioria afectas ao portfólio de valores mobiliários, e os Custos e Perdas Financeiras (52.627 mEuros), reparidos entre juros e encargos similares do empréstimo obrigacionista e juros de empréstimos bancários e outros empréstimos), contribuíram decisivamente para o resultado negativo apresentado pela empresa, à semelhança do que se verificara no exercício anterior;

Nos Outros Custos Operacionais (10.382 mEuros) inclui-se cerca de 8,7MEuros relativos a menos-valias com a venda de títulos.

9. O Conselho Fiscal apreciou ainda o conteúdo da "Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria" emitidos pelo Revisor Oficial de Contas sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, as quais compreendem o Balanço, as Demonstrações do Rendimento Integral, as Demonstrações das Alterações no Capital Próprio e as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e correspondente Anexo.

O Conselho Fiscal chama a especial atenção para a Reserva constante no ponto 5 e para os Ênfases apresentados nos pontos 7, 8, 9, 10 e 11 da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria às Contas do Revisor Oficial de Contas.

10. O Conselho Fiscal reitera, finalmente, a observação sobre o estado a que chegaram os capitais próprios negativos da Sociedade, pondo em causa a continuidade das operações e determinando a aplicação das normas constantes do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

PARECER

Tudo devidamente ponderado, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove o Relatório de Gestão e Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, apresentados pelo Conselho de Administração da PARUPS, tomando em devida conta o exposto nos números 9 e 10 do presente parecer;
- b) Pondere sobre a proposta de aplicação do resultado do exercício (transferência para Resultados Transitados do Resultado Líquido do Exercício, negativo, de 109.667mEuros), que faz parte integrante do Relatório de Gestão, apresentado pelo Conselho de Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e dela retire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 30 de Maio de 2014

O Conselho Fiscal



Rosa Sá

David Avelar



Miguel Barros

5. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

✓ **Objetivos de gestão** (nos termos do art.º 38º do Dec-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro)

Cumprimento das orientações Legais	Gumprido			Quantificação	Justificação
	Sim	Não	N.A.		
Objetivos de Gestão					
<i>Gerais</i>					
• Redução de Custos Operacionais					
FSE			X		(*)
PESSOAL			X		A empresa não tem quadro de pessoal, apenas Órgãos Sociais. Em 2012 os montantes apresentados no quadro correspondem às remunerações do Conselho Fiscal, de janeiro a dezembro e de membros do Conselho de Administração, referente aos meses de agosto a dezembro.
• PMP	X			100%	
<i>Específicos</i>					
• Avaliação dos ativos	X			100%	(**)
Recomendações do Acionista na aprovação de contas			X		

(*) – A PARUPS, S.A. renegociou contratos de prestação de serviços com vista à redução de custos e racionalização de recursos, nomeadamente ao nível da gestão corrente de imóveis, da prestação de serviços de segurança, de serviços de avaliação e ainda de apólices de seguros multi-riscos dos imóveis. Contudo, para uma análise comparativa dos F.S.E. deveremos ter em atenção que, quer o ano de 2012 quer o ano de 2013 estão influenciados por imputações de custos que não correspondem exclusivamente ao período anual e que o aumento dos custos com obras de reparação e adequação para venda, bem como as comissões de venda fazem aumentar os custos de gestão.

De fato todo o processo complexo de separação de infraestruturas e de identificação dos custos a imputar às várias sociedades, BPN/BIC, PARVALOREM, S.A, PARUPS, S.A., PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A. e ainda suas participadas, associado ao atraso verificado na contabilidade do BPN SERVIÇOS ACE impediu uma adequada reflexão dos custos anuais.

(**) – A PARUPS, S.A. procedeu à atualização das avaliações dos ativos sob sua gestão, através de empresas especializadas.

✓ **Gestão do Risco Financeiro** (nos termos do Despacho n.º 101/2009-SETF de 30 de janeiro e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2013, no despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 abril)

Não Aplicável. A PARUPS, S.A. não recorre a financiamentos de Instituições Financeiras. As suas necessidades são, na componente não coberta por receitas/recebimentos próprios, asseguradas, exclusivamente, por empréstimos do seu acionista, o Estado, através da D.G.T.F.

A carteira de financiamentos em curso está intrinsecamente ligada à reestruturação do BPN e medidas subjacentes à mesma, determinadas pelo Despachos de Sua excelência o Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças n.º 739/10-SETF, de 19 de julho, n.º 875/10-SETF, de 19 de agosto, e n.º 19070-A/2010-SETF, de 15 de dezembro.

- ✓ **Evolução Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores** (nos Termos da RCM n.º 34/2008 de 22 fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009 de 13 abril)

PMP	2013				2012				Variação (%) 4.º T 2013 / 4.º T 2012
	1.º T	2.º T	3.º T	4.º T	1.º T	2.º T	3.º T	4.º T	
PMP a Fornecedores (dias)	8.18	1.36	1.53	7.11	12.69	0.93	0.35	3.43	107,29%

- ✓ **Mapa da posição a 31/12/2013 dos Pagamentos em Atraso** (“Arrears”, nos termos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio)

Dívidas Vencidas	0 - 90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o art. 1º DL 65-A/2011			
		90 - 120 dias	120 - 240 dias	240 - 360 dias	> 360 dias
Aq. Bens e Serviços	0	0	0	0	0
Aq. Capital	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0

- ✓ **Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito das recomendações da acionista**

Não existem recomendações específicas do acionista.

- ✓ **Redução de Remunerações dos Órgãos Sociais e Restantes Trabalhadores**

Cumprimento das Obrigações Legais	Cumprido			Quantificação	Justificação
	Sim	Não	N. A.		
Remunerações					
Mesa A.G. - Aplicação das Reduções Remuneratórias – art.º 27º da Lei n.º 66-B/2012			X		Em 2012 não estavam nomeados os membros da Mesa da A.G.
C.A. - Aplicação das Reduções Remuneratórias – art.º 27º da Lei n.º 66-B/2012	X			100%	A empresa não tem quadro de pessoal. As remunerações correspondem apenas aos Órgãos Sociais
C.A. - Aplicação das Reduções Remuneratórias – art.º 37º da Lei n.º 66-B/2012	X			100%	
C.A. - Aplicação da Redução de 5% - art.º 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			100%	
Fiscalização. - Aplicação das Reduções Remuneratórias – art.º 27º da Lei n.º 66-B/2012	X			100%	
SROC/Auditor Externo. - Aplicação das Reduções Remuneratórias – art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012	X				A remuneração da SROC e Auditor Externo foi objeto de despacho n.º 2261-SET/13 de 5 de dezembro 2013

- ✓ **Artigo 32.º do Estatuto de Gestor Público republicado pelo Dec-Lei 8/2012 de 18 janeiro**

Cumprimento das Obrigações Legais	Cumprido			Justificação
	Sim	Não	N. A.	
Conselho de Administração	X			A deliberação Social Unânime por Escrito do acionista sobre o pacote remunerativo do C.A., que entrou em vigor a partir de 1/AGO/12, cumpre todos os requisitos estabelecidos no EGP

- ✓ **Contratação Pública e Sistema Nacional de Compras Públicas**

Cumprimento das Obrigações Legais	Cumprido			Justificação
	Sim	Não	N. A.	
Contratação Pública			N. A.	O regime de contratação pública não é aplicável à PARUPS, S.A.

- ✓ **Atos e Contratos Celebrados com Valor Superior a 5M€ (nos termos do art.º 47.º da lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas – LOPTC)**

Contratos	Valor (€)	Tribunal de Contas – visto prévio
Empréstimo DGTF	200.000.000	-
Empréstimo DGTF	83.190.000	-

- ✓ **Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) (nos termos da Lei n.º 66-A/2012 de 31 de dezembro)**

Não Aplicável

- ✓ **Parque de Veículos do Estado (nos termos da Lei n.º 66-A/2012 de 31 de dezembro)**

Cumprimento das Obrigações Legais	N.º total (31Dez13)			Justificação
	2013	2012	Variação	
Veículos utilizados	0	0	0	Não há veículos no património da sociedade. Todo o parque automóvel é gerido pela PARVALOREM.

- ✓ **Plano de Redução de Custos** (nos termos do Ofício - Circular DGTF n.º 445 de 27 janeiro 2014 – instruções sobre elaboração dos IPG para 2013)

Plano Redução Custos	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2010		Cumprimento
					Absoluta	%	Identificar S/N
CMVMC (m€)	-	-	1.522	2.180	658	43%	
FSE (m€)							
Desloc. Estadas	-	-	-	-	-	-	-
Ajudas de custo	-	-	-	-	-	-	-
Comunicações	-	-	-	-	-	-	-
Gastos c/ pessoal	-	-	69	139	70	102%	
TOTAL							
Vol. Negócios (m€)	-	-	1.517	1.767	250	16%	-
Peso dos Gastos no VN (%) (1)	-	-	105%	131%	-	-	-

A PARUPS, S.A. foi adquirida pela DGTF em 14 de fevereiro de 2012. Assim sendo, a análise da variação incide sobre os dois últimos anos.

A PARUPS, S.A. não tem quadro de pessoal, apenas Órgãos Sociais.

Nota (1) - de referir que o Volume de Negócios, não integra, por questões de ordem contabilística, o encaixe financeiro que resultou da actividade da empresa na alienação de activos financeiros em 2013 no valor de 21.6 ME contra 6,9ME em 2012. Não podendo considerar estes valores como volume de negócios, dever-se-á, no entanto, considerar o seu valor para o cálculo deste rácio uma vez que constitui uma parte da principal actividade da empresa – recuperação através da venda de ativos financeiros e traduz o grande esforço desenvolvido pela empresa. Assim, teremos : Peso dos gastos no VN em 2012 – 104% e em 2013 – 130%

- ✓ **Redução do n.º de Efetivos e de Cargos Dirigentes** (nos termos dos Ofícios-Circulares – instruções sobre elaboração dos IPG para 2013)

Quadro de Pessoal	2010	2011	2012	2013
N.º de Órgãos Sociais (Cons.Fiscal, Ass.Geral e Cons. Adm)	0	0	7	9
Gastos totais com Pessoal (€)	0	0	69.017	139.660
Gastos com Órgãos Sociais	0	0	69.017	139.660
Rescisões / Indemnizações (€)	0	0	0	0

A PARUPS, S.A. foi adquirida pela DGTF em 14 de fevereiro de 2012. Assim sendo, a análise da variação incide sobre os últimos.

Em 2012 os montantes apresentados no quadro correspondem às remunerações do Conselho Fiscal, de janeiro a dezembro e de membros do Conselho de Administração, referente aos meses de agosto a dezembro.

- ✓ **Princípio da Unidade Tesouraria do Estado** (nos termos do Artigo n.º 124 – Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro)

Cumprimento das Obrigações Legais	Cumprido			Quantificação	Justificação
	Sim	Não	N. A.		
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado			N. A.		(*)

(*) Foi autorizada a exceção do cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria concedida à PARUPS, S.A. através do Despacho n.º 2425/13 da SET – Secretaria de Estado do Tesouro. Nova solicitação anual efetuada no dia 9 de abril de 2014.

- ✓ **Recomendações resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas**

Não foram dirigidas à empresa quaisquer recomendações resultantes de auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas durante o ano de 2013.

- ✓ **Informação divulgada a 31 de dezembro de 2013 no site do SEE**

Informação no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados (pdf)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha Síntese de Empresa	X			
Identificação da Empresa				
Missão, Objetivos, Políticas, Obrig. Serv. Público e modelo de financiamento	X			
Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos Órgãos Sociais)	X			
Estatuto Remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais Regalias	X			
Regulamentos e Transações:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações relevantes c/ Entidades relacionadas	X			
Outras Transações	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação de cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e atual	X			
Esforço Financeiro de Estado	X			

Na presente data a informação está divulgada por via da disponibilização dos Relatórios e Contas de 2011 e 2012 e restante informação introduzida de forma direta na plataforma (SIRIEF) que alimenta o site.

O Relatório e Contas de 2013, contendo toda a informação, será igualmente disponibilizado no site do SEE, estando já em implementação o cumprimento das obrigações de divulgação da informação de forma direta na plataforma SIRIEF para 2014.

Apêndice 1

Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Estatuto Remuneratório Fixado (€) ⁽¹⁾	Remuneração Anual (€)		
				Bruta	Reduções (Lei OE)	Bruta Após Reduções
2012-2014	Presidente	JOSÉ EMÍLIO COUTINHO GARRIDO CASTEL-BRANCO	-	-	-	-
2012-2014	Secretária	CRISTINA MARIA PEREIRA FREIRE	-	-	-	-

(1) - Deliberação Social Unânime por Escrito de 6 agosto 2013 - os membros não serão remunerados;

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc ⁽¹⁾	Data
2012-2014	Presidente	MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	DUE	31-07-2012
2012-2014	Vogal	BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	DUE	31-07-2012
2012-2014	Vogal	FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	DUE	31-07-2012
2012-2014	Vogal	BERNARDO XAVIER ALABAÇA	DUE	31-07-2012

(1) - Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

Nome	EGP				OPRLO	
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas de Representação ⁽¹⁾	Identificar Entidade	Pagadora
	(S/N)	(A/B/C)	Valor (mensal)	(Identif/n.a.)	(O/D)	
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	S	C	4.578,20	1.831,28	n.a.	D
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	S	C	-	-	n.a.	-
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	S	C	-	-	n.a.	-
BERNARDO XAVIER ALABAÇA	S	C	915,64	-	n.a.	D

Nota: EGP - Estatuto de Gestor Público; OPRLO - opção pela remuneração do lugar de origem; O/D - Origem/Destino

Nos termos e para os efeitos do disposto do n.º 4 do artigo 22.º do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 janeiro, objeto da Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, conjugado com o estabelecido no artigo 31.º do EPG, foram autorizados os Dr. Francisco Nogueira Leite, Dr. Bruno Henriques, e Dr.ª Maria Paula Poças a acumular as funções de membros do Conselho de Administração na PARVALOREM, S.A., na PARUPS, S.A. e os Dr. Francisco Nogueira Leite e Dr. Bruno Henriques na PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A., desde que apenas exerçam funções executivas numa delas e não acumulem remunerações.

Nome	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa	Outra	Redução Lei 12-A/2010	Redução (Lei OE)	Redução anos anteriores	Bruta após Reduções
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	-	89.732,72	-	-4.486,58	-8.524,60	-	76.721,54
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	-	-	-	-	-	-	-
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	-	-	-	-	-	-	-
BERNARDO XAVIER ALABAÇA	-	12.818,96	-	-640,92	-	-	12.178,04

Nome	Sub. Refeição *	Benefícios Sociais (€)						
		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de Acidentes Pessoais	Outros	
		Identificar	valor				Identificar	valor
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	-	ACTV	-	-	-	31,32	-	-
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	-	-	-	-	-	-	-	-
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	-	-	-	-	-	-	-	-
BERNARDO XAVIER ALABAÇA	-	-	-	-	-	4,47	-	-

* Os Órgãos Sociais não recebem subsídio de refeição

Nome	Acumulação de Funções - valores anuais (€)					
	Entidade	Função	Regime (Público / Privado)	Bruta (€)	Redução (Lei OE) (€)	Bruta após Reduções (€)
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	-	-	-	-	-	-
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	-	-	-	-	-	-
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	-	-	-	-	-	-
BERNARDO XAVIER ALABAÇA	DGTF - Ministério das Finanças	Subdirector-Geral	Público	-	-	45.486,68
	Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	Público	-	-	472,50
	Sagestamo - Soc. Gestora de Particip. Sociais Imobiliárias, S.A.	Vogal Não Executivo do Conselho de Administração	Público	-	-	11.629,92
	ANA - Aeroportos de Portugal	Vogal do Conselho Fiscal	Público	-	-	13.582,96

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	80,00	366,77	*
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	-	-	-
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	-	-	-

* O custo com comunicações é suportado pela Parvalorem, S.A.

Encargos com Viaturas *								
Viatura atribuída	Celebração de Contrato (S/N)	Valor de referência da Viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	N.º Prestações	Valor da Renda Mensal (€)	Valor Anual (€)
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	N	-	-	-	-	-	-	-
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	N	-	-	-	-	-	-	-
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	N	-	-	-	-	-	-	-

* O custo com viaturas é suportado pela Parvalorem, S.A.

Nome	Plafond Mensal definido	Gastos anuais associados a Viaturas (€) *				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	-	-	-	-	-	-
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	-	-	-	-	-	-
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	-	-	-	-	-	-

* O custo com viaturas é suportado pela Parvalorem, S.A.

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					Gasto total com Viagens (Σ) (€)
	Deslocações em Serviço (€)	Custo com Alojamento (€)	Ajudas de Custo (€)	Outras		
				Identificar	valor (€)	
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES *	-	-	-	-	-	-
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	-	-	-	-	-	-
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	-	-	-	-	-	-

* A Dra. Paula Poças não teve, em 2013, gastos associados a deslocações em serviço

FISCALIZAÇÃO

Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto remuneratório Fixado (Mensal)
			Doc. (1)	Data	
2013 - 2015	Presidente	MARIA ROSA TOBIAS SÁ	AG / D	24-09-2013	500,00
2013 - 2015	Vogal	DAVID ANTÓNIO TEIXEIRA DE AVELAR	AG / D	24-09-2013	350,00
2013 - 2015	Vogal	MIGUEL MENDES DE BARROS	AG / D	24-09-2013	350,00

Legenda: (1) - indicar Resolução AG/DUE/Despacho (D)

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruta	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
MARIA ROSA TOBIAS SÁ	7.000,00	-	7.000,00
DAVID ANTÓNIO TEIXEIRA DE AVELAR	4.900,00	-	4.900,00
MIGUEL MENDES DE BARROS	4.900,00	-	4.900,00

ROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC		Designação		Remuneração (€) a)		N.º de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Doc. (1)	Data	Limite Fixado	Contratada	
2013 - 2015	Revisor Efetivo	DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A., LDA - Representada por: JOSÉ ANTÓNIO MENDES GARCIA BARATA	1210	AG / D	24-09-2013	38.000,00	38.000,00	2
2013 - 2015	Revisor Suplente	CARLOS LUÍS OLIVEIRA DE MELO LOUREIRO	572	AG / D	24-09-2013	-	-	-

Nota: deve ser identificado o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda: (1) - indicar Resolução AG/DUE/Despacho (D)

a) A remuneração da SROC e Auditor Externo foi objeto de Despacho nº 2261-5ET/13 de 5 de dezembro 2013

Nome	Remuneração (€) a)		
	Bruta	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A., LDA - Representada por: JOSÉ ANTÓNIO MENDES GARCIA BARATA	38.000,00	n.a.	n.a.
CARLOS LUÍS OLIVEIRA DE MELO LOUREIRO	-	n.a.	n.a.

a) A remuneração da SROC e Auditor Externo foi objeto de Despacho n.º 2261-SET/13 de 5 de dezembro 2013

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Data da Contratação		Remuneração Anual (€)		
Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A., LDA	43	231	-	-	-	-	-

A auditoria é feita no âmbito da revisão oficial de contas pela DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A., LDA, n.º 231 da CMVM, pelo que o seu custo está incluído na Prestação de Serviços do ROC.

Apêndice 2

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quant. Identific.	Justificação / referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão / planos de Atividades e Orçamento					
• Redução de Custos Operacionais FSE			X		Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
• Redução de Custos Operacionais Pessoal	X			100%	Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
• Acompanhamento das Participadas	X			100%	
• Lançamento do leilão internacional das obras do pintor Joan Miró	X			100%	
• Avaliação dos ativos	X			100%	
Gestão do Risco Financeiro			X		
Limites de Crescimento do Endividamento			X		
Evolução do PMP a Fornecedores	X			107%	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			0	
Recomendações do Acionista na Última Aprovação de Contas			X		
Remunerações:				(€)	
Não Atribuição Prémios de Gestão, nos termos art.º 37º da Lei 66-B/2012	X				
Órgãos Sociais – redução remuner. nos termos art.º 27º da Lei 66-B/2012	X			8.524,60	Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
Órgãos Sociais – redução de 5% por aplicação art.º 12º da Lei 12-A/2010	X			4.486,58	Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
Auditor Externo- redução remuner. nos termos art.º 75º da Lei 66-B/2012			X		
Restantes trabalhadores redução remun. nos termos art.º 27º Lei 66-B/2012			X		Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
Restantes Trabalhadores – proibição de valorização remuneração nos termos do art.º 35º da lei 66-B/2012			X		Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
Art.º 32º do EGP					
• Utilização de cartões de Crédito			X		
• Reembolso de Despesas de Representação Pessoal			X		
Contratação Pública					
• Aplicação das Normas de Contratação Pública pela Empresa			X		Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
• Aplicação das Normas de Contratação Pública pelas Participadas			X		Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
• Contratos submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas			X		Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
Auditorias do tribunal de Contas					
• Recomendação		X			Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
Parque Automóvel			X		Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (art.º 64º da Lei 66-B/2012)			X		Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
Redução de Trabalhadores (art.º 63º da Lei 66-B/2012)					
• N.º de Trabalhadores			X		Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
• N.º de Cargos Dirigentes			X		Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
Princípio da Unidade de Tesouraria (art.º 124º da Lei 66-B/2012)			X		Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais

6. RELATÓRIO SOBRE BOM GOVERNO

**Relatório
de
Governo
Societário**

PARUPS, S.A.

PARUPS, S.A.

2013

Relatório de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2013

I. Missão, Objetivos e Políticas

I.1. Missão

As ações representativas do capital social do BPN – BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A. (“BPN”) foram objeto de nacionalização, por força e nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 62-A/2088, de 11 de novembro.

Subsequentemente, o Decreto-Lei n.º 2/2010, de 05 de janeiro, aprovou a operação de reprivatização do BPN, tendo sido posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 96/2011, de 19 de agosto, no sentido de também contemplar a possibilidade de recorrer à venda direta na reprivatização do BPN.

Em execução dos Despachos de Sua excelência o Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, respeitante à reestruturação do BPN e medidas subjacentes à mesma, determinadas pelos Despachos de Sua excelência o Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças n.º 739/10-SETF, de 19 de julho, n.º 875/10-SETF, de 19 de agosto, e n.º 19070-A/2010-SETF, de 15 de dezembro, foram constituídas através de escritura pública outorgada em 16 de setembro de 2010, as sociedades PARVALOREM, S.A., PARUPS, S.A. e PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A., (sociedades “PAR’S”) tendo como acionista único o BPN.

No âmbito do “Memorandum of Understanding” e do “Memorandum of Economic and Financial Policies” celebrados pelo Governo Português com a Comissão Europeia e com o Fundo Monetário Internacional, respetivamente e em execução do Despacho n.º 825/11 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, de 3 de junho de 2011, que determina a aquisição pelo Estado Português, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças das ações, o Estado Português adquiriu 100% das ações representativas do capital social da PARVALOREM, S.A., da PARUPS, S.A. e da PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A., ao BPN em 14 de fevereiro de 2012.

As medidas subjacentes à reestruturação determinadas pelo Despachos de Sua excelência o Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças n.º 739/10-SETF, de 19 de julho, n.º 875/10-SETF, de 19 de agosto, e n.º 19070-A/2010-SETF, de 15 de dezembro, passam pela segregação de um conjunto de ativos do balanço individual e consolidado do BPN e pela sua transmissão para as sociedades “PAR’S”.

A PARUPS, S.A. é uma sociedade anónima que tem por objeto social a prestação de serviços de consultoria; aquisição para a sociedade de títulos, de créditos ou imóveis e correlativa gestão de bens pertencentes à sociedade.

Neste enquadramento, coube à PARUPS, S.A. adquirir ao “GRUPO BPN” um conjunto de imóveis, obras de arte, moedas comemorativas, moedas para fins de coleção e numismática, instrumentos financeiros, quotas e créditos conexos.

A missão da PARUPS, S.A. é contribuir para a minimização do esforço financeiro assumido pelo Estado no âmbito da operação de reprivatização do BPN.



A sociedade tem por objetivo gerir e potenciar a valorização dos ativos sob gestão, por forma a minimizar a perda para o acionista num contexto de alienação.

A PARUPS, S.A. está focada nas diretrizes recebidas do seu acionista único, o Estado Português, de centralização da gestão em políticas de máxima valorização das várias tipologias dos seus ativos com vista a iniciar processos de alienação no menor tempo possível e num clima mais consentâneo com perspectivas de recuperação.

As participações desta sociedade abrangem vários setores, nomeadamente: Imobiliário, Gestão de Participações Sociais, Fundos, Indústria, Serviços e Carteira de Obras de Arte.

I.2. Políticas e Linhas de Ação

Neste enquadramento, foram definidas grandes linhas de atuação:

- Levantamento exaustivo de todas as carteiras de ativos e suas necessidades de gestão administrativa;
- Iniciar processo de avaliação dos ativos;
- Identificar os processos mais adequados à gestão da venda das várias tipologias de ativos;
- Assegurar, através das estruturas da PARVALOREM, S.A. o normal funcionamento da atividade da PARUPS, S.A., num clima de reestruturação das PAR'S;
- Racionalizar todos os recursos disponíveis, tecnológicos e humanos com base no suporte operacional e tecnológico da PARVALOREM, S.A.;
- Analisar e racionalizar os contratos de prestação de serviços associados aos vários ativos;
- Assegurar a gestão corrente e estratégica do património de ativos resultantes do espólio do BPN, S.A., nomeadamente nas áreas dos ativos financeiros, ativos imobiliários, obras de arte e moedas;
- Assegurar o cumprimento de todos os regulamentos em vigor, nomeadamente os aplicáveis às sociedades gestoras de ativos e aos fundos;
- Adaptar a informação de gestão interna aos requisitos exigidos às empresas do SEE (Setor Empresarial do Estado).

I.3. Objetivos e Grau de Cumprimento

Cumprimento de objetivos:

A análise do grau de cumprimento dos objetivos fundamenta-se na prossecução de um princípio básico de interesse público que conduziu à constituição da sociedade, nomeadamente a minimização do esforço financeiro do Estado, nas orientações do acionista e nas regras de bom governo definidas para o SEE (*Setor Empresarial do Estado*).

Linhas de Atuação/Objetivos	Grau de Cumprimento	OBS
Levantamento exaustivo de todas as carteiras de ativos e suas necessidades de gestão administrativa	100%	
Iniciar processo de avaliação dos ativos	100%	
Identificar os processos mais adequados à gestão da venda das várias tipologias de ativos	80%	
Assegurar, através das estruturas da PARVALOREM, S.A. o normal funcionamento da atividade da PARUPS, S.A., num clima de reestruturação das PAR'S	100%	
Racionalizar todos os recursos disponíveis, tecnológicos e humanos com base no suporte operacional e tecnológico da PARVALOREM, S.A.	100%	
Analisar e racionalizar os contratos de prestação de serviços associados aos vários ativos	80%	
Assegurar a gestão corrente e estratégica do património de ativos resultantes do espólio do BPN, S.A., nomeadamente nas áreas dos ativos financeiros, ativos imobiliários, obras de arte e moedas	100%	
Assegurar a gestão corrente e estratégica do património de ativos resultantes das dações em pagamento dos créditos da PARVALOREM, S.A.	100%	
Dinamizar os processos de comercialização do património imobiliário da PARUPS, S.A.	100%	
Assegurar o cumprimento de todos os regulamentos em vigor, nomeadamente os aplicáveis às sociedades gestoras de ativos financeiros e não financeiros	100%	
Adaptar a informação de gestão interna aos requisitos exigidos às empresas do SEE (Setor Empresarial do Estado).	70%	Adaptação gradual da informação interna às normas do SEE

I.4. Fatores Chave Para os Resultados da Empresa

Capacidade de gestão do universo de imóveis com características muito heterogéneas e localização muito dispersa. A gestão corrente está a cargo de duas empresas em regime de “outsourcing” e a uma equipa interna de coordenação que acompanha estas empresas, nomeadamente, de administração de imóveis, de serviços de segurança, de seguros e avaliações;

Capacidade de dinamizar os processos de comercialização e promover uma adequada gestão da venda e arrendamento dos imóveis;

Informatização da base de dados da carteira de imóveis sob gestão;

Capacidade de estabelecer protocolos com instituições bancárias para promoção do financiamento à compra destes imóveis para habitação própria;

Controlo rigoroso dos custos a suportar com as obras de adequação dos imóveis para venda e controlo apertado dos custos de gestão corrente;

Capacidade de dinamizar e promover o processo de comercialização do património artístico;

Capacidade de encontrar soluções e promover o escoamento dos ativos “Moedas e Numismática”;

Capacidade de promover a alienação de ativos financeiros, disponíveis para venda, no mercado secundário;

Evolução da economia portuguesa num quadro de restritividade das condições monetárias e financeiras e de manutenção da política contracionista orçamental;

Evolução das condições de concessão de crédito à economia pelo setor bancário, nomeadamente, as relativas ao crédito a particulares que, numa situação menos adversa, poderá permitir o incremento da alienação dos imóveis das PAR’S.

II. Capital

II.1. Estrutura de Capital

O capital social da PARUPS, S.A., integralmente subscrito e realizado, é de cinquenta mil euros e é representado por dez mil ações com o valor nominal de cinco euros cada uma.

Cabe à Assembleia Geral deliberar sobre aumentos do capital social e respetiva realização, quando se tornem necessários à equilibrada expansão das atividades da sociedade.

As ações da sociedade podem ser escriturais ou tituladas, sendo convertíveis reciprocamente nos termos da lei.

As ações são ao portador e, quando tituladas, representadas em títulos de uma, cinco, dez, vinte, cinquenta, cem, duzentas, quinhentas, mil e múltiplos de mil ações.

Os títulos, definitivos ou provisórios, representativos das ações serão assinados, ainda que através de chancela, por um membro do órgão de administração.

Enquadrado no processo de reprivatização do BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS foi aprovada (despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de junho de 2011) a aquisição pelo ESTADO PORTUGUÊS, através da DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS, da totalidade das ações representativas do capital social da PARUPS, S.A., operação que veio a

concretizar-se em 14 de fevereiro de 2012, tendo o ESTADO PORTUGUÊS assumido diretamente todos os direitos e obrigações desta sociedade.

II.2. Titularidade e Transmissibilidade das Ações

As deliberações sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução da sociedade ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, sem a especificar, devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, quer a assembleia reúna em primeira quer em segunda convocação.

As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria dos votos emitidos, correspondendo um voto a cada grupo de cem ações.

II.3. Acordos Parassociais

O acionista único é o ESTADO PORTUGUÊS, não existem acordos parassociais.

III. Participações Sociais e Obrigações Detidas

III.1. Titulares de Participações Noutras Entidades

A PARUPS, S.A. é titular das seguintes participações em associadas e empresas do grupo:

Associadas	Participação (%)
Fundo Capital de Risco do Banco Efisa	30,00%
Payup Desenvolvimento de Negócios, S.A.	33,33%
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	26,10%
Calzeus - Calçado e Acessórios	89,91%
Payup Holding B.V.	19,50%
Tecneira Moçambique, S.A.	60,00%

III.2. Aquisição e Alienação de Participações Sociais

A PARUPS, S.A. era dona e legítima titular de 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) ações da LUSIAVES – SGPS, SA.

Estas ações estavam associadas a um contrato de opção de venda que previa, em qualquer data a partir de 14 de outubro de 2015, a opção pela venda das ações LUSIAVES, SGPS, S.A. pelo preço global de €5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil euros).

As 2.500.000 ações da LUSIAVES – SGPS, S.A. constituíam uma das garantias, através de um contrato de penhor, de liquidação de responsabilidades da PARUPS, S.A. junto da C.G.D., concretamente de um contrato de mútuo com início em dezembro de 2010.

A PARUPS, S.A. seguindo as diretrizes recebidas do seu acionista único, o Estado Português, de centralização da gestão em políticas de máxima valorização das várias tipologias dos seus ativos com vista a iniciar processos de alienação no menor tempo possível e num clima mais consentâneo com perspetivas de recuperação, propôs à LUSIAVES, SGPS, S.A. a antecipação do exercício da opção de venda pelo montante global de €5.000.000 (cinco milhões de euros), com pagamento de 50% a 30 de abril de 2013 e 50% a 31 de dezembro de 2013, o que mereceu o acordo da sociedade.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 37.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto (o “Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado e Empresas Públicas”), foi autorizada pela Tutela a alienação antecipada, por parte da PARUPS S.A. da participação de 3,57% no capital social da LUSIAVES, SGPS, S.A.

III.3. Prestação de Garantias Financeiras ou Assunção de Passivos

A PARUPS, S.A. não prestou quaisquer garantias financeiras nem assumiu passivos de outras entidades, mesmo no âmbito do grupo das PAR’S.

III.4. Ações e Obrigações Detidas por Membros dos Órgãos Sociais

Os membros dos Órgãos Sociais não detêm quaisquer ações ou obrigações da sociedade.

III.5. Relações Significativas de Natureza Comercial

Não existem relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a PARUPS, S.A..

III.6. Mecanismos Adotados para Prevenção da Existência de Conflitos de Interesse

A PARVALOREM, S.A. de acordo com a recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de julho de 2009, elaborou um PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS que estabelece a política das PAR’S (*PARVALOREM, PARUPS E PARPARTICIPADAS*) em relação ao combate à fraude, assim como os procedimentos a serem seguidos.

Faz parte integrante deste documento o CÓDIGO DEONTOLÓGICO (I.S. N.º 04/19 de 08-08-2013) que reúne os princípios fundamentais pelos quais se deve reger a organização

e estabelece o conjunto de regras que deve pautar o comportamento dos colaboradores no exercício das suas atividades (*estrutura de suporte à atividade da PARUPS*).

Aos trabalhadores da PARVALOREM, S.A. (*estrutura operacional de suporte à atividade da PARUPS*) está interdita:

- A intervenção na apreciação e decisão de operações em que sejam, direta ou indiretamente, interessados os próprios, seus cônjuges, parentes ou afins em 1.º grau, ou ainda Empresas ou outras Entidades coletivas que aqueles, direta ou indiretamente, controlem;
- A execução de operações em que intervenham como ordenantes ou beneficiários, direta ou indiretamente, os próprios, seus cônjuges, parentes ou afins em 1.º grau, ou ainda Empresas ou outras Entidades coletivas que aqueles, direta ou indiretamente controlem.

Durante o ano de 2013 foram emitidas várias instruções de serviço para suporte destas políticas e procedimentos.

De acordo com a RCM n.º 49/2007 de 28 de março (*ponto 22*) os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem:

- Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas;
- No início de cada mandato, e sempre que se justificar, tais membros devem declarar ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse;

Os membros do Conselho de Administração da PARUPS, S.A.:

- Cumprem as disposições legais relativas à comunicação de cargos exercidos em acumulação;
- Respeitam as normas relativas à abstenção de intervir em decisões que envolvam o seu próprio interesse;
- Respeitam as normas de declaração de quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse;

- E ainda, obedecem às regras relativas à declaração de interesses, bem como ao regime de incompatibilidades e impedimentos definido no “Estatuto do Gestor Público” (Decreto-Lei n.º 71/2007).

No anexo A deste relatório encontra-se a DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO de que se abstêm de interferir em decisões que envolvam os seus próprios interesses.

IV. Órgãos Sociais e Comissões

A. Mesa da Assembleia Geral

IV.A.1. Composição da Mesa da AG, Mandato e Remuneração

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um presidente e um secretário. Ao Presidente incumbe convocar, com observância das formalidades legais, as reuniões da assembleia.

JOSÉ EMÍLIO COUTINHO GARRIDO CASTEL-BRANCO (Presidente)

CRISTINA MARIA PEREIRA FREIRE (Secretária)

Mandato Membros da Mesa da Assembleia Geral:

Prazo de duração do(s) mandato(s): até final do mandato do C.A. em curso 2012 - 2014

Data da Deliberação Social Unânime por Escrito: 06.08.2013

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual (€)	
			Fixada(€) ⁽¹⁾	Bruto Pago (€)
2012-2014	Presidente	JOSÉ EMÍLIO COUTINHO GARRIDO CASTEL-BRANCO	-	-
2012-2014	Secretária	CRISTINA MARIA PEREIRA FREIRE	-	-

(1) - Deliberação Social Unânime por Escrito de 6 agosto 2013 - os membros não serão remunerados

Os membros da Mesa da A.G. são remunerados apenas pela PARVALOREM, S.A..

IV.A.2. Deliberações Acionistas

Nos termos dos estatutos vigentes, as deliberações sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução da sociedade ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, sem a especificar, devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, quer a assembleia reúna em primeira quer em segunda convocação, inexistindo outras disposições além das legais vigentes.

B. Administração e Supervisão

IV.B.1. Modelo de Governo Adotado

De acordo com os estatutos da sociedade o modelo de governo definido assenta nos seguintes Órgãos Sociais:

- **A Assembleia Geral;**
- **O Conselho de Administração;**
- **O Conselho Fiscal.**

IV.B.2. Regras Estatutárias

Os membros dos órgãos sociais são designados por períodos de três anos, não sendo obrigatória a coincidência de mandatos, e são renováveis nos termos da legislação aplicável.

Os membros dos órgãos sociais mantêm-se em funções para além do termo dos respetivos mandatos, até à eleição dos novos titulares.

IV.B.3. Composição e Mandato do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da sociedade é composto por um mínimo de três e um máximo de onze elementos, sendo um deles designado Presidente.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação legal da Atual Nomeação	N.º de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2012-2014	Presidente	MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	31-07-2012	1	Executivo
2012-2014	Vogal	BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	31-07-2012	1	Não executivo
2012-2014	Vogal	FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	31-07-2012	1	Não executivo
2012-2014	Vogal	BERNARDO XAVIER ALABAÇA	31-07-2012	1	Não executivo

IV.B.4. Membros Não Executivos do Conselho de Administração

Os Vogais do C.A. são membros não executivos que não estão associados a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontram em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, pelo que são considerados independentes.

IV.B.5. Elementos Curriculares Relevantes

Presidente do Conselho de Administração

Maria Paula Poças Rodrigues

Data de nascimento	<ul style="list-style-type: none">• 23 de maio de 1965
Cargos que exerce	<ul style="list-style-type: none">• Presidente do Conselho de Administração da PARUPS, S.A.• Vogal do Conselho de Administração da PARVALOREM, S.A.• Vogal do Conselho de Administração do BPN SERVIÇOS – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, OPERACIONAIS E INFORMÁTICOS ACE
Cargos que exerceu	<ul style="list-style-type: none">• Responsável pela Tesouraria das Sociedades veiculo criadas pelo BPN, PARVALOREM, S.A., PARUPS, S.A. e PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A.• Assessora do Administrador Comercial no BPN – BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS SA• Diretora Coordenadora no BPN – BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS SA• Responsável de Sucursal no BANCO MILLENNIUM BCP• Gerente de Agência no BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO S.A.• Subgerente no BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO S.A.• Gestora de Conta no BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO S.A.
Habilitações académicas	<ul style="list-style-type: none">• Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia (ISE) da Universidade Técnica de Lisboa
Informação adicional	<ul style="list-style-type: none">• Participação no BPN, S.A. em várias equipas de trabalho como representante da área comercial em diversos projetos, entre os quais: criação do BPN interativo, Workflow de Crédito, Workflow de Operações Passivas, Projeto Adamastor, que visava a alteração do sistema informático do BPN, digitalização de fichas de assinaturas, gestão de garantias, criação do Sistema de Informação de Gestão (SIG) e Otimização do Backoffice.

Vogal do Conselho de Administração

Francisco Nogueira Leite

Data de nascimento	<ul style="list-style-type: none">• 23 de novembro de 1959
Cargos que exerce	<ul style="list-style-type: none">• Presidente do Conselho de Administração da PARVALOREM, S.A.• Vogal do Conselho de Administração da PARPARTICIPADAS SGPS, S.A.• Vogal do Conselho de Administração da PARUPS, S.A.• Presidente do Conselho de Administração da BPN CRÉDITO - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.• Presidente do Conselho de Administração da IMOFUNDOS – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, S.A.• Vogal do Conselho de Administração da BPN SERVIÇOS – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, OPERACIONAIS E INFORMÁTICOS ACE• Presidente do Conselho de Administração do BANCO EFISA, S.A.
Cargos que exerceu	<ul style="list-style-type: none">• Presidente do Conselho de Administração da ECOSAÚDE, S.A.• Administrador Executivo da FERNAVE, S.A.• Presidente do SIJE, S.A.• Membro Conselho Fiscal do EUROSHORE, S.A.• Secretário Geral da SOCIEDADE GERAL DE PROJECTOS INDUSTRIAIS E SERVIÇOS, S.A. – IPE• Advogado
Habilitações académicas	<ul style="list-style-type: none">• Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa.
Outras habilitações /Distinções obtidas	<ul style="list-style-type: none">• Pós Graduação em Estudos Europeus (Dominante Jurídica) na Universidade Católica Portuguesa

Vogal do Conselho de Administração

Bruno Raposo de Castro Henriques

Data de nascimento	<ul style="list-style-type: none">• 24 de janeiro de 1978
Cargos que exerce	<ul style="list-style-type: none">• Presidente do Conselho de Administração da PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A.• Vogal do Conselho de Administração da PARVALOREM, S.A.• Vogal do Conselho de Administração da PARUPS, S.A.• Vogal do Conselho de Administração da BPN CRÉDITO - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.• Vogal do Conselho de Administração da IMOFUNDOS – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, S.A.• Vogal do Conselho de Administração da BPN SERVIÇOS – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, OPERACIONAIS E INFORMÁTICOS ACE• Vogal do Conselho de Administração do BANCO EFISA, S.A.
Cargos que exerceu	<ul style="list-style-type: none">• Sub-Diretor do Departamento <i>Corporate Finance</i> do BANCO EFISA, S.A.• Sub-Diretor do Departamento <i>Special Projects</i> do BANCO EFISA, S.A.• Assistente de Direção do Departamento <i>International Business Development</i> do BANCO EFISA, S.A.• Director da Direção Financeira e Controlo de Gestão da ECOSAÚDE – EDUCAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E CONSULTORIA EM SAÚDE E AMBIENTE, S.A.• Director da Direção Financeira e Controlo de Gestão da CARHOLDING SGPS, S.A.• Analista de Crédito no Gabinete Empresas&Soluções da Sede da CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.• <i>Account Júnior</i> no GRUPO MCCANN-ERICKSON – MRM – MCCANN RELATIONSHIP MARKETING PORTUGAL• Sócio-fundador e Administrador/Gerente de diversas empresas nas áreas de marketing e publicidade, produção gráfica, imobiliária e ensino
Habilitações académicas	<ul style="list-style-type: none">• Licenciado em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa
Outras habilitações /Distinções obtidas	<ul style="list-style-type: none">• Realização de sessões semestrais para alunos de Mestrado e Licenciatura, como Conferencista Convidado, na UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, sobre o tema "As Origens e Consequências da Crise"• Turnaround Management Strategies – Executive Education Programs na Harvard Business School – Boston, USA• Programa Avançado de Gestão Bancária na Universidade Católica Portuguesa• Curso Avançado para Executivos – Comércio e Distribuição Automóvel na Universidade Nova de Lisboa

Vogal do Conselho de Administração

Bernardo Xavier Alabaça

Data de nascimento	<ul style="list-style-type: none">• 08 de junho de 1973
Cargos que exerce	<ul style="list-style-type: none">• Vogal do Conselho Fiscal da EP – Estradas de Portugal, S.A. (desde novembro de 2013)• Vogal não executivo do Conselho de Administração da Parups, S.A. (desde agosto de 2012)• Vogal não executivo do Conselho de Administração da Sagestamo – Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias, S.A. (desde maio de 2012)• Vice – Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. (desde novembro de 2011)• Subdiretor-Geral do Tesouro e Finanças do Ministério das Finanças (desde agosto de 2011)
Cargos que exerceu	<ul style="list-style-type: none">• Vogal do Conselho Fiscal da ANA Aeroportos de Portugal, S.A. (de agosto de 2012 a setembro de 2013)• Assessor do Conselho de Administração da Pelicano, Investimento Imobiliário, S.A. (de dezembro de 2009 a agosto de 2011)• Diretor Comercial e de Desenvolvimento Internacional da EDIFER Imobiliária, S.A. (de janeiro de 2008 a novembro de 2009)• Diretor do Departamento de Promoção Imobiliária da CB Richards Ellis, S.A (de maio de 2006 a dezembro de 2007)• Responsável do Departamento de Investimento da DTZ Portugal, International Property Advisers, S.A. (de dezembro de 2005 a abril de 2006)• Diretor-Geral de Infra-estruturas do Ministério da Defesa Nacional (de outubro de 2002 a dezembro de 2005)• Diretor do Departamento de Investimento da DTZ Portugal, International Property Advisers, S.A. (de agosto de 2002 a setembro de 2002)• Consultor da Imométrica, Lda (de julho 2001 a julho 2002)• Sócio-gerente da Imorating - Consultores Imobiliários (de agosto de 1999 a agosto de 2002)• Avaliador da Luso-Roux, Lda (de outubro de 1997 a julho de 1999)• Técnico superior da EDIFER Construções, S.A. (de setembro de 1996 a setembro de 1997)
Habilitações académicas	<ul style="list-style-type: none">• Licenciado em Engenharia e Gestão Industrial pelo Instituto Superior Técnico e mestrado em Finanças pelo ISCTE

IV.B.6. Relações Familiares, Profissionais ou Comerciais com Acionistas

Os elementos do Conselho de Administração não detêm relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas com o acionista.



IV.B.7 Repartição de Competências

Conselho de Administração - Competências	Delegações Competências
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos relativos ao objeto social; ▪ Estabelecer a organização interna da empresa e elaborar os regulamentos e as instruções que julgar conveniente; ▪ Contratar os trabalhadores da sociedade, estabelecendo as respetivas condições contratuais, e exercer em relação aos mesmos o correspondente poder diretivo e disciplinar; ▪ Constituir mandatários com os poderes que julgar convenientes; ▪ Decidir sobre a participação no capital social de outras sociedades; ▪ Adquirir, onerar e alienar quaisquer bens e direitos, móveis ou imóveis quando o entenda conveniente para a sociedade; ▪ Executar e fazer cumprir os preceitos legais e estatutários e as deliberações da Assembleia Geral; ▪ Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo contrair obrigações, propor e fazer seguir pleitos, confessar, desistir ou transigir em processos, comprometer-se em arbitragens e assinar termos de responsabilidade; ▪ Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pelos Estatutos e deliberar sobre quaisquer outros assuntos que não caibam na competência dos outros órgãos da sociedade. 	<p>A delegação de competências, no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade, está regulamentada através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assinaturas, Autorizações e Procurações; • Autorização e Pagamento de Despesas.

IV.B.8. Funcionamento do Conselho de Administração

Distribuição dos Pelouros

Dr.^a Paula Poças (Presidente)

- Direção Financeira, Contabilidade e Controlo de Gestão;
- Direção de Operações, de Sistemas de Informação e Logística;
- Gabinete de Risco.

Dr. Francisco Nogueira Leite (Vogal)

- Representação Institucional;
- Direção de Contencioso e Assuntos Jurídicos.

Dr. Bruno de Castro Henriques (Vogal)

- Direção de Auditoria Interna;
- Direção de Gestão de Ativos;
- Gabinete de Compliance.

Eng.º Bernardo Xavier Alabaça (Vogal)

- Sem pelouros atribuídos

Durante o ano de 2013 foram realizadas 46 reuniões do Conselho de Administração, das quais 33 com a presença de todos os elementos e elaboradas as respetivas atas.

Nos termos e para os efeitos do disposto do n.º 4 do artigo 22.º do Estatuto do Gestor Público (*EGP*), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 janeiro, objeto da Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, conjugado com o estabelecido no artigo 31.º do EPG, foram autorizados os Dr. Francisco Nogueira Leite, Dr. Bruno Henriques, e Dr.ª Maria Paula Poças a acumular as funções de membros do Conselho de Administração na PARVALOREM, S.A., na PARUPS, S.A. e o Dr. Francisco Nogueira Leite e Dr. Bruno Henriques na PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A., desde que apenas exerçam funções executivas numa delas e não acumulem remunerações.

Todavia, caso deixem de exercer funções executivas em qualquer uma das três sociedades acima referidas terão direito às remunerações auferidas enquanto vogais não executivos do Conselho de Administração dessas sociedades. A estas remunerações serão aplicadas outras reduções que vierem a ser legalmente determinadas.

A apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade cabe ao representante do acionista em sede de Assembleia Geral.

IV.B.9. Comissões Existentes

Não foram constituídas comissões no seio do Órgão de Administração.

C. Fiscalização

IV.C.1. Órgão de Fiscalização

A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O Conselho Fiscal é composto por um presidente e dois vogais.

IV.C.2. Membros do Órgão de Fiscalização

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação legal da Atual Nomeação	N.º de Mandatos exercidos na sociedade	Data da 1.ª designação
2013 - 2015	Presidente	MARIA ROSA TOBIAS SÁ	31-07-2012	2	28-04-2011
2013 - 2015	Vogal	DAVID ANTÓNIO TEIXEIRA DE AVELAR	31-07-2012	2	28-04-2011
2013 - 2015	Vogal	MIGUEL MENDES DE BARROS	31-07-2012	2	28-04-2011

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€) ⁽¹⁾	Bruto pago (€) ⁽²⁾
2013 - 2015	Presidente	MARIA ROSA TOBIAS SÁ	500,00	7.000,00
2013 - 2015	Vogal	DAVID ANTÓNIO TEIXEIRA DE AVELAR	350,00	4.900,00
2013 - 2015	Vogal	MIGUEL MENDES DE BARROS	350,00	4.900,00

Legenda: (1) - Valor Bruto Anual fixado
(2) - Antes de reduções remuneratórias

IV.C.3. Elementos Curriculares Relevantes

Presidente do Conselho Fiscal

Maria Rosa Tobias Sá

Data de nascimento	<ul style="list-style-type: none">• 16 de agosto de 1960
Cargos que exerce	<ul style="list-style-type: none">• Vogal do Conselho Fiscal do Caixa - Banco de Investimento, S.A.• Vogal do Conselho Fiscal da Gerbanca, SGPS, S.A.
Cargos que exerceu	<ul style="list-style-type: none">• Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I.P.• Chefe de Unidade do Organismo Europeu de Luta Antifraude• Coordenadora do Núcleo de Assessoria Técnica da Procuradoria-Geral da República• Subdiretora-Geral do Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu• Diretora de Serviços da Inspeção - Geral do Ministério da Agricultura e das Pescas• Inspetora de Finanças Principal da Inspeção Geral de Finanças• Vogal do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, S.A.• Presidente do Conselho Fiscal do BANCO EFISA, S.A.• Presidente do Conselho Fiscal da PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A.• Presidente do Conselho Fiscal da PARVALOREM, S.A.• Presidente do Conselho Fiscal da PARUPS, S.A.
Habilitações académicas	<ul style="list-style-type: none">• Licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) – área de Métodos Matemáticos
Outras habilitações /Distinções obtidas	<ul style="list-style-type: none">• Lecionou no Instituto Superior de Línguas e Administração ("Métodos Matemáticos aplicados à Gestão", "Estatística" e "Investigação Operacional") e na Faculdade de Economia da Universidade do Porto ("Complementos de Matemática e Teoria das Probabilidades").

Vogal do Conselho Fiscal

David António Teixeira de Avelar

Data de nascimento	<ul style="list-style-type: none">• 23 de dezembro de 1957
Cargos que exerce	<ul style="list-style-type: none">• Vogal do Conselho Diretivo do Instituto Luso-Árabe para a Cooperação• Vogal do Conselho Fiscal do BANCO EFISA, S.A.• Vogal do Conselho Fiscal da PARVALOREM, S.A.• Vogal do Conselho Fiscal da PARUPS, S.A.• Vogal do Conselho Fiscal da PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A.• Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE AUTOMOBILISMO E KARTING• Advogado inscrito na ORDEM DOS ADVOGADOS desde 1985
Cargos que exerceu	<ul style="list-style-type: none">• Entre 1986 e 1991 desempenhou funções de Adjunto Jurídico em GABINETES MINISTERIAIS DOS IX, X E XI GOVERNOS CONSTITUCIONAIS.• Entre junho de 1993 e setembro de 1996, advogado dos quadros da Direção dos Assuntos Jurídicos da CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.
Habilitações académicas	<ul style="list-style-type: none">• Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa

Vogal do Conselho Fiscal

Miguel Mendes de Barros

Data de nascimento	<ul style="list-style-type: none">• 23 de março de 1984
Cargos que exerce	<ul style="list-style-type: none">• Vogal do Conselho Fiscal do BANCO EFISA, S.A.• Vogal do Conselho Fiscal da PARVALOREM, S.A.• Vogal do Conselho Fiscal da PARUPS, S.A.• Vogal do Conselho Fiscal da PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A.
Cargos que exerceu	N/A
Habilitações académicas	<ul style="list-style-type: none">• Licenciado em Engenharia Eletrotécnica pelo Instituto Superior Técnico – Área de Telecomunicações
Outras habilitações /Distinções obtidas	N/A

IV.C.4. Funcionamento da Fiscalização

Durante o ano de 2013 foram realizadas 7 reuniões do Conselho Fiscal com a presença de todos os elementos e elaboradas as respetivas atas.

Os membros do Conselho Fiscal da PARVALOREM, S.A. exercem simultaneamente cargos no Conselho Fiscal das outras empresas do GRUPO PAR'S, na PARUPS, S.A. e PARPARTICIPADAS, S.A..

Cabe ao Conselho Fiscal, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 420 do Código das Sociedades Comerciais apresentar à Assembleia Geral uma proposta de nomeação do Revisor Oficial de Contas.

D. Revisor Oficial de Contas

IV.D.1. Identificação ROC, SROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC		N.º de anos exercício função
		Nome	Número	
2013 - 2015	Revisor Efetivo	DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A., LDA - Representada por: JOSÉ ANTÓNIO MENDES GARCIA BARATA	1210	4
2013 - 2015	Revisor Suplente	CARLOS LUÍS OLIVEIRA DE MELO LOUREIRO	572	4

IV.D.2. Limitações Legais

O Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e o seu suplente não podem ser membros do Conselho Fiscal.

IV.D.3. Exercício de Funções na Sociedade / Grupo

A SROC / ROC exerce funções há 4 anos consecutivos no GRUPO PAR'S, PARVALOREM, S.A., PARUPS, S.A., e PARPARTICIPADAS, S.A..

IV.D.4. Outros Serviços Prestados à Sociedade

O Dr. José António Mendes Garcia Barata não exerce quaisquer outras funções de consultoria ou aconselhamento fiscal na sociedade.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação legal da Atual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2013 - 2015	Revisor Efetivo	DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A., LDA - Representada por: JOSÉ ANTÓNIO MENDES GARCIA BARATA	24-09-2013	2	-
2013 - 2015	Revisor Suplente	CARLOS LUÍS OLIVEIRA DE MELO LOUREIRO	24-09-2013	2	-

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual a)	
			Fixada (€) ⁽¹⁾	Bruto pago (€) ^(b)
2013 - 2015	Revisor Efetivo	DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A., LDA - Representada por: JOSÉ ANTÓNIO MENDES GARCIA BARATA	38.000,00	-
2013 - 2015	Revisor Suplente	CARLOS LUÍS OLIVEIRA DE MELO LOUREIRO		

(1) - Valor Bruto Anual fixado

a) A remuneração da SROC e Auditor Externo foi objeto de Despacho n.º 2261-SET/13 de 5 de dezembro 2013

b) Os serviços prestados pelo ROC em 2013 serão pagos em 2014

E. Auditor Externo

IV.E.1. Identificação Auditor

A auditoria é feita no âmbito da revisão oficial de contas pela DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A., LDA n.º 231 da CMVM.

IV.E.2. Política e Periodicidade da Rotação

A DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A., LDA é responsável pela auditoria, no âmbito da revisão oficial de contas, há 4 anos consecutivos no GRUPO PAR'S, PARVALOREM, S.A., PARUPS, S.A., e PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A..

IV.E.3. Outros Trabalhos Realizados

Outros trabalhos realizados para o Grupo das PAR'S e suas ASSOCIADAS:

PARVALOREM

- Auditoria, no âmbito da revisão oficial de contas

PARPARTICIPADAS

- Auditoria, no âmbito da revisão oficial de contas

BPN CRÉDITO

- Imparidade sobre a carteira de crédito da BPN CRÉDITO em 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2013;
- Controlo Interno;
- Preparação e Divulgação de Informação Financeira;
- Branqueamento de capitais e Financiamento ao Terrorismo.

IMOFUNDOS

- Auditoria 30 de junho ao Fundo Imonegócios;
- Controlo Interno;
- Preparação e Divulgação de Informação Financeira;
- Branqueamento de capitais e Financiamento ao Terrorismo.

BANCO EFISA

- Imparidade sobre a carteira de crédito da BPN Crédito em 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2013;
- Preparação e Divulgação de Informação Financeira;
- Parecer de salvaguarda de ativos de clientes.

IV.E.4. Remuneração Anual

A remuneração do trabalho de auditoria faz parte integrante do trabalho de certificação legal de contas pela SROC.

Remuneração paga à SROC (inclui contas individuais e consolidadas) a)		
	(€)	%
Valor dos serviços de revisão de contas	(1)	
Valor dos serviços de consultoria fiscal	2.460,00	100%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	-	-
Total pago pela empresa à SROC	2.460,00	100%
Por entidade que integrem o grupo (inclui contas individuais e consolidadas)		
Valor dos serviços de revisão de contas	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	-
Valor de outros serviços que não revisão de contas	-	-
Total pago pelas entidades do grupo à SROC	0,00	0%

a) A remuneração da SROC e Auditor Externo foi objeto de despacho n.º 2261-SET/13 de 5 de dezembro 2013

(1) Os valores relativos aos serviços de revisão de contas foram contratados com a SROC no valor individual de 55.350,00€

V. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

V.A.1. Alteração de Estatutos da Sociedade – Regras Aplicáveis

A Assembleia Geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei e os Estatutos lhe atribuem competência e, bem assim, sobre as que não estejam compreendidas nas atribuições de outros órgãos da sociedade. A alteração dos estatutos da sociedade é da competência da Assembleia Geral.

V.A.2. Comunicação de Irregularidades

De acordo com o CÓDIGO DEONTOLÓGICO em vigor (*no universo das Par's*), aos trabalhadores compete:

- Tomar as medidas necessárias que estejam ao seu alcance para impedir práticas de que tenham conhecimento e que integrem a utilização abusiva de informação ou consubstanciem infração às normas vigentes, informando desse facto a sua hierarquia, através de e-mail;
- Cumprir todas as normas legais e regulamentares relativas à prevenção e repressão do branqueamento de vantagens de proveniência ilícita;
- Comunicar imediatamente à Direção de Recursos Humanos e ao Responsável Hierárquico, através de e-mail, quaisquer conflitos de interesses ou de deveres que possam comprometer a observância das normas adotadas;

De acordo com o PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, em vigor compete:

Ao colaborador que suspeite de situações irregulares, de logro, burla, infração ou má conduta, reportar estes factos à Direção de Auditoria Interna, através de carta fechada e ao seu responsável hierárquico através de e-mail.

V.A.3. Políticas Antifraude

A política das PAR'S (*PARVALOREM, PARUPS E PARPARTICIPADAS*) em relação ao combate à fraude assim como os procedimentos a serem seguidos relativamente a este tema estão refletidos no PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, em vigor.

A política descrita neste documento é aplicável a todos os Colaboradores da Empresa, prestadores de serviços e a todas as entidades terceiras, agindo em nome da Empresa.

Qualquer Colaborador que venha a ser envolvido em fraudes, ou que não respeite as regras dispostas neste documento será sujeito a sanções disciplinares, que poderão

traduzir-se na cessação de vínculo contratual, conforme seja apropriado. A situação poderá mesmo vir a ser reportada, quando se justifique, às autoridades competentes.

O Plano está divulgado no “sítio” institucional da PARVALOREM, S.A., PARUPS, S.A., e PARPARTICIPADAS, S.A., e integra a noção de risco, a definição de corrupção e crimes conexos, a metodologia da gestão do risco de corrupção e crimes conexos e o plano de prevenção de riscos de gestão, incluindo riscos de corrupção e infrações conexas.

B. Controlo Interno e Gestão de Riscos

V.B.1. Sistema de Controlo Interno

Tendo em conta que é a estrutura operacional da PARVALOREM, S.A. que assegura toda a atividade da PARUPS, S.A., o sistema de controlo interno contempla também a atividade da PARUPS, S.A..

De forma a existir um maior controlo sobre situações ocorridas ou potenciais houve lugar à criação da Comissão de Implementação e Manutenção (*CIM*) do Plano com a intervenção de três áreas da PARVALOREM, S.A. (Direção de Auditoria, Gabinete de Compliance e Gabinete de Risco).

Foram identificados os principais fatores de risco na atividade da PARUPS, S.A. definidos os critérios de qualificação do risco (*em função da probabilidade ocorrência e gravidade do risco*) e para cada órgão da estrutura orgânica foram identificados os riscos e infrações conexas, as medidas a adotar para prevenção das ocorrências e os responsáveis envolvidos na gestão do plano.

Para suporte das medidas a adotar foram definidos e divulgados internamente, através de instruções de serviço, os regulamentos e procedimentos internos a que as várias áreas deverão dar cumprimento.

V.B.2. Responsáveis pela Implementação e Manutenção do Sistema de Gestão e Controlo do Risco

A CIM que integra a Direção de Auditoria, o Gabinete de Compliance e o Gabinete de Risco, é o órgão responsável pela coordenação dos mecanismos e políticas antifraude, as quais englobam os mecanismos de prevenção, deteção e resposta a casos deste tipo.

Tem como principais responsabilidades:

- Proceder anualmente à monitorização da implementação do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- No seguimento desta avaliação e em resultado de novos riscos de corrupção e infrações conexas ou de novas medidas preventivas deverá solicitar aos responsáveis das várias áreas a elaboração de um relatório de monitorização para uma nova proposta de revisão do plano;

- As situações detetadas ao nível de risco de corrupção e infrações conexas são direcionadas para a Direção de Auditoria Interna para respetiva análise e elaboração de relatório a entregar à Administração da PARUPS, S.A..

V.B.3. Medidas Adotadas na Política de Risco

Para a elaboração do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações conexas, e tendo como finalidade a definição de tabelas normalizadas que congregassem para cada área funcional as seguintes variáveis:

- Identificação das competências;
- Sub-atividades;
- Descrição das situações de risco detetadas;
- Respetivas implicações;
- Gravidade do risco;
- Probabilidade de ocorrência;
- Medidas de prevenção/ controlo do risco.

a PARVALOREM, S.A. seguiu a seguinte metodologia:

- Criação de um grupo de trabalho multidisciplinar;
- Sistematização das funções de cada área;
- Contributo do responsável de cada área para as tabelas definitivas;
- Consolidação e normalização das tabelas de cada área;
- Elaboração do plano a propor ao Conselho de Administração;
- Aprovação do plano;
- Divulgação interna.

que permitiu não só identificar exaustivamente as medidas de prevenção necessárias como definir os responsáveis pela intervenção.

V.B.4. Dependência Hierárquica e Funcional

A Direção de Auditoria, o Gabinete de Compliance, o Gabinete de Risco e a Direção de Recursos Humanos dependem hierarquicamente e diretamente da Administração.

V.B.5. Outras Áreas com Competências de Controlo de Riscos

As medidas de prevenção e controlo são transversais a toda a estrutura orgânica da PARVALOREM, S.A. e conseqüentemente, aplicáveis a todos os Colaboradores das várias áreas funcionais.

No Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas constam, para além da estrutura organizativa da PARVALOREM, S.A. e respetivo organograma, os

princípios de atuação da atividade da mesma, das suas áreas bem como dos seus Colaboradores.

V.B.6. Principais Tipos de Riscos

No capítulo 5 do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (disponível no "sítio " Institucional da PARVALOREM que inclui as 3 PAR'S), estão identificados todos os tipos de risco associados à atividade das várias áreas funcionais.

Selecionámos alguns dos principais tipos de riscos a que as várias áreas funcionais se expõem no exercício da sua atividade que, pelo seu nível de gravidade elevada embora com probabilidade de ocorrência reduzida, se evidenciam:

Dir./Dep.	Área	Competências	Sub-ativid	Situação Detetada	Implicação	Gravidade do Risco	Probabilidade Ocorrência	Medidas de Prevenção/Controlo
DGA	Ativos não Financeiros	Gestão de Imóveis	Formação de preços dos imóveis	Incorrecta definição do preço para um dado activo	Risco operacional que pode originar em risco de fraude	Elevada	Reduzida	A formação dos preços dos imóveis é definida de acordo com a proposta da estratégia de venda da DGA e despacho do CA de 29/11/2012. Posteriormente, é formulado em proposta própria para ser sancionado em sede de CA, conforme descrito na Proposta de Regulamento Interno de Gestão de Imóveis.
			Venda de imóveis	Transparência na promoção comercial dos imóveis	Possibilidade de contestação pública aos termos das vendas	Elevada	Reduzida	Promoção das vendas em vários canais de forma a assegurar a necessária publicidade.
			Venda de imóveis	Venda de imóvel com pagamento em numerário	Possibilidade de branqueamento de capitais	Elevada	Reduzida	Pese embora não se tratar de uma Instituição Financeira, devem ser adoptadas medidas de AML. Não se aceitam pagamentos a dinheiro (será incluído na Proposta do Regulamento Interno de Gestão de Imóveis).

V.B.7. Processo de Gestão e Mitigação de Riscos

Para cada área funcional e para cada tipo de risco detetado foram definidas as medidas de prevenção e controlo por forma a mitigar o risco e que passaram pela intervenção no processo por mais do que um colaborador em vários níveis de controlo, pela elaboração de regulamentos internos (ex: regulamento de recuperação de crédito, normativo interno sobre formalização de propostas de venda e arrendamento de imóveis), pela elaboração de normativos, pelo estabelecimento de procedimentos internos de controlo e pela segregação de funções.

V.B.8. Elementos do Sistema de Controlo Interno e Gestão de Risco relativos ao processo de divulgação de informação financeira

Foi implementado na PARVALOREM, S.A. (estrutura que assegura toda a atividade da PARUPS) um procedimento relativo à divulgação de informação financeira que passa pelo tratamento centralizado da informação nas áreas do Planeamento e Controlo de Gestão e Informação Corporativa e pela obrigatoriedade de obtenção de autorização prévia da Administração.

C. Regulamentos e Códigos

V.C.1. Regulamentos Internos e Regulamentos externos

Regulamentos Internos

Poderes

- Autorização e Pagamento de Despesas
- Assinaturas Autorizadas e Procurações

Direção Gestão de Ativos

- Venda e Arrendamento de Imóveis - Formalização das Propostas

Direção Contencioso e Assuntos Jurídicos

- Acordos Extra-Judiciais e Acordos Judiciais

Diversos

- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

No Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas constam, para além da estrutura organizativa da PARVALOREM, S.A. (*suporte operacional da PARUPS*) e respetivo organograma, os princípios de atuação da atividade da mesma, das suas áreas bem como dos seus Colaboradores.

Regulamentos Externos

Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo:

- Banco de Portugal – Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo
- Financial Action Task Force (FATF – GAFI)
- The Wolfsberg Group

Lei de Aprovação do Orçamento de Estado 2013 – n.º 66-B/2012 e para 2014 – DL n.º 83-C/2013

Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada pela Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28 de agosto, e pelas Leis n.ºs 23/2003, de 2 de julho, 48/2004, de 24 de agosto, 48/2010, de 19 de outubro, 22/2011, de 20 de maio, 52/2011, de 13 de outubro e n.º 37/2013 de 14 junho



Lei de Execução Orçamental 2013 – D.L. n.º 36/2013 de 11 março

Banco de Portugal - Reestruturação de Créditos - Instrução n.º 18/2012 do Banco de Portugal

Código de Insolvência - Lei n.º 16/2012 de 20 de abril

Código das Sociedades Comerciais

Novo Regime do Setor Público Empresarial – RCM n.º 49/2007; RCM n.º 70/2008; RCM n.º 97/2012; RCM 45 / 2013; DL n.º 69/2007; DL 133/2013

Estatuto de Gestor Público – DL n.º 71/2007; DL n.º 8/2012; RCM n.º 16 /2012;

Política Remuneratória – DL n.º 59/2013

Classificação das PAR'S – Despacho SETF n.º 11776/2012

Restante legislação de finanças públicas e demais normas aplicáveis ao Setor de atividade

V.C.2. Códigos de Conduta e de Ética

Código de Deontológico

Objetivos:

- Reunir os princípios fundamentais pelos quais se devem reger a organização;
- Reunir o conjunto de regras que deve pautar o comportamento dos Colaboradores da Empresa, no exercício das suas atividades.

Salientam-se seguidamente as principais matérias abordadas nesta Instrução de Serviço:

- Organização e Funcionamento Internos;
- Prestação de Informação;
- Conduta Profissional e Exercício de Funções;
- Segredo Profissional;
- Ação Disciplinar.

Data da elaboração: 08-agosto-2013

Disponível no “sítio” institucional da PARVALOREM, S.A. (*inclui as 3 PAR'S*) e divulgado internamente através de instrução de serviço.

D. Sítio de Internet

V.D.1. Endereço e Divulgação da Informação Disponibilizada

Endereço: www.parvalorem.pt

(Sítio conjunto das 3 PAR'S)

Informação disponibilizada:

- PARUPS, S.A. – Objetivo e políticas da empresa;
- Institucional – objeto social e historial, órgãos sociais, informações legais, Relatórios de Gestão e Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Imóveis – informação sobre os imóveis em comercialização;
- Notícias – identificação de factos relevantes para o GRUPO PAR'S (alienações de participações sociais, anúncio de procedimento de concurso público);
- Contactos – moradas, e-mails, telefones e disponibilização de canal para pedidos de informação;
- Links – BANCO EFISA, IMOFUNDOS, BPN CRÉDITO, BPORTUGAL, CMVM – informações sobre PARVALOREM, PARUPS e PARPARTICIPADAS.

VI. Remunerações

A. Competência para a Determinação

VI.A.1. Órgão Competente

Compete à Assembleia Geral deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo, para o efeito, designar uma comissão de vencimentos com poderes para fixar essas remunerações;

B. Comissão de Fixação de Remunerações

VI.B.1. Composição

Não foi designada qualquer comissão para fixação de vencimentos.



C. Estrutura das Remunerações

VI.C.1. Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização

A 31 de julho de 2012, de acordo com vontade expressa pelo Estado, na qualidade de detentor de 100% do capital social da PARUPS, S.A. e ao abrigo do n.º 1 do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais foi tomada a Deliberação Social Unânime por Escrito de proceder à eleição para o triénio de 2012-2014 dos membros do Conselho de Administração e definir a política remuneratória, produzindo efeitos a partir de 1 de agosto de 2012:

MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES

Presidente

FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE

Vogal não executivo

BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES

Vogal não executivo

BERNARDO XAVIER ALABAÇA

Vogal não executivo

Nos termos e para os efeitos do disposto do n.º 4 do artigo 22.º do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 janeiro, objeto da Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, conjugado com o estabelecido no artigo 31.º do EPG, foram autorizados os Dr. Francisco Nogueira Leite, Dr. Bruno Henriques, e Dr.ª Maria Paula Poças a acumular as funções de membros do Conselho de Administração na PARVALOREM, S.A., na PARUPS, S.A. e os Dr. Francisco Nogueira Leite, Dr. Bruno Henriques na PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A., desde que apenas exerçam funções executivas numa delas e não acumulem remunerações.

Todavia, caso deixem de exercer funções executivas em qualquer uma das três sociedades acima referidas terão direito às remunerações auferidas enquanto vogais não executivos do Conselho de Administração dessas sociedades. A estas remunerações serão aplicadas outras reduções que vierem a ser legalmente determinadas.

Tendo em conta a Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, conjugada com o Despacho n.º 1231/SETF/2012, de 30 de julho, que procedeu à classificação da sociedade (GRUPO C), foram fixadas as seguintes remunerações dos membros do Conselho de Administração da PARUPS, S.A:

- Presidente – Valor ilíquido: € 4.578,20, acrescido de 40% a título de despesas de representação no montante de € 1.831,28;
- Vogais não executivos – Valor ilíquido: € 915,64

Aos valores ilíquidos referidos acima são aplicadas as reduções remuneratórias constantes da Lei n.º 12-A/2010, de 30 junho, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, e da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, não há lugar à atribuição de prémios de gestão. As remunerações a auferir efetivamente pelos membros do Conselho de Administração, não podem exceder os montantes atribuídos à data de 01-03-2012, data da entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 fevereiro.

O valor máximo das despesas associadas a comunicações, previstas no n.º 3 do artigo 32.º do EGP foi fixado em €80,00 mensais.

O valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço nos termos do n.º 3 do artigo 33.º do EGP foram fixados em um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação.

Em 24 de setembro de 2013, em Assembleia Geral, o acionista único deliberou designar os membros para o **Conselho Fiscal** para o período do triénio de 2013 – 2015, tendo sido:

MARIA ROSA TOBIAS SÁ

Presidente

DAVID ANTONIO TEIXEIRA DE AVELAR

Vogal

MIGUEL MENDES DE BARROS

Vogal

Foram mantidas as remunerações auferidas mensais ilíquidas, a serem pagas catorze vezes por ano:

- Presidente: € 500,00
- Vogais: € 350,00

A remuneração contratada com a **Sociedade de Revisores Oficiais de Contas / Auditor** para o exercício de 2013 foi € 38.000 (excluindo o IVA) e corresponde aos honorários para o exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Representada por José António Mendes Garcia Barata, ROC n.º 1210

Efetivo

Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro, ROC n.º 572

Suplente

D. Divulgação de Remunerações

VI.D.1. Montante Anual da Remuneração

Administração	Remuneração Anual (€)							Entidade / Grupo (*)
	Variável	Fixa	Redução Lei 12-A/2010	Redução (Lei OE)	Despesas de Representação	Outras	Total	
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	-	64.094,80	-3204,74	-6089,02	21.920,50	-	76.721,54	PARUPS
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	-	68.100,76	-4767,14	-9057,44	27.240,36	-	81.516,54	PARVALOREM
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	-	64.094,80	-3204,74	-6089,02	21.920,50	-	76.721,54	PARPARTICIPADAS
BERNARDO XAVIER ALABAÇA	-	12.818,96	-640,92	0,00	-	-	12.178,04	PARUPS

Nota (*): Entidade onde desempenha as funções de Presidente do Conselho de Administração

Remunerações pagas apenas pela PARVALOREM, S.A. no âmbito da autorização concedida aos Dr. Francisco Nogueira Leite, Dr. Bruno Henriques, e Dra. Maria Paula Poças para acumulação de funções de membros do Conselho de Administração na PARVALOREM, S.A., na PARUPS, S.A. e aos Dr. Francisco Nogueira Leite e Dr. Bruno Henriques na PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A., desde que apenas exerçam funções executivas numa delas e não acumulem remunerações.

VI.D.2. Indemnizações Pagas a Ex-Administradores Executivos

Não houve lugar ao pagamento de indemnizações.

VI.D.3. Montante Anual da Remuneração do Órgão de Fiscalização

Conselho Fiscal	Remuneração Anual (€)			
	Bruta	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções	Entidade * / Grupo
MARIA ROSA TOBIAS SÁ	10.500,00	-	10.500,00	Parvalorem
DAVID ANTÓNIO TEIXEIRA DE AVELAR	7.000,00	-	7.000,00	Parvalorem
MIGUEL MENDES DE BARROS	7.000,00	-	7.000,00	Parvalorem
sub-total	24.500,00	-	24.500,00	
MARIA ROSA TOBIAS SÁ	7.000,00	-	7.000,00	PARUPS
DAVID ANTÓNIO TEIXEIRA DE AVELAR	4.900,00	-	4.900,00	PARUPS
MIGUEL MENDES DE BARROS	4.900,00	-	4.900,00	PARUPS
sub-total	16.800,00	-	16.800,00	
MARIA ROSA TOBIAS SÁ	7.000,00	-	7.000,00	Parparticipadas
DAVID ANTÓNIO TEIXEIRA DE AVELAR	4.900,00	-	4.900,00	Parparticipadas
MIGUEL MENDES DE BARROS	4.900,00	-	4.900,00	Parparticipadas
sub-total	16.800,00	-	16.800,00	
MARIA ROSA TOBIAS SÁ	24.500,00	-	24.500,00	-
DAVID ANTÓNIO TEIXEIRA DE AVELAR	16.800,00	-	16.800,00	-
MIGUEL MENDES DE BARROS	16.800,00	-	16.800,00	-
Total	58.100,00	-	58.100,00	

* Informação sobre a remuneração auferida noutras Entidades ainda por disponibilizar, à data da elaboração deste Relatório

VI.D.4. Montante Anual da Remuneração da Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual (€)	
			Fixada(€) ⁽¹⁾	Bruto Pago (€)
2012-2014	Presidente	JOSÉ EMÍLIO COUTINHO GARRIDO CASTEL-BRANCO	-	-
2012-2014	Secretária	CRISTINA MARIA PEREIRA FREIRE	-	-

(1)- Deliberação Social Unânime por Escrito de 6 agosto 2013 - os membros não serão remunerados

VII. Transações com partes Relacionadas e Outras

VII.1. Mecanismos de Controlo de Transações com Partes Relacionadas

Não Aplicável.

VII.2. Outras Transações

Todos os processos de aquisição e ou renegociação de contratos estão sujeitos às condições do mercado e têm como base pressupostos de transparência, rigor e eficácia que passam pela separação de níveis de responsabilidade na decisão de contratar e pela segregação de funções relativamente aos processos de consulta e negociação, contabilização e de pagamento.

Todas as aquisições terão obrigatoriamente que passar por um processo de consulta ao mercado que envolva mais do que dois fornecedores, excetuando-se os casos em que por exclusividade de serviço ou produto tal não seja possível e desde que devidamente fundamentado. A opção recai sobre o fornecedor que apresenta o preço mais baixo ou o que apresenta a melhor relação qualidade/custo para o bem ou serviço.

No quadro abaixo estão identificados os fornecedores cuja faturação ultrapassa o valor referido no n.º 13 da RCM n.º 49/2007 (mais de 5% dos FSE)

Fornecedor	N.º Contribuinte	Valor (m€)	%
Claudino Carneiro da Silva	130321800	50,63	7%
Deloitte & Associados, SROC, SA	501776311	57,81	8%
CAIXA BI Banco de Investimento	501898417	75,70	11%
Horizonte Mais - Serviços de Controle e Vigilância	506864871	68,33	10%

VIII. Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económicos, Social e Ambiental

A análise da sustentabilidade económica da empresa terá de ter em conta (i) a missão atribuída pelo acionista único, o Estado, à PARUPS, S.A. e (ii) a sua forte ligação ao esforço desenvolvido pela estrutura operacional da PARVALOREM, S.A. na persecução de uma adequada gestão dos ativos sob gestão.

A capacidade da PARUPS, S.A. potenciar a valorização dos ativos sob gestão, por forma a minimizar a perda para o acionista num contexto de alienação, coloca a sustentabilidade da empresa, em termos económicos, intrinsecamente ligada à capacidade de valorizar esses ativos, de encontrar a melhor forma e momento para a respetiva alienação e ainda de, em sede de negociação com potenciais investidores, assumir uma posição negocial forte num clima macroeconómico adverso.

A PARUPS, S.A. está focada nas diretrizes recebidas do seu acionista único, o Estado Português, de centralização da gestão em políticas de máxima valorização das várias tipologias dos seus ativos com vista a iniciar processos de alienação no menor tempo possível e num clima mais consentâneo com perspetivas de recuperação.

Relativamente à **sustentabilidade no domínio social**, a empresa não tem quaisquer trabalhadores com vínculo contratual. A gestão da PARUPS S.A., é assegurada pelas estruturas funcionais da PARVALOREM, S.A., empresa DO GRUPO PAR'S que assumiu a posição de empregadora, por via do contrato de trespasse com o BPN em 10 de fevereiro de 2012, dos trabalhadores anteriormente afetos à Direção de Meios do BPN.

A política de **sustentabilidade ambiental** da PARUPS, S.A., está suportada na política adotada pela PARVALOREM, S.A., empresa do GRUPO PAR'S que assegura toda a gestão desta sociedade e que se rege por normas internas aplicáveis a todo o universo PAR'S.

IX. Avaliação do Governo Societário

IX.1. Cumprimento das Recomendações

Não foram recebidas relativamente à estrutura e prática de Governo Societário quaisquer orientações do acionista único, o ESTADO PORTUGUÊS.

IX.2. Outras Informações

Todos os elementos ou informações relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas encontram-se vertidas nos pontos anteriores.

Anexo A – Declaração de Independência Presidente C.A.

(art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013, de 3 outubro)

Eu, MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 30 de maio de 2014



Presidente do Conselho de Administração

B r

Anexo A – Declaração de Independência - Administrador não Executivo

(art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013, de 3 outubro)

Eu, FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 30 de maio de 2014




Administrador não Executivo

Anexo A – Declaração de Independência – Administrador não Executivo

(art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013, de 3 outubro)

Eu, BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 30 de maio de 2014


Administrador não Executivo

Anexo A – Declaração de Independência – Administrador não Executivo

(art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013, de 3 outubro)

Eu, BERNARDO XAVIER ALABAÇA declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 30 de maio de 2014



Administrador não Executivo

7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



7.1 Análise Financeira

7.1.1 Resultados e Rendibilidade

milhares €

	2012	2013	Varição
Vendas e prestações de serviços	76.809	54.447	(22.362)
Outros proveitos operacionais	39.207	37.163	(2.044)
Total de proveitos operacionais	116.016	91.610	(24.406)
Custo das vendas	(72.568)	(51.505)	21.063
Fornecimentos e serviços externos	(6.297)	(5.482)	815
Custos com o pessoal	(1.930)	(1.053)	877
Amortizações e depreciações	(1.012)	(445)	567
Provisões e perdas por imparidade	(35.719)	(10.542)	25.177
Outros custos operacionais	(85.913)	(55.936)	29.977
Total de custos operacionais	(203.439)	(124.963)	78.476
Resultados operacionais	(87.423)	(33.353)	54.070
Custos e perdas financeiros	(92.721)	(64.637)	28.084
Proveitos e ganhos financeiros	4.803	2.516	(2.287)
Resultados financeiros	(87.918)	(62.121)	25.797
Ganhos e perdas relativos a investimentos	2.913	4.795	1.882
Resultados relativos a investimento	2.913	4.795	1.882
Resultados relativos a empresas do grupo e associadas	(596)	(9.860)	(9.264)
Resultado antes de impostos	(173.024)	(100.539)	72.485
Impostos			
Correntes	(266)	(362)	(96)
Diferidos	5.307	3.591	(1.716)
	5.041	3.229	(1.812)
Resultado antes dos interesses minoritários	(167.983)	(97.310)	70.673
Interesses minoritários	2.358	249	(2.109)
Resultado líquido consolidado do exercício / período	(165.625)	(97.061)	68.564

No final do exercício de 2013, o Resultado Líquido Consolidado cifrou-se num prejuízo de 97,1 milhões de euros, em comparação com os 165,6 milhões de euros de prejuízos verificados no exercício anterior.

As rubricas de Provisões e perdas por imparidade e Outros custos operacionais, bem como os Resultados financeiros, face ao exercício anterior, revelam uma variação favorável, porém cujo impacto positivo veio a ser parcialmente anulado em virtude do comportamento negativo dos proveitos operacionais e dos resultados relativos a empresas do grupo e associadas.

7.1.2 Evolução do Balanço

milhares €

	2012	2013	Varição
Ativo			
Ativos não correntes			
Ativos tangíveis	1.102	1.103	1
Ativos intangíveis	3.036	2.661	(375)
Propriedades de investimento	611.116	522.809	(88.307)
Investimentos em associadas	36.348	26.061	(10.287)
Outras dívidas de terceiros	6.580	24.987	18.407
Total de ativos não correntes	658.182	577.621	(80.561)
Ativos correntes			
Inventários	110.185	81.490	(28.695)
Clientes	4.111	4.431	320
Estado e outros entes públicos	6.155	7.043	888
Outras dívidas de terceiros	25.060	3.277	(21.783)
Investimentos	87.135	71.268	(15.867)
Caixa e equivalentes de caixa	63.255	75.152	11.897
Outros activos correntes	1.689	1.006	(683)
Total de ativos correntes	297.590	243.667	(53.923)
Ativos não correntes detidos para venda	41.206	38.075	(3.131)
Total Ativo	996.978	859.363	(137.615)

O Ativo Líquido Consolidado da PARUPS, em 31 de Dezembro de 2013, situou-se em 859,4 milhões de euros, o que significou um decréscimo de 137,6 milhões de euros face ao final do ano 2012.

A principal variação respeita às Propriedades de investimento, que diminuíram 88,3 milhões de euros, verificando-se que os Inventários e os Investimentos, incluindo os investimentos em associadas, também sofreram reduções em 2013. Estas variações resultam da alienação de alguns destes ativos e da perda de valor em face de avaliações recentes.

milhares €

	2012	2013	Varição
Passivo e Capital Próprio			
Passivos não correntes			
Empréstimos bancários de longo prazo	387.850	154.975	(232.875)
Empréstimos obrigacionistas	727.850	691.603	(36.247)
Passivos por impostos diferidos	15.639	12.048	(3.591)
Outras dívidas a terceiros	356.560	622.330	265.770
Provisões	80.822	80.895	73
Total de passivos não correntes	1.568.721	1.561.851	(6.870)
Passivos correntes			
Empréstimos bancários de curto prazo	30.746	5.511	(25.235)
Fornecedores	7.690	8.656	966
Outras dívidas a terceiros	54.448	46.906	(7.542)
Estado e outros entes públicos	10.164	12.036	1.872
Outros passivos correntes	2.857	3.713	856
Total de passivos correntes	105.905	76.822	(29.083)
Total do passivo	1.674.626	1.638.673	(35.953)
Capitais próprios	(677.648)	(779.310)	(101.662)
Total do passivo e de capital próprio	996.978	859.363	(137.615)

O Passivo totalizou 1.638,7 milhões de euros, ou seja, uma diminuição de 36 milhões de euros face ao final de 2012. Durante o exercício de 2013, verificou-se uma transferência de valores da rubrica de Empréstimos bancários para Outras dívidas a terceiros, na sequência da substituição de financiamento bancário por empréstimos contraídos junto da Direção - Geral do Tesouro e Finanças.

milhares €

	2012	2013	Varição
Capital social	50	50	-
Reservas de reavaliação	7.499	6.312	(1.187)
Outras Reservas e resultados transitados	(558.305)	(723.945)	(165.640)
Resultado do exercício	(165.625)	(97.061)	68.564
Interesses minoritários	38.733	35.334	(3.399)
Capitais Próprios	(677.648)	(779.310)	(101.662)

Os Capitais Próprios Consolidados da PARUPS no ano de 2013 diminuíram 101,7 milhões de euros, cifrando-se por um montante negativo de 779,3 milhões de euros no final do exercício.

7.2 Balanços Consolidados

PARUPS, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ATIVO	Notas	2013	2012	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2013	2012
Ativos não correntes:							
Ativos fixos tangíveis	4	1.103	1.102	Empréstimos bancários de longo prazo	19	154.975	387.850
Ativos intangíveis	5	2.661	3.036	Empréstimos obrigacionistas	20	691.603	727.850
Propriedades de investimento	6	522.809	611.116	Passivos por impostos diferidos	22	12.048	15.639
Investimentos em associadas	7	26.061	36.348	Outras dívidas a terceiros	23	622.330	356.560
Outras dívidas de terceiros	11	24.987	6.580	Provisões	24	80.895	80.822
Total de ativos não correntes		577.621	658.182	Total de passivos não correntes		1.561.851	1.568.721
Ativos correntes:							
Inventários	8	81.490	110.185	Passivos correntes:			
Clientes	9	4.431	4.111	Empréstimos bancários de curto prazo	19	5.511	30.746
Estado e outros entes públicos	10	7.043	6.155	Fornecedores	21	8.656	7.690
Outras dívidas de terceiros	11	3.277	25.060	Outras dívidas a terceiros	23	46.906	54.448
Investimentos	12	71.268	87.135	Estado e outros entes públicos	10	12.036	10.164
Outros ativos correntes	14	1.006	1.689	Outros passivos correntes	14	3.713	2.857
Caixa e equivalentes de caixa	13	75.152	63.255	Total de passivos correntes		76.822	105.905
Total de ativos correntes		243.667	297.590	Total do Passivo		1.638.673	1.674.626
Ativos não correntes deitados para venda	15	38.075	41.206	Capital social	16	50	50
				Reservas de reavaliação	17	6.312	7.499
				Outras reservas e resultados transferidos	17	(723.945)	(558.305)
				Resultado líquido consolidado do exercício	17	(97.061)	(165.625)
				Total do capital próprio atribuído aos accionistas da empresa mãe		(814.644)	(716.381)
				Interesses minoritários	18	35.334	38.733
				Total do capital próprio		(779.310)	(677.648)
Total do activo		859.363	996.976	Total de passivo e de capital próprio		859.363	996.976

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

7.3 Demonstrações dos Resultados Consolidados

PARUPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2013	2012
Proveitos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	25	54.447	76.809
Outros proveitos operacionais	29	37.163	39.207
Total de proveitos operacionais		91.610	116.016
Custos operacionais:			
Custo das vendas	26	(51.505)	(72.568)
Fornecimentos e serviços externos	27	(5.482)	(6.297)
Custos com o pessoal	28	(1.053)	(1.930)
Amortizações e depreciações	4 e 5	(445)	(1.012)
Provisões e perdas por imparidade	24	(10.542)	(35.719)
Outros custos operacionais	30	(55.936)	(85.913)
Total de custos operacionais		(124.963)	(203.439)
Resultados operacionais		(33.353)	(87.423)
Custos e perdas financeiros	31	(64.637)	(92.721)
Proveitos e ganhos financeiros	32	2.516	4.803
Resultados financeiros		(62.121)	(87.918)
Ganhos e perdas relativos a investimentos	33	4.795	2.913
Resultados relativos a investimentos		4.795	2.913
Resultados relativos a empresas do Grupo e associadas	7	(9.860)	(596)
Resultado antes de impostos		(100.539)	(173.024)
Impostos			
Correntes	22	(362)	(266)
Diferidos	22	3.591	5.307
		3.229	5.041
Resultado antes dos interesses minoritários		(97.310)	(167.983)
Interesses minoritários	18	249	2.358
Resultado líquido consolidado do exercício		(97.061)	(165.625)
Número médio de acções		10.000	10.000
Resultado líquido consolidado por acção (em Euros)		(9.706,1)	(16.562,5)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

7.4 Demonstrações das Alterações no Capital Próprio Consolidado

PARUPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Outras reservas e resultados transitados		Resultado líquido consolidado do exercício	Total e capital próprio atribuível aos accionistas da empresa-mãe	Interesses minoritários	Total do capital próprio
	Reservas de reavaliação	Reservas de resultados transitados				
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	1.516	(20.786)	61	(537.475)	40.181	(516.453)
Distribuição do resultado do exercício de 2011:						
Transferência para resultados transitados	-	(537.475)	-	537.475	-	-
Alteração do perímetro de consolidação	-	-	-	-	910	910
Outros	-	12	-	12	-	12
Rendimento integral consolidado do exercício	5.983	-	(117)	(165.625)	(2.358)	(162.117)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	7.499	(558.248)	(56)	(716.381)	38.733	(677.648)
Distribuição do resultado do exercício de 2012:						
Transferência para resultados transitados	-	(165.625)	-	165.625	-	-
Alteração do perímetro de consolidação	-	(12)	-	(12)	(3.150)	(3.162)
Rendimento integral consolidado do exercício	(1.187)	-	(3)	(97.061)	(249)	(98.500)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	6.312	(723.886)	(59)	(814.644)	35.334	(779.310)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

7.5 Demonstrações dos Resultados e de Outro Rendimento Integral Consolidados

PARUPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2013	2012
Resultado líquido consolidado do exercício	(97.061)	(165.625)
Rubricas que poderão ser reclassificadas para a demonstração de resultados:	-	-
Diferenças de conversão cambial	(3)	(117)
Reservas de reavaliação:		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda, líquido	(1.187)	5.983
Rendimento integral consolidado	(98.251)	(159.759)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

7.6 Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados

PARUPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOSPARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2013	2012
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	113.842	116.926
Recebimentos proveniente de inventários	1.675	-
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(101.915)	(106.590)
Resultados operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	<u>13.602</u>	<u>10.336</u>
Recebimentos / pagamentos de imposto sobre o rendimento	(6.107)	(6.261)
Outros recebimentos / pagamentos relativos à actividade operacional	1.707	2.903
Fluxos de caixa das actividades operacionais	<u>9.202</u>	<u>6.978</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	1	1
Activos intangíveis	153	153
Propriedades de investimento	19.955	442
Investimentos financeiros	119.385	79.740
Empréstimos concedidos	-	114
Juros obtidos	1.671	1.300
Dividendos	1.475	1.170
Outros	569	382
	<u>143.209</u>	<u>83.302</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(527)	(517)
Activos intangíveis	(16)	(16)
Propriedades de investimento	(6.440)	(10.139)
Investimentos financeiros	(101.347)	(70.083)
Empréstimos concedidos	(1.715)	(715)
Outros	(1.657)	(53.621)
	<u>(111.702)</u>	<u>(135.091)</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento	<u>31.507</u>	<u>(51.789)</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	284.310	443.370
	<u>284.310</u>	<u>443.370</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(266.953)	(317.551)
Outros juros pagos	(44.305)	(82.311)
Amortização de contratos de locação financeira	(19)	(19)
Outros	(470)	-
	<u>(311.747)</u>	<u>(399.881)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	<u>(27.437)</u>	<u>43.489</u>
Varição de caixa e equivalentes de caixa	13.272	(1.322)
Saldo no início do exercício	63.255	64.416
Alteração do perímetro de consolidação	(1.348)	172
Efeito das diferenças de câmbio	(27)	(11)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	<u>75.152</u>	<u>63.255</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

8. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Parups, S.A. ("Sociedade" ou "Parups") foi constituída através de escritura pública celebrada em 16 de Setembro de 2010, tendo iniciado a sua atividade em 2 de Novembro de 2010. A Sociedade tem por objeto social a prestação de serviços de consultoria, aquisição para a Sociedade de títulos, de créditos ou imóveis e a respetiva gestão de bens pertencentes à Sociedade.

Em Dezembro de 2010, a Sociedade adquiriu ao Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), ao Banco Efisa, S.A. e à BPN Crédito - IFIC, S.A., pelo seu valor nominal, um conjunto de ativos que se encontravam registados nos balanços das referidas entidades em 30 de Novembro de 2010. Estas entidades tinham registadas imparidades e provisões para estes ativos no montante de 295.838 mEuros. Adicionalmente, em resultado desta operação, foi gerado um "goodwill" no montante de 288.692 mEuros, que foi registado nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica "Ativos intangíveis" (Nota 5) e um "goodwill" negativo no montante de 3.756 mEuros que foi reconhecido como proveitos do período findo em 31 de Dezembro de 2010. No âmbito desta operação, o BPN prestou uma carta-conforto à Sociedade, válida enquanto esta entidade fosse por si detida, garantindo quaisquer danos incorridos por esta, na medida do enriquecimento obtido pelo BPN e pelas suas filiais, na alienação daqueles ativos, motivo pelo qual o Conselho de Administração entendeu não registar quaisquer imparidades ou provisões para o "goodwill" gerado nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade.

No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do BPN, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da Parups, operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a aprovação deste despacho, a Parups passou, durante o exercício de 2011, a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. Com esta operação, cessou a carta-conforto prestada pelo BPN, tendo o Conselho de Administração da Sociedade refletido nas demonstrações financeiras do exercício de 2011, o reconhecimento das imparidades para os ativos adquiridos.

Em 9 de Dezembro de 2011 foi assinado entre os acionistas do Banco BIC Português, S.A. e o Estado Português um Acordo Quadro relativo à aquisição da totalidade do capital social do BPN, operação que se concretizou em 30 de Março de 2012. Decorrente do processo de reprivatização do BPN, a Sociedade adquiriu, durante o exercício de 2012, um conjunto de ativos a esta entidade.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2013 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2013 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) N.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e das disposições do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro.

2.2. Novas normas e interpretações, revisões e emendas adotadas pela União Europeia

Em 2013 a Sociedade utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efetivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2013, desde que aprovadas pela União Europeia.



As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas ("endorsed") pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013:

Norma/ Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 1 – Emenda - Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro (Empréstimos do governo)	01-Jan-13	Esta emenda isenta as entidades que adoptam pela primeira vez as IFRS da aplicação retrospectiva das disposições da IAS 39 e do parágrafo 10A da IAS 20 relativas a empréstimos do governo.
IFRS 7 – Emenda - Instrumentos Financeiros - divulgações (Compensação entre activos financeiros e passivos financeiros)	01-Jan-13	Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível dos Instrumentos financeiros, em particular as relacionadas com a compensação entre activos e passivos financeiros.
IAS 1 – Emenda - Apresentação de Demonstrações Financeiras (Outro rendimento integral)	01-Jul-12	Esta emenda consubstancia-se nas seguintes alterações: (i) os itens que compõem o Outro Rendimento Integral e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente; e (ii) a Demonstração do Resultado Integral passa também a denominar-se Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral
Revisão da norma IAS 19 – Benefícios a Empregados	01-Jan-13	A revisão desta norma contemplou diversas alterações, nomeadamente: (i) reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais e financeiros decorrentes de diferenças entre os pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades e do rendimento esperado dos activos e os valores efectivamente verificados, assim como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais e financeiros ocorridos no exercício, por contrapartida de reservas (outro rendimento integral); (ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro na determinação do valor presente das responsabilidades e do retorno esperado dos activos do plano; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros; (iv) introdução de novas exigências em termos de divulgação.
IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor (nova norma)	01-Jan-13	Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor.
IFRIC 20 – Registo de certos custos na fase de produção de uma mina a céu aberto	01-Jan-13	Esta interpretação clarifica o registo de certos custos incorridos durante a fase de produção numa mina a céu aberto.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2009-2011)	01-Jan-13	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente IFRS 1 (aplicação repetida da norma), IAS 1 (informação comparativa), IAS 16 (equipamento de serviço), IAS 32 (efeito fiscal da distribuição de instrumentos de capital próprio) e IAS 34 (informação de segmentos).

A aplicação destas Normas e Interpretações não teve impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de Dezembro de 2013.

Em 31 de Dezembro de 2013, encontram-se disponíveis para adoção antecipada as seguintes normas e interpretações já adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas	01-Jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" e a SIC 12 – "Consolidação – Entidades com finalidade especial". Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
IFRS 11 – Acordos conjuntos	01-Jan-14	Esta norma substitui a IAS 31 – "Empreendimentos conjuntos" e a SIC 13 – "Entidades controladas conjuntamente – contribuições não monetárias por empreendedores" e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
IFRS 12 – Divulgações sobre participações noutras entidades	01-Jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – "Investimentos em associadas" e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – "Acordos conjuntos". É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
IFRS 10 – Emenda (Demonstrações Financeiras Consolidadas) IFRS 12 – Emenda (Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades - Entidades de Investimento)	01-Jan-14	Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidades de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos devidos por essas entidades de investimento. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
IAS 32 – Emenda (Compensação entre activos e passivos financeiros)	01-Jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
IAS 38 – Emenda (Divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros)	01-Jan-14	Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou activos intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Esta norma vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os activos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
IAS 39 – Emenda (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	01-Jan-14	Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como Instrumento de cobertura é reformulado. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

Apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, estas normas não foram adotadas pela Sociedade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias ainda não adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma	
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores	Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos activos financeiros.
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2013)	A emenda à IFRS 9 insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. A IFRS 7 foi igualmente revista em resultado desta emenda.
IFRS 7 – Divulgações de instrumentos financeiros	A emenda à IFRS 9 insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. A IFRS 7 foi igualmente revista em resultado desta emenda.
IAS 19 – Benefícios aos empregados	Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado	Esta emenda vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

Estas normas apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adotadas pela Sociedade em 31 de Dezembro de 2013, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. O Conselho de Administração entende que a sua aplicação não terá um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.3. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Parups e das suas subsidiárias (Grupo Parups) (Nota 3).

Ao nível das entidades participadas, são designadas "filiais" aquelas nas quais o Grupo exerce um controlo efetivo sobre a gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas atividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, em resultado da aplicação da Norma IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas", o Grupo inclui no perímetro de consolidação entidades de propósito especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, fundos de capital de risco e de investimento e outras entidades similares, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efetivo e nas quais o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade.

A consolidação das contas das filiais que integram o Grupo foi efetuada pelo método da integração global. As transações e os saldos significativos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da Sociedade e das entidades filiais na proporção da respetiva participação efetiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e mais e menos-valias geradas em transações entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

2.4. Ativos e Passivos correntes e não correntes

Um ativo é classificado como "corrente" quando satisfaz um dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido, no decurso normal do ciclo operacional da Sociedade;
- Seja detido essencialmente com a finalidade de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou uso para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os restantes ativos devem ser classificados como não correntes.

Um passivo é classificado como "corrente" quando satisfaz um dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Sociedade;
- Exista essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os restantes passivos devem ser classificados como não correntes.

2.5. Investimentos em associadas

Consideram-se entidades "associadas" aquelas em que o Grupo tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, o qual é subseqüentemente ajustado com base na percentagem efetiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efetuados ajustamentos aos capitais próprios das associadas utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a refletir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

2.6. Concentrações de atividades empresariais e "goodwill"

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos diretamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a filial, os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – "Concentrações de atividades empresariais" são registados pelo respetivo justo valor.

O "goodwill" corresponde à diferença positiva, na data de aquisição, entre o custo de aquisição de uma filial e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis. O "goodwill" é registado como um ativo e não é sujeito a amortização.

No caso de transações efetuadas após a obtenção de controlo pelo Grupo, o diferencial entre o custo de aquisição das ações adicionais e o valor correspondente de ativos e passivos da entidade adquirida é registado diretamente em reservas.

O "goodwill", se negativo, é considerado como rendimento na data de aquisição após reconfirmação do justo valor dos ativos, passivos e contingentes identificáveis.

Conforme descrito na Nota 1, em Dezembro de 2010, a Sociedade adquiriu ao BPN, ao Banco Efisa, S.A. e à BPN Crédito - IFIC, S.A., pelo seu valor nominal, um conjunto de ativos que se encontravam registados nos balanços das referidas entidades em 30 de Novembro de 2010. Adicionalmente, em resultado desta operação, foi gerado um "goodwill" no montante de 288.692 mEuros, que foi registado nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica "Ativos intangíveis" (Nota 5).

Em 31 Dezembro de 2013 e 2012, face a existirem dúvidas na sua recuperabilidade, foi registada imparidade pelo valor total do "goodwill" gerado na sua totalidade na rubrica "Imparidade de ativos intangíveis" (Notas 5 e 24).

2.7. Ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Amortizações e depreciações".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em edifícios de serviço próprio	50
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamentos	4 – 8
Material de transporte	4
Outros ativos fixos tangíveis	10

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pela Sociedade como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

2.8. Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Grupo. Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na Norma IAS 38 – Ativos Intangíveis, os custos internos diretos incorridos no desenvolvimento de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis. Estes custos correspondem exclusivamente a custos com pessoal.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.9. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locatário

Os ativos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em "Ativos tangíveis" e no passivo, processando-se as respetivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em "Custos e perdas financeiros".

Como locador

Os ativos em regime de locação financeira são registados no balanço como "Créditos concedidos", sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.10. Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado periodicamente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são refletidas em resultados, na rubrica "Outros proveitos operacionais".

Os impostos diferidos resultantes da reavaliação positiva das propriedades de investimento, são refletidos na rubrica "Passivos por impostos diferidos" (Nota 23).

2.11. Ativos não correntes detidos para venda

A Norma IFRS 5 – "Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas" é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados "grupos de ativos e passivos a alienar").

Os ativos não correntes, ou grupos de ativos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Os ativos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica "Provisões e perdas por imparidade".

2.12. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.13. Inventários

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido dos valores dos descontos (obtidos ou estimados obter) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e intermédios encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra, e gastos gerais de fabrico (considerando as amortizações dos equipamentos produtivos calculados em função de níveis normais de utilização). O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

Os imóveis encontram-se valorizados ao menor do custo de aquisição ou valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda deduzido dos custos estimados necessários para efetuar a venda. As avaliações efetuadas aos imóveis são efetuadas por avaliadores independentes.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso deste ser inferior ao custo, são registados em "Provisões e perdas por imparidade" na demonstração dos resultados. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos.

2.14. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências diversas, que se encontram descritas na Nota 24.

2.15. Instrumentos financeiros

a) Investimentos

Os investimentos são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

i) Investimentos detidos para negociação

Os investimentos detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável, obrigações e outros títulos transacionados em mercados ativos, adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo, bem como derivados. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica de investimentos detidos para negociação. Os

derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os investimentos e passivos financeiros detidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros inerentes aos investimentos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efetiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Ganhos e perdas relativos a investimentos".

Os dividendos são reconhecidos quando atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

ii) Outros investimentos

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros:

- Unidades de participação em fundos de investimento;
- Ações;
- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

Os outros investimentos são classificados pelo Grupo como ativos financeiros disponíveis para venda. Neste sentido, são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Ganhos e perdas relativos a investimentos" ou "Provisões e perdas por imparidade", respetivamente.

Para efeitos da determinação dos resultados na venda, os investimentos vendidos são valorizados pelo custo médio ponderado de aquisição.

Os juros de instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em "Ganhos e perdas relativos a investimentos" da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Ganhos e perdas relativos a investimentos" quando é estabelecido o direito da Sociedade ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os investimentos registados na categoria de "Investimentos detidos para negociação" e "Ativos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de investimentos financeiros é determinado com base em:

- Preços (*bid prices*) difundidos por meios de difusão de informação financeira;
- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos.

b) Imparidade para outros investimentos

Conforme referido na Nota 2.15. a), os outros investimentos são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação".

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica "Provisões e perdas por imparidade".

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em "Reservas de reavaliação". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

c) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de "Clientes" e as "Outras dívidas de terceiros" são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço consolidado deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Provisões e perdas por imparidade", por forma refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada empresa do Grupo Parups tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- A contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;

- Se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte; e
- Se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados nas rubricas de "Resultados financeiros" da demonstração dos resultados consolidada de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.16. Impostos sobre lucros

Impostos correntes

Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente, e as com sede em Portugal, nomeadamente a Sociedade, estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC). As contas das sucursais são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC da sede nos termos do artigo 85.º do respetivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

No que respeita às subsidiárias no estrangeiro, os impostos sobre lucros são calculados e registados de acordo com as normas em vigor nos respetivos países.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

O Grupo não reconheceu ativos por impostos diferidos nas demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

2.17. Rédito e especialização do exercício

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua comercialização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes" são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.18. Saldos e transações expressas em moeda estrangeira

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no espaço económico em que opera - denominada "moeda funcional". Nas contas consolidadas, os resultados e posição financeira de cada entidade são expressos em Euros, a moeda funcional do Grupo.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais da Sociedade e das filiais, as transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional de cada entidade com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

Nas contas consolidadas, os ativos e passivos de entidades com moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio de fecho, enquanto os proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças resultantes da conversão cambial, de acordo com este método, são registadas na rubrica "Outras reservas", do capital próprio, sendo o respetivo saldo transferido para resultados no momento da alienação das respetivas filiais.

2.19. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo, que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

2.20. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionarem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionarem informação sobre as condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.21. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Sociedade e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

Continuidade de operações

As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade em 31 de Dezembro de 2013, apresentam capitais próprios negativos, no montante de 779.310 mEuros, o que implica a aplicação das normas constantes do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No âmbito do processo de reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A., acionista da Sociedade, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da Parups, S.A., operação que se concretizou em Fevereiro de 2012, tendo passado a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, e o Estado Português assumido diretamente todos os direitos e obrigações relacionados com a Sociedade.

Imparidade para o goodwill gerado na aquisição das suas participadas

Conforme referido na Nota 1, em Dezembro de 2010, a Sociedade adquiriu ao BPN, ao Banco Efisa, S.A. e à BPN Crédito - IFIC, S.A., pelo seu valor nominal, um conjunto de ativos que se encontravam registados nos balanços das referidas entidades em 30 de Novembro de 2010. Estas entidades tinham registadas imparidades e provisões para estes ativos no montante de 295.838 mEuros. Adicionalmente, em resultado desta operação, foi gerado um "goodwill" no montante de 288.692 mEuros, que foi registado nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica "Ativos intangíveis" (Nota 5).

Em 31 de Dezembro de 2013, o "goodwill" registado ascende a 254.651 mEuros e face a existirem dúvidas na sua recuperabilidade, encontra-se provisionado na sua totalidade na rubrica "Imparidade para ativos intangíveis" (Notas 5 e 24).

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizadas técnicas de valorização baseadas nas ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Ativos por impostos diferidos não registados

O Grupo não reconheceu ativos por impostos diferidos nas demonstrações financeiras, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

3. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

A estrutura do Grupo a nível das principais empresas filiais, por sectores de atividade, e os respetivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais, exceto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

Sector / Entidade	Sede	2013		
		% Participação Efectiva	Capital próprio (a)	Resultado líquido
Parups, S.A.	Portugal	100,00%	(721.997)	(109.667)
<u>Entidades incluídas na consolidação pelo método de integração global</u>				
<u>Gestão de Participações Sociais</u>				
Pay Up Holding BV	Holanda	64,44%	498	-
<u>Fundos</u>				
Patris Acções Europa - Fundo de Investimento Aberto	Portugal	71,67%	6.667	972
Patris Acções Global - Fundo de Investimento Aberto de Acções Internacionais	Portugal	56,45%	8.897	1.448
Patris Conservador - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações a Taxa Variável	Portugal	71,59%	10.045	287
Diversificação - Fundo Especial de Investimento Aberto	Portugal	100,00%	151.746	(5.783)
BPN G.A. Valorização Patrimonial - Fundo de Capital de Risco	Portugal	74,28%	20.530	98
Imoglobal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	82,96%	37.917	(2.757)
Imomarinas - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	100,00%	41.820	(5.750)
Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	Portugal	99,09%	311.060	(15.861)
Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	94,75%	138.143	(9.133)
Patris Iberian Equity	Luxemburgo	95,08%	8.503	1.503
<u>Imobiliário</u>				
Astroimóvel - Imobiliária, S.A.	Portugal	82,96%	4.521	91
Candal Parque - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal	99,05%	13.643	970
Investimentos Dominiais Anglo Portugueses, S.A.	Portugal	100,00%	5.160	(565)
<u>Outras Entidades</u>				
Labicer - Laboratório Industrial Cerâmico, S.A.	Portugal	47,47%	n.d.	n.d.
Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A.	Portugal	49,84%	(2.627)	(359)
Pay Up Polska, S.A.	Polónia	25,42%	(68)	(220)
Pay Up Romania, S.A.	Roménia	49,84%	(42)	-
Quimiceram - Químicos e Minerais, S.A.	Portugal	74,28%	n.d.	n.d.
Valorceram - Subprodutos Cerâmicos, S.A.	Portugal	52,00%	n.d.	n.d.
<u>Entidades incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial</u>				
<u>Gestão de Participações Sociais</u>				
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	Portugal	26,10%	1.563	-
<u>Fundos</u>				
Real Estate - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	50,00%	29.038	(22.418)
Patris Tesouraria - Fundo de Investimento Aberto de Tesouraria	Portugal	24,31%	4.133	80
Fundo de Capital de Risco Banco Erisa - Dinamização e Competitividade Empresarial	Portugal	30,00%	946	(784)
<u>Outras Entidades</u>				
Controlauto - Controlo Técnico Automóvel, SA	Portugal	33,76%	29.164	4.635
Precore II - Betão Pronto, S.A.	Portugal	37,14%	(4.823)	-

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.
n.d.: não disponível

Sector / Entidade	Sede	2012		
		% Participação Efectiva	Capital próprio (a)	Resultado líquido
Parups, S.A.	Portugal	100,00%	(610.987)	(171.050)
<u>Entidades incluídas na consolidação pelo método de Integração global</u>				
<u>Gestão de Participações Sociais</u>				
Pay Up Holding BV	Holanda	64,44%	498	-
<u>Fundos</u>				
Patris Acções Europa - Fundo de Investimento Aberto	Portugal	70,31%	6.164	844
Patris Acções Global - Fundo de Investimento Aberto de Acções Internacionais	Portugal	60,79%	9.183	1.045
Patris Conservador - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações a Taxa Variável	Portugal	80,94%	14.882	645
Diversificação - Fundo Especial de Investimento Aberto	Portugal	100,00%	157.529	(2.170)
BPN G.A. Valorização Patrimonial - Fundo de Capital de Risco	Portugal	74,28%	20.432	2.270
BPN Imoglobal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	82,96%	40.675	(3.826)
BPN Imorarias - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	100,00%	47.570	(3.844)
BPN Inonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	Portugal	99,09%	326.922	(46.767)
BPN Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	94,75%	147.276	(15.342)
Patris Optimização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Obrigações (c)	Portugal	60,66%	2.553	269
Patris Tesouraria - Fundo de Investimento Aberto de Tesouraria	Portugal	52,01%	4.555	160
<u>Imobiliário</u>				
Astroimóvel - Imobiliária, S.A.	Portugal	82,96%	3.430	47
Candal Parque - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal	99,05%	12.673	1.106
Investimentos Dominais Anglo Portugueses, S.A.	Portugal	100,00%	5.255	(557)
Monte da Quinta (Propriedades), S.A. (b)	Portugal	82,96%	(7.976)	(7.411)
<u>Outras Entidades</u>				
Labicer - Laboratório Industrial Cerâmico, S.A.	Portugal	47,47%	n.d.	n.d.
Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A.	Portugal	49,84%	(2.174)	(7.433)
Pay Up Polska, S.A.	Polónia	25,42%	181	54
Pay Up Romania, S.A.	Roménia	49,84%	(42)	(805)
Quimiceram - Químicos e Minerais, S.A.	Portugal	74,28%	n.d.	n.d.
Valorceram - Subprodutos Cerâmicos, S.A.	Portugal	52,00%	n.d.	n.d.
<u>Entidades incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial</u>				
<u>Gestão de Participações Sociais</u>				
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	Portugal	26,10%	1.563	-
<u>Fundos</u>				
BPN Real Estate - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	50,00%	51.456	(3.654)
Patris Valorização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Acções (c)	Portugal	36,44%	1.628	248
Fundo de Capital de Risco Banco Efsa - Dinamização e Competitividade Empresarial	Portugal	30,00%	1.729	(1.655)
<u>Outras Entidades</u>				
Controlauto - Controlo Técnico Automóvel, SA	Portugal	33,76%	26.952	4.846
Recorre II - Betão Pronto, S.A.	Portugal	37,14%	(4.823)	-

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Entidade alienada no decurso de 2013

(c) Entidades que saíram do perímetro de consolidação no decurso de 2013

n.d. não disponível

O Grupo detém o controlo das entidades cuja participação detida é inferior a 50% mas que são consolidadas pelo método de integração global.

Os dados financeiros em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respetiva aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Os movimentos ocorridos no perímetro de consolidação do Grupo no exercício de 2013 foram os seguintes:

- Em 19 de Abril de 2013, o fundo Imoglobal alienou à U-Shape Atividades Imobiliárias, Unipessoal, Lda., a totalidade da sua participação no capital da participada Monte da Quinta (Propriedades), S.A. pelo montante de 582.152 mEuros.
- No exercício de 2013, a Sociedade resgatou as unidades de participação que detinha nos fundos Patris Optimização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Obrigações e Patris Valorização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Ações, tendo o mesmo deixado de integrar o perímetro de consolidação da Sociedade.
- No exercício de 2013, os fundos Patris Ações Global, Patris Ações Europa e Diversificação subscreveram a totalidade das unidades de participação do fundo Patris Iberian Equity, passando o mesmo a integrar o perímetro de consolidação da Sociedade.
- Ainda no decorrer de 2013, os fundos mobiliários que integram o perímetro de consolidação assistiram, de forma generalizada, a resgates das suas unidades de participação em circulação, o que resultou numa diminuição da participação da Sociedade nos mesmos.

Os movimentos ocorridos no perímetro de consolidação do Grupo no exercício de 2012 foram os seguintes:

- Em Fevereiro de 2012, a participada Crossco (738) Ltd, concluiu o seu processo de liquidação. Ainda no decorrer de 2012, o Grupo, através do fundo BPN Gestão de Ativos Valorização Patrimonial, alienou as participações que detinha no Centro Hospitalar de S. Francisco, S.A., Imalis - Meios de Diagnóstico de Imagiologia de Leiria, Lda. e Nascimento & Sousa, Lda..
- Em Maio de 2012, o CLIP Multi-Strategy concluiu o seu processo de liquidação, tendo os seus ativos sido distribuídos pelos seus acionistas pelo seu valor líquido contabilístico.
- No exercício de 2012, os fundos mobiliários que integram o perímetro de consolidação assistiram de forma generalizada a resgates das suas unidades de participação em circulação, o que, aliado à manutenção das unidades de participação detidas pelo Grupo, fez com que a sua participação nos mesmos aumentasse. As exceções verificam-se nos fundos Patris Conservador, Patris Tesouraria e BPN Imonegócios onde o Grupo reduziu a sua participação para 80,94%, 52,01% e 99,09%, respetivamente.
- Em 20 de Junho de 2012, a Parparticipadas, SGPS, S.A. alienou a totalidade da sua participação na BPN Gestão de Ativos SGFIM, S.A. pelo montante total de 3.199 mEuros. No âmbito desta operação, a Parparticipadas, SGPS, S.A. prestou uma garantia bancária ao comprador, pelo montante da venda acima descrito, válida até 20 de Julho de 2017, que se encontra colateralizada por um penhor de depósito no mesmo montante. Adicionalmente, o Estado Português garantiu a manutenção da gestão do fundo Diversificação - Fundo Especial de Investimento por aquela sociedade gestora durante um período mínimo de 2 anos. Conforme previsto no contrato celebrado entre as partes, a Parups, S.A. não poderá efetuar durante um período de 2 anos após a data da venda, o resgate total ou parcial das unidades de participação detidas deste fundo.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2013 e 2012, foi o seguinte:

	2013								
	Saldo em 31.12.2012			Alienações e abates		Saldo em 31.12.2013			
	Valor bruto	Amortizações	Aquisições	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações	Valor bruto	Amortizações	Valor líquido
Imóveis de serviço próprio									
Edifícios	77	(53)	-	-	(77)	53	-	-	-
Equipamento									
Equipamento informático	3.422	(2.575)	130	(96)	(521)	510	3.031	(2.161)	870
Material de transporte	188	(186)	-	(2)	(147)	147	41	(41)	-
Outro equipamento	1.127	(1.113)	11	(7)	(8)	8	1.130	(1.112)	18
Outros activos tangíveis	53	(5)	-	-	-	-	53	(5)	48
Activos tangíveis em curso	167	-	-	-	-	-	167	-	167
	5.034	(3.932)	141	(105)	(753)	718	4.422	(3.319)	1.103

	2012								
	Saldo em 31.12.2011			Alienações e abates		Saldo em 31.12.2012			
	Valor bruto	Amortizações	Aquisições	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações	Valor bruto	Amortizações	Valor líquido
Imóveis de serviço próprio									
Edifícios	77	(45)	-	(8)	-	-	77	(53)	24
Equipamento									
Equipamento informático	3.077	(1.620)	361	(762)	(18)	7	3.422	(2.575)	847
Material de transporte	298	(288)	-	(7)	(110)	109	188	(186)	2
Outro equipamento	1.125	(1.108)	2	(5)	-	-	1.127	(1.113)	14
Outros activos tangíveis	74	(6)	-	(1)	(21)	2	53	(5)	48
Activos tangíveis em curso	669	-	29	-	(531)	-	167	-	167
	5.320	(3.267)	392	(783)	(678)	118	5.034	(3.932)	1.102

Nos exercícios de 2013 e 2012, a coluna "Adições" na rubrica "Equipamento informático" inclui 130 mEuros e 359 mEuros, respetivamente, relativos a equipamento informático adquirido pela Payup Polska.

5. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2013 e 2012, foi o seguinte:

	2013										
	Saldo em 31.12.2012			Amortizações do exercício	Alienações e abates		Constituição de imparidade no exercício (Nota 24)	Saldo em 31.12.2013			
	Valor bruto e imparidade	Amortizações	Adições		Valor bruto	Amortizações e imparidade		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade acumulada	Valor líquido
Goodwill	257.363	(257.363)	344	-	(3.076)	3.076	(344)	254.651	-	(254.651)	-
Outros activos intangíveis	5.608	(2.824)	-	(340)	(1.211)	1.176	-	4.397	(1.988)	-	2.409
Activos intangíveis em curso	252	-	-	-	-	-	-	252	-	-	252
	263.243	(260.207)	344	(340)	(4.287)	4.252	(344)	259.300	(1.988)	(254.651)	2.861

	2012										
	Saldo em 31.12.2011			Amortizações do exercício	Alienações e abates		Constituição de imparidade no exercício (Nota 24)	Saldo em 31.12.2012			
	Valor bruto e imparidade	Amortizações	Adições		Valor bruto	Amortizações e imparidade		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade acumulada	Valor líquido
Goodwill	283.925	(283.925)	814	-	(27.356)	27.356	(814)	257.363	-	(257.363)	-
Outros activos intangíveis	5.190	(1.566)	548	(229)	(130)	111	(1.140)	5.608	(1.684)	(1.140)	2.784
Activos intangíveis em curso	235	-	21	-	(4)	-	-	232	-	-	232
	289.350	(285.491)	1.383	(229)	(27.490)	27.467	(1.954)	263.243	(1.684)	(258.643)	3.036

Conforme referido na Nota 1, em Dezembro de 2010, a Sociedade adquiriu ao BPN, ao Banco Efisa, S.A. e à BPN Crédito - IFIC, S.A., pelo seu valor nominal, um conjunto de ativos que se encontravam registados nos balanços das referidas entidades em 30 de Novembro de 2010. Estas entidades tinham registadas imparidades e provisões para estes ativos no montante de 295.838 mEuros. O apuramento do *goodwill* reconhecido na transação ocorrida pode ser demonstrado da seguinte forma:

Participação o eletrna (%)	Custo de aquisição	Captaas próprias na data de aquisição	Captaas próprias adquidos	Ajustamentos aos captaas próprias		Captaas próprias ajustadas à data de aquisição	"Goodwill" gerado	
				Reavaliação de imóveis	Impostos diferidos passivos			
Astroimóvel - Imobiliária, S.A.	82,98%	9.531	1.300	1.153	8.772	(1.964)	5.961	3.570
Patris Acções Europa - Fundo de Investimento Aberto	67,69%	4.060	5.775	3.909	-	-	3.909	151
Patris Acções Global - Fundo de Investimento Aberto de Acções Internacionais	66,34%	5.755	6.523	5.654	-	-	5.654	101
Diversificação - Fundo Especial de Investimento Aberto	100,00%	260.470	179.011	179.011	-	-	179.011	81.459
BPN G.A. Valorização Patrimonial - Fundo de Capital de Risco	74,28%	17.753	22.359	16.808	-	-	16.808	1.145
Imogloba - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	82,98%	78.609	52.488	43.544	(562)	-	42.982	33.627
Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	99,18%	501.482	428.917	423.416	184	(1.076)	422.534	78.948
Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	84,75%	181.951	178.170	166.921	3.580	(463)	170.048	11.903
Optimização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Obrigações	53,13%	1.489	2.736	1.454	-	-	1.454	15
Real Estate - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	50,00%	35.810	70.666	35.333	-	-	35.333	477
Valorização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Acções	27,98%	575	2.014	564	-	-	564	11
Candal Parque - Sociedade Imobiliária, S.A.	99,14%	33.408	10.654	10.562	23.100	(6.701)	26.967	6.439
CHSF - Centro Hospitalar de S. Francisco, S.A.	33,52%	5.024	6.513	2.183	-	-	2.183	2.841
CLP Multi-Strategy	100,00%	48.573	24.262	24.262	-	-	24.262	22.311
Concretape - Fábrica de Betão Pronto, S.A.	33,16%	1	(83)	(35)	-	-	(35)	36
Controlauto - Control Técnico Automóvel, SA	33,76%	17.420	21.665	7.315	-	-	7.315	10.105
Crossco (738) Ltd	38,70%	2.000	42	16	-	-	16	1.984
Fundo de Capital de Risco Banco Efisa - Dinamização e Competitividade Empresarial	30,00%	8.850	11.726	3.518	-	-	3.518	5.332
Imais - Meios de Diagnóstico de Imagiologia de Lusa, Lda	32,12%	248	249	80	-	-	80	169
Investimentos Dominais Anglo Portugueses, S.A.	82,98%	24.233	1.513	1.255	18.709	(5.426)	14.538	9.695
Monte da Quinta - Propriedades, Lda	82,98%	5.471	494	410	2.840	(824)	2.426	3.045
Nascimento & Sousa, Lda	32,67%	50	(2)	(1)	-	-	-	51
Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A.	49,84%	4.400	5.835	2.908	-	-	2.908	1.492
Pay Up Polska, S.A.	25,42%	1.870	(656)	(167)	-	-	(167)	2.037
Pay Up Romania, S.A.	49,83%	4.431	(405)	(202)	-	-	(202)	4.633
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	26,10%	400	1.363	356	-	-	356	44
Precora II - Betão Pronto, S.A.	37,14%	200	(5.788)	(2.150)	-	-	(2.150)	2.350
Sobrasul - Sociedade de Bntas Seleccionadas do Sul, S.A.	18,58%	7.330	14.044	2.609	-	-	2.609	4.721
		1.257.373	1.039.465	930.487	54.649	(16.454)	966.661	288.692

Para efeitos do apuramento do justo valor das entidades adquiridas, na data da compra, a Sociedade procedeu à reavaliação dos imóveis detidos pelas mesmas, bem como ao apuramento dos respetivos passivos por impostos diferidos associados.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Goodwill" tem a seguinte composição por entidade:

	2013	2012
Diversificação - Fundo Especial de Investimento	81.459	81.459
Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	78.948	78.948
Imogloba - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	33.627	33.627
Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	11.903	11.903
Controlauto - Control Técnico Automóvel, SA	10.105	10.105
Investimentos Dominais Anglo Portugueses, S.A.	9.695	9.695
Candal Parque - Sociedade Imobiliária, S.A.	6.450	6.450
Fundo de Capital de Risco Banco Efisa - Dinamização e Competitividade Empresarial	5.332	5.332
Pay Up Romania, S.A.	4.633	4.633
Astroimóvel - Imobiliária, S.A.	3.570	3.570
Pay Up Polska, S.A.	2.620	2.620
Precora II - Betão Pronto, S.A.	2.350	2.350
Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A.	1.492	1.492
BPN G.A. Valorização Patrimonial - Fundo de Capital de Risco	1.145	1.145
Real Estate - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	477	477
Patris Iberian Equity	344	-
Patris Conservador - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações a Taxa Variável	207	207
Patris Acções Europa - Fundo de Investimento Aberto	151	151
Patris Acções Global - Fundo de Investimento Aberto de Acções Internacionais	99	99
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	44	44
Monte da Quinta - Propriedades, Lda	-	3.045
Patris Optimização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Obrigações	-	20
Patris Valorização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Acções	-	11
	254.651	257.383

No exercício de 2013, com a aquisição da participação no fundo Patris Iberian Equity, a Sociedade registou um goodwill no montante de 344 mEuros.

Em 20 de Junho de 2012, a Parparticipadas, SGPS, S.A. alienou a totalidade da sua participação na BPN Gestão de Ativos SGFIM, S.A. pelo montante total de 3.199 mEuros. No âmbito desta operação, a Parparticipadas, SGPS, S.A. prestou uma garantia bancária ao comprador, pelo montante da venda acima descrito, válida até 20 de Julho de 2017, que se encontra colateralizada por um penhor de depósito no mesmo montante. Adicionalmente, o Estado Português garantiu a manutenção da gestão do fundo Diversificação - Fundo Especial de Investimento por aquela sociedade gestora durante um período mínimo de 2 anos. Conforme previsto no contrato celebrado entre as partes, a Parups, S.A. não poderá efetuar durante um período de 2 anos após a data da venda, o resgate total ou parcial das unidades de participação detidas deste fundo.

No exercício de 2013, a coluna "Alienações e abates" na rubrica "Goodwill" diz respeito ao abate do "goodwill" gerado das participações alienadas ou liquidadas durante o ano, apresentando o seguinte detalhe por entidade:

Monte da Quinta - Propriedades, Lda	3.045
Patris Optimização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Obrigações	20
Patris Valorização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Acções	11
	<u>3.076</u>

No exercício de 2012, a coluna "Alienações e abates" na rubrica "Goodwill" diz respeito ao abate do "goodwill" gerado das participações alienadas ou liquidadas durante o ano, apresentando o seguinte detalhe por entidade:

CLIP Multi-Strategy	22.311
Centro Hospitalar de S. Francisco, S.A.	2.841
Crossco (738) Ltd	1.984
Imalis - Meios de Diagnóstico de Imagiologia de Leiria, Lda	169
Nascimento & Sousa, Lda	51
	<u>27.356</u>

Nos exercícios de 2013 e 2012, face a existirem dúvidas na sua recuperabilidade, o "goodwill" gerado foi provisionado na sua totalidade na rubrica "Imparidade para ativos intangíveis" (Nota 24).

6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Imóvel	Entidade	2013		Valor de avaliação	Valor contabilístico
		Datas das últimas avaliações	Avaliador		
Hospital CUF Descobertas, Lisboa	IMONEGÓCIOS	28-12-2012	Worx	34.388	
		28-12-2012	Euroengineering	34.878	34.833
8 Frac. Edif. Fronteira, Av. António A. Aguiar nº132, Lisboa	MOREAL	20-12-2012	Euroengineering	28.704	
		20-12-2012	Worx	29.818	28.181
Imóvel "Quinta do Castelo"	INVESTIMENTOS DOMINIAIS	20-12-2013	GPU-Consultores	23.401	
		20-12-2013	Euroengineering	27.210	25.305
Conjunto de edifícios de escritórios e armazéns	CANDAL	20-12-2013	Worx	24.726	
		20-12-2013	Euroengineering	24.989	24.858
Av. da Liberdade n.º245, Lisboa	IMONEGÓCIOS	28-12-2012	Euroengineering	18.193	
		28-12-2012	Worx	18.904	18.549
18 Fracções, Monte da Quinta, Quinta do Lago, Alcanil	IMOGLOBAL	12-09-2012	GPU-Consultores	14.828	
		12-09-2012	UON	17.269	16.048
2 Prédios Urbanos, R. Mário Castelhanos nº40, Queluz de Baixo	IMONEGÓCIOS	02-11-2012	Worx	15.587	
		02-11-2012	Euroengineering	18.459	16.028
Quinta do Grajal, Venda Seca, Cacém, Sintra	IMONEGÓCIOS	28-12-2012	GPU-Consultores	14.094	
		28-12-2012	Worx	15.441	15.288
Quinta da Marquesa, Palmela	IMONEGÓCIOS	28-12-2012	CBRE-CB Richard EIII	14.440	
		28-12-2012	Euroengineering	15.990	15.215
Av. 24 de Junho n.º 82, Lisboa	IMONEGÓCIOS	28-12-2012	Worx	12.749	
		28-12-2012	Euroengineering	12.912	12.830
Quinta da Velha, Sto Antão do Tojal, Loures	IMONEGÓCIOS	05-12-2013	Worx	10.758	
		05-12-2013	Euroengineering	11.765	11.261
Terreno na R. Castilho	ASTROIMÓVEL	20-12-2013	GPU-Consultores	10.228	
		20-12-2013	UON	9.052	9.839
51 Fracções Edif. S. Gabriel, Quinta da Orada, Albufeira	IMOMARINAS	12-09-2012	Worx	9.469	
		12-09-2012	Worx	10.539	10.004
Praça Francisco Sá Carneiro nº13, Lisboa	IMONEGÓCIOS	28-12-2012	GPU-Consultores	9.048	
		28-12-2012	UON	9.416	9.232
Lotes 1 e 2, Parque Industrial Porto Alto, Benavente	IMONEGÓCIOS	05-12-2013	CBRE-CB Richard EIII	8.504	
		05-12-2013	Jones Lang Lasalle	8.843	8.673
Loures Business Park, Nô do Zambujal, Loures	MOREAL	05-12-2013	GPU-Consultores	7.670	
		05-12-2013	UON	8.584	8.117
Av. da República nº 28, Lisboa	IMONEGÓCIOS	05-12-2013	Worx	7.732	
		05-12-2013	GPU-Consultores	8.414	8.073
Beloura Office Park, Edifício EE09, Sintra	IMONEGÓCIOS	05-11-2013	UON	7.909	
		05-11-2013	Euroengineering	8.072	7.991
Av. da República nº 53, Lisboa	IMONEGÓCIOS	05-12-2013	Worx	7.558	
		05-12-2013	Euroengineering	8.401	7.980
11 Fracções, Rua Dr. Nicolau Bettencourt, n.º3 a 5, Lisboa	IMONEGÓCIOS	28-12-2012	Euroengineering	7.525	
		28-12-2012	Worx	7.995	7.760
165 Fracções, Rua da Constituição, n.º884 e 890, Porto	IMONEGÓCIOS	05-11-2013	GPU-Consultores	6.539	
		05-11-2013	Euroengineering	7.450	6.995
Edifício Panoramic, Av. D. João II, Lote 1.19.03, Parque Expo, Lisboa	IMONEGÓCIOS	05-11-2013	Euroengineering	5.731	
		05-11-2013	Worx	6.144	6.037
23 Fracções, Rua João Chagas, Algés, Oeiras	IMONEGÓCIOS	28-12-2012	Jones Lang Lasalle	6.470	
		28-12-2012	Aguirre Newman	6.784	6.627
Fracção "D", Ed. Estádio Cidade de Coimbra, R. D. João III nº11 a 61, Coimbra	IMONEGÓCIOS	28-12-2012	CBRE-CB Richard EIII	6.015	
		28-12-2012	Worx	7.141	6.578
Fracções "B" e "C", R. Jardim do Regedor n.º 27 a 35, Lisboa	IMONEGÓCIOS	28-12-2012	Euroengineering	5.489	
		28-12-2012	Worx	5.991	5.740
Prédio Urbano, Quinta do Alcaide, Évora	IMONEGÓCIOS	20-12-2012	Aguirre Newman	5.168	
		28-12-2012	Worx	5.991	5.588
Quinta do Marchante, Lote 1, Prior Velho, Loures	IMONEGÓCIOS	30-08-2013	GPU-Consultores	5.428	
		30-08-2013	Aguirre Newman	5.650	5.539
Edifício Mirador, Forca-Vouga, Vera Cruz, Aveiro	IMONEGÓCIOS	05-11-2013	Aguirre Newman	5.140	
		05-11-2013	Worx	5.826	5.483
Fracções "B" "E", Av. 5 Outubro nº 68/Av. Miguel Bombarda nº36, Lisboa	IMONEGÓCIOS	05-11-2013	Worx	4.827	
		05-11-2013	Euroengineering	5.421	5.174
Lote 10, Parque Industrial Porto Alto, Benavente	IMONEGÓCIOS	05-12-2013	Jones Lang Lasalle	4.935	
		05-12-2013	CBRE-CB Richard EIII	5.207	5.071
Prédio Urbano, Rua Henrique Paiva Couceiro nº1, Venda Nova, Amadora	MOREAL	05-12-2013	Euroengineering	5.004	
		05-12-2013	Worx	5.087	5.036
R. do Quelhas nº 28, Lisboa	IMONEGÓCIOS	05-12-2013	Worx	4.970	
		05-12-2013	Aguirre Newman	5.057	5.014
					383.407
- Outros imóveis cujo valor contabilístico é inferior a 5.000 mEuros					159.402
					<u>522.809</u>

CBRE - CB Richard EIII
 GPU - GPU - Consultores de Avaliação, Lda
 Euroengineering - Euro Engineering Ltd
 Worx - Worx - Real Estate Consultants
 Jones Lang Lasalle - Jones Lang Lasalle
 Aguirre Newman - Aguirre Newman Ltd
 UON - Uoneoconsulting SA

Y

Imóvel	Entidade	2012		Valor de avaliação	Valor contabilístico
		Datas das últimas avaliações	Avaliador		
Apartotal, moradas e armazéns	MONTE DA QUINTA	20-12-2012	Worx	59.565	60.150
Hospital CUF Descobertas, Lisboa	BPN, IMONEGÓCIOS	20-12-2012	Euroengineering	60.735	
		28-12-2012	Worx	34.388	
		28-12-2012	Euroengineering	34.878	34.633
Imóvel "Quinta do Castelo"	INVESTIMENTOS DOMINIAIS	20-12-2012	Worx	29.655	29.421
		20-12-2012	Euroengineering	29.186	
8 Frac. Edif. Fronteira, Av. António A. Aguiar nº132, Lisboa	BPN, IMOREAL	20-12-2012	Euroengineering	26.704	28.181
		20-12-2012	Worx	29.618	
Conjunto de edifícios de escritórios e armazéns	CANDAL	20-12-2012	Worx	27.371	27.206
		20-12-2012	Euroengineering	27.041	
Av. da Liberdade n.º245, Lisboa	BPN, IMONEGÓCIOS	28-12-2012	Euroengineering	16.388	18.549
		28-12-2012	Worx	16.709	
18 Fracções, Monte da Quinta, Quinta do Lago, Almonacid	BPN, IMOGLOBAL	12-09-2012	CPU-Consultores	14.828	18.048
		12-09-2012	UON	17.289	
2 Prédios Urbanos, R. Mão Castelhano nº40, Queluz de Baixo	BPN, IMONEGÓCIOS	02-11-2012	Worx	15.597	
		02-11-2012	Euroengineering	16.459	18.028
Quinta do Grajal, Venda Seca, Cacém, Sintra	BPN, IMONEGÓCIOS	28-12-2012	CPU-Consultores	14.094	15.268
		28-12-2012	Worx	16.441	
Quinta da Marquesa, Palmela	BPN, IMONEGÓCIOS	28-12-2012	CBRE-CB Richard Ell	14.440	15.215
		28-12-2012	Euroengineering	15.990	
Av. 24 de Junho n.º 82, Lisboa	BPN, IMONEGÓCIOS	28-12-2012	Worx	12.749	12.830
		28-12-2012	Euroengineering	12.912	
Quinta da Velha, Sto António do Tojal, Loures	BPN, IMONEGÓCIOS	28-12-2012	Worx	12.218	12.416
		28-12-2012	Euroengineering	12.614	
Terreno na R. Castiço	ASTROIMÓVEL	28-12-2012	CPU-Consultores	11.000	12.072
		20-12-2012	Worx	13.144	
Edifício Panoramic, Av. D. João II, Lote 1.19.03, Parque Expo, Lisboa	BPN, IMONEGÓCIOS	28-12-2012	Euroengineering	10.473	10.474
		28-12-2012	Worx	10.475	
51 Fracções Edif. S. Gabriel, Quinta da Orada, Albufeira	BPN, IMOMARINAS	12-09-2012	Worx	9.469	10.004
		12-09-2012	Worx	10.539	
Praça Francisco Sá Carneiro nº13, Lisboa	BPN, IMONEGÓCIOS	28-12-2012	CPU-Consultores	9.048	9.232
		28-12-2012	UON	9.418	
Av. da República nº 26, Lisboa	BPN, IMONEGÓCIOS	20-12-2012	Worx	8.429	8.818
		28-12-2012	CPU-Consultores	9.208	
Lotes 1 e 2, Parque Industrial Porto Alto, Benavente	BPN, IMONEGÓCIOS	28-12-2012	CBRE-CB Richard Ell	6.598	8.606
		28-12-2012	Jones Lang LaSalle	9.013	
Av. da República nº 53, Lisboa	BPN, IMONEGÓCIOS	28-12-2012	Worx	6.022	8.519
		28-12-2012	Euroengineering	9.017	
Beloura Office Park, Edifício EE09, Sintra	BPN, IMONEGÓCIOS	28-12-2012	UON	7.912	8.155
		28-12-2012	Euroengineering	6.397	
11 Fracções, Rua Dr. Nicolau Bettencourt, n.º3 a 5, Lisboa	BPN, IMONEGÓCIOS	28-12-2012	Euroengineering	7.525	7.780
		28-12-2012	Worx	7.995	
165 Fracções, Rua da Constituição, n.º884 e 890, Porto	BPN, IMONEGÓCIOS	28-12-2012	CPU-Consultores	6.636	7.315
		28-12-2012	Euroengineering	7.794	
Lote 10, Parque Industrial Porto Alto, Benavente	BPN, IMONEGÓCIOS	28-12-2012	Jones Lang LaSalle	6.412	6.672
		28-12-2012	CBRE-CB Richard Ell	6.932	
23 Fracções, Rua João Chagas, Algés, Oeiras	BPN, IMONEGÓCIOS	26-12-2012	Jones Lang LaSalle	6.470	6.627
		26-12-2012	Aguirre Newman	6.784	
Fracção "D", Ed. Estádio Cidade de Coimbra, R. D. João III n.º11 a 61, Coimbra	BPN, IMONEGÓCIOS	28-12-2012	CBRE-CB Richard Ell	6.015	6.578
		28-12-2012	Worx	7.141	
Loures Business Park, Nô do Zambujal, Loures	BPN, IMOREAL	02-04-2012	CPU-Consultores	5.966	6.295
		02-04-2012	UON	6.725	
Quinta do Marchante, Lote 1, Prior Velho, Loures	BPN, IMONEGÓCIOS	28-12-2012	CPU-Consultores	5.822	6.121
		28-12-2012	Aguirre Newman	6.420	
Prédio Urbano, Rua Henrique Paiva Couceiro nº1, Venda Nova, Amadora	BPN, IMOREAL	20-12-2012	Euroengineering	5.607	6.006
		20-12-2012	Worx	6.404	
Edifício Mirador, Forca-Vouga, Vera Cruz, Aveiro	BPN, IMONEGÓCIOS	28-12-2012	Aguirre Newman	5.479	5.907
		28-12-2012	Worx	6.336	
Fracções "B" e "C", R. Jardim do Regedor n.º 27 a 35, Lisboa	BPN, IMONEGÓCIOS	28-12-2012	Euroengineering	5.489	5.740
		28-12-2012	Worx	5.991	
Prédio Urbano, Quinta do Alcaide, Évora	BPN, IMONEGÓCIOS	20-12-2012	Aguirre Newman	5.186	5.588
		28-12-2012	Worx	5.991	
Fracções "B" "E", Av. 5 Outubro nº 68/Av. Miguel Bombarda nº36, Lisboa	BPN, IMONEGÓCIOS	28-12-2012	Worx	4.996	5.411
		20-12-2012	Euroengineering	5.625	
R. do Quelhas nº 28, Lisboa	BPN, IMONEGÓCIOS	20-12-2012	Worx	5.058	5.249
		28-12-2012	Aguirre Newman	5.440	
					441.274
- Outros imóveis cujo valor contabilístico é inferior a 5.000 mEuros					169.842
					611.116

CB Richard Ell - CB Richard Ell
 CPU - CPU - Consultores de Avaliação, Lda
 Euroengineering - Euro Engineering, Ltd
 Lusa Roux - Lusa Roux, S.A.
 Wors - Wors - Real Estate Consultants
 Cushman Wakefield - Cushman Wakefield
 Jones Lang LaSalle - Jones Lang LaSalle
 Aguirre Newman - Aguirre Newman, Lda

O movimento ocorrido nesta rubrica em 2013, foi o seguinte:

	2013				
	Saldo 31.12.2012	Adições	Saídas de perímetro	Reavaliações (Notas 29 e 30)	Saldo 31.12.2013
Propriedades de investimento	611.116	5.022	(60.150)	(25.553)	522.809

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica "Propriedades de investimento" inclui o montante de 60.150 mEuros proveniente do imóvel detido pela Sociedade Monte da Quinta (Propriedades), S.A., o qual com a alienação desta participada, não existe em 31 de Dezembro de 2013.

No exercício de 2013, decorrente de novas avaliações efetuadas por peritos independentes, as entidades acima referidas registaram mais-valias no montante de 2.347 mEuros (Nota 29) e menos-valias no montante de 27.900 mEuros (Nota 30), respetivamente.

No exercício de 2012, decorrente de novas avaliações efetuadas por peritos independentes, as entidades acima referidas registaram mais-valias no montante de 1.848 mEuros (Nota 29) e menos-valias no montante de 67.656 mEuros (Nota 30), respetivamente.

7. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Participação efectiva (%)	2013		Resultado líquido ajustado em 31.12.2013	Proporção no resultado líquido (Nota 17)
	Capitais próprios em 31.12.2013	Proporção nos capitais próprios		
<u>Gestão de Participações Sociais</u>				
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A. (a)	26,10%	1.563	408	-
<u>Fundos</u>				
Real Estate - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	50,00%	29.038	14.519	(22.418)
Fundo de Capital de Risco Banco Efsa - Dinamização e Competitividade Empresarial	30,00%	946	284	(784)
Patris Tesouraria - Fundo de Investimento Aberto de Tesouraria	24,31%	4.133	1.004	80
<u>Outras Entidades</u>				
Controlauto - Controlo Técnico Automóvel, S.A.	33,76%	29.164	8.846	4.635
Precore II - Betão Pronto, S.A.	37,14%	(4.823)	-	-
		<u>26.061</u>		<u>(9.860)</u>

(a) Demonstrações financeiras 31.12.2010

Participação efectiva (%)	2012		Resultado líquido ajustado em 31.12.2012	Proporção no resultado líquido (Nota 17)
	Capitais próprios em 31.12.2012	Proporção nos capitais próprios		
<u>Gestão de Participações Sociais</u>				
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	26,10%	1.563	408	-
<u>Fundos</u>				
Real Estate - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	50,00%	51.456	25.728	(3.654)
Patris Valorização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Acções	36,44%	1.628	593	248
Fundo de Capital de Risco Banco Efsa - Dinamização e Competitividade Empresarial	30,00%	1.729	519	(1.655)
<u>Outras Entidades</u>				
Controlauto - Controlo Técnico Automóvel, S.A.	33,76%	26.952	9.100	4.846
Precore II - Betão Pronto, S.A.	37,14%	(4.823)	-	-
		<u>36.348</u>		<u>(596)</u>

8. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Imóveis	80.473	97.119
Outros inventários:		
Mercadorias	42.528	42.532
Produtos acabados e intermédios	576	878
	<u>123.577</u>	<u>140.529</u>
Perdas por imparidade (Nota 24):		
em imóveis	(26.606)	(25.840)
em mercadorias	(15.481)	(4.504)
	<u>(42.087)</u>	<u>(30.344)</u>
	<u>81.490</u>	<u>110.185</u>

O saldo da rubrica "Imóveis" apresenta a seguinte composição:

Imóvel	2013		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Portela da Ajuda, Cabos d'Ávila, Alfragide	17.797	(4.515)	13.282
144 Fracções, Urb. Quinta de Santo António, Mirafleres, Oeiras	12.273	-	12.273
Sapec Bay, Freguesia do Sado, Setúbal	20.111	(10.825)	9.286
Lotes 9, 10 e 11, Parque Industrial Sapec Bay, Setúbal	9.752	(5.429)	4.323
Limites de Bicesse, Alcabideche, Cascais	4.890	(708)	4.182
Lote 4 Nascente, Parque Industrial Sapec Bay, Freguesia do Sado, Setúbal	3.722	(1.077)	2.645
8 Lotes, Quinta das Rosas, Caparica, Almada	4.493	(2.385)	2.108
14 Fracções, Urb. Quinta de Santo António, Mirafleres, Oeiras	2.492	(442)	2.050
R. Dr. Estêvão Vasconcelos, nº 60 Lisboa	2.359	(554)	1.805
Lugar de Regadas, Santa Marinha, Vila Nova Gaia	1.039	(246)	793
Edif. "Vilas do Oriente", Parque Expo	380	(13)	367
Av. da Liberdade n.º177, Lisboa	292	-	292
Rua de Monserrate, Viana do Castelo	607	(374)	233
Miroasis, Nucleo D, Lote 19, Praia da Mira, Mira	163	(11)	152
Rua Fernando Veloso, Esmoriz, Ovar	103	(27)	76
	<u>80.473</u>	<u>(26.606)</u>	<u>53.867</u>

Imóvel	2012		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Portela da Ajuda, Cabos d'Ávila, Alfragide	17.777	(2.601)	15.176
144 Fracções, Urb. Quinta de Santo António, Mirafleres, Oeiras	12.273	-	12.273
Av. Thomas Edson nº1324, São Paulo, Brasil	11.984	-	11.984
Lotes 2,3,4,5,12 e 13, Sapec Bay, Freguesia do Sado, Setúbal	20.111	(10.825)	9.286
Lotes 9, 10 e 11, Parque Industrial Sapec Bay, Setúbal	9.752	(5.429)	4.323
12 Lotes, Limites de Bicesse, Alcabideche, Cascais	4.890	(708)	4.182
Lote 4 Nascente, Parque Industrial Sapec Bay, Freguesia do Sado, Setúbal	3.722	(1.077)	2.645
Prédio Urbano, Av. Montevideu nº384, Porto	3.171	(1.021)	2.150
8 Lotes, Quinta das Rosas, Caparica, Almada	4.493	(2.385)	2.108
14 Fracções, Urb. Quinta de Santo António, Mirafleres, Oeiras	2.492	(442)	2.050
R. Dr. Estêvão Vasconcelos, nº 60 Lisboa	2.359	(554)	1.805
3 Fracções, Av. da Liberdade n.º177, Lisboa	1.549	-	1.549
Lugar de Regadas, Santa Marinha, Vila Nova Gaia	1.039	(246)	793
Edif. "Vilas do Oriente", Parque Expo	380	(13)	367
Prédio Urbano, Rua de Monserrate, Viana do Castelo	607	(374)	233
Prédio Urbano, Miroasis, Nucleo D, Lote 19, Praia da Mira, Mira	163	(11)	152
Prédio Urbano, Travessa do Rego, nº 7 Funchal	254	(127)	127
Fracção "A", Rua Fernando Veloso, Esmoriz, Ovar	103	(27)	76
	<u>97.119</u>	<u>(25.840)</u>	<u>71.279</u>

A rubrica "Imparidade" diz respeito à imparidade registada para imóveis adquiridos pela Sociedade e filiais, apurada com base em avaliações de peritos avaliadores.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Mercadorias" inclui 3.183.000 moedas e 3.224.000 moedas comemorativas do Europeu de futebol - Euro 2004, nos montantes de 25.788 mEuros e 25.792 mEuros, respetivamente, que foram adquiridos ao BPN durante o exercício de 2012, no âmbito do seu processo de reprivatização.

Em 31 de Dezembro de 2012, aquelas moedas, de circulação legal em Portugal, encontravam-se a ser valorizadas ao seu valor facial (8 Euros cada). Posteriormente, em 10 de Dezembro de 2013, a Direção Geral do Tesouro e Finanças informou a Sociedade da autorização para alienação das moedas a outra entidade, afastando-se assim a hipótese da sua retirada de circulação por entrega das mesmas ao Banco de Portugal. Nesse contexto, em 31 de Dezembro de 2013, a Sociedade passou a valorizar aquelas moedas ao seu valor esperado de realização, o qual passou a ser o seu valor intrínseco em termos dos metais preciosos que as constituem (essencialmente prata), ou seja, a cotação da prata pelo peso global das moedas. Desta forma, em 31 de Dezembro de 2013 a Sociedade constituiu perdas por imparidade para as moedas comemorativas no montante de 9.904 mEuros.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Mercadorias" inclui, igualmente, obras de arte do pintor Joan Miró, adquiridas ao BPN durante o exercício de 2012, no âmbito do seu processo de reprivatização. A Sociedade dispõe de perdas por imparidade nos montantes de 5.577 mEuros e 4.504 mEuros, respetivamente, para estes ativos, apuradas a partir da média entre o valor máximo e o valor mínimo de venda estimado por um avaliador internacional independente.

9. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Activo não corrente:		
Clientes - Conta Corrente	-	527
Perda por imparidade em contas a receber de clientes (Nota 24)	-	(527)
	-	-
Activo corrente:		
Clientes - Conta Corrente	4.431	4.119
Clientes de cobrança duvidosa	175	533
	4.606	4.652
Perda por imparidade em contas a receber de clientes (Nota 24)	(175)	(541)
	4.431	4.111
	4.431	4.111

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as perdas por imparidade em contas a receber de clientes apresentam a seguinte decomposição (Nota 24):

	2013	2012
Em contas a receber não correntes de clientes	-	(527)
Em contas a receber correntes de clientes	(175)	(541)
	(175)	(1.068)

Em 31 de Dezembro de 2013, as rubricas relativas a clientes - conta corrente incluem saldos a receber de clientes da Pay Up Polska S.A. e da Pay Up Roménia, nos montantes de 3.700 mEuros e 471 mEuros, respetivamente. Em 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica inclui os saldos a receber de clientes da Pay Up Polska S.A. e da Pay Up Roménia, nos montantes de 3.396 mEuros e 479 mEuros, respetivamente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de clientes, excluindo perdas por imparidade, apresenta a seguinte estrutura por antiguidade:

	2013	2012
Até um mês	3.499	3.228
De um mês a três meses	367	349
De três meses a seis meses	8	64
De seis meses a um ano	321	476
Mais de um ano	411	1.062
	<u>4.606</u>	<u>5.179</u>

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<u>Saldos devedores</u>		
IVA a recuperar	6.625	5.631
IRC a recuperar	245	480
Outros	173	44
	<u>7.043</u>	<u>6.155</u>
<u>Saldos credores</u>		
IVA a pagar	247	18
Segurança Social	133	24
Retenções na fonte	66	16
Tributos das autarquias locais	8	15
Outros	11.582	10.091
	<u>12.036</u>	<u>10.164</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Saldos devedores – IVA a recuperar" tem a seguinte composição:

	2013	2012
Imposto a regularizar	2.226	2.226
Imposto a recuperar	3.578	2.129
Reembolsos solicitados	5	5
Outros	816	1.271
	<u>6.625</u>	<u>5.631</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "IVA - Imposto a regularizar" refere-se ao IVA suportado em custos associados a projetos de construção, sobre os quais o fundo Imonegócios solicitou reembolso no momento da conclusão dos mesmos e após a celebração dos respetivos contratos de arrendamento.

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica "IVA - Imposto a recuperar" inclui 3.493 mEuros referentes ao montante de crédito de imposto a recuperar pelo fundo Imoreal relativo ao mês de Dezembro de 2013. Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica "IVA - Imposto a recuperar" diz

respeito ao montante de crédito de imposto a recuperar pelos fundos Imonegócios e Imoreal, relativo ao mês de Dezembro de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica "Saldo credores – Outros" inclui 7.257 mEuros e 3.708 mEuros a pagar pelos fundos de investimento imobiliários Imonegócios e Imoreal, respetivamente, essencialmente relativos a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (6.275 mEuros e 3.193 mEuros em 31 de Dezembro de 2012, respetivamente).

11. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Activo não corrente:</u>		
Empréstimos concedidos	5.727	6.398
Suprimentos concedidos	4.800	4.275
Devedores por rendas vencidas	21.269	18.285
Adiantamentos por conta de imóveis	39.831	-
Outros	1.264	-
	<u>72.891</u>	<u>28.958</u>
Perdas por imparidade em outras dívidas não correntes de terceiros	(47.904)	(22.378)
	<u>24.987</u>	<u>6.580</u>
<u>Activo corrente:</u>		
Adiantamentos por conta de imóveis	-	40.243
Devedores por rendas vencidas	7.071	6.532
Outras contas a receber	45	1.245
Outros	1.927	4.737
	<u>9.043</u>	<u>52.757</u>
Perdas por imparidade em outras dívidas correntes de terceiros	(5.766)	(27.697)
	<u>3.277</u>	<u>25.060</u>
	<u>28.264</u>	<u>31.640</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as perdas por imparidade para outras dívidas de terceiros apresentam a seguinte decomposição (Nota 24):

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Para outras dívidas não correntes de terceiros	(47.904)	(22.378)
Para outras dívidas correntes de terceiros	(5.766)	(27.697)
	<u>(53.670)</u>	<u>(50.075)</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Activo não corrente – Empréstimos concedidos" inclui um valor a receber do Banco BIC Português, S.A. no montante de 3.254 mEuros e 3.513 mEuros, respetivamente, relativo a um adiantamento efetuado pela Sociedade para aquisição de imóveis detidos por aquela entidade e que aguardam a realização de escritura. Este montante corresponde ao valor líquido contabilístico destes imóveis em 29 de Março de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica do "Activo não corrente - Suprimentos concedidos" apresenta o seguinte detalhe:

	2013		2012	
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor líquido
Tecneira Moçambique, S.A.	3.701	(3.701)	-	-
Greencyber, S.A.	275	(275)	-	138
Calzeus – Calçado e Acessórios	255	(255)	-	-
Outros	569	-	569	44
	4.800	(4.231)	569	182

Os suprimentos concedidos a estas entidades não são remunerados e não têm prazo de reembolso definido.

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Ativo corrente - Adiantamentos por conta de imóveis” refere-se aos adiantamentos por conta de construções e compra de imóveis, dos quais 37.140 mEuros dos fundos imobiliários Imoreal e Imomarinas. Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo desta rubrica foi reclassificado para “Ativo não corrente - Adiantamentos por conta de imóveis”, dos quais 36.728 mEuros são provenientes dos fundos imobiliários Imoreal e Imomarinas. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, encontra-se registada imparidade para estes adiantamentos na rubrica “Perdas por imparidade em outras dívidas de terceiros” no montante de 19.519 mEuros.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas “Ativo corrente – Devedores por rendas vencidas” e “Ativo não corrente – Devedores por rendas vencidas”, dizem respeito a rendas vencidas não cobradas pelos fundos imobiliários Imonegócios, Imoreal, Imomarinas e Imoglobal.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica, líquido de imparidade, apresenta a seguinte estrutura por antiguidade:

	2013	2012
Até um mês	-	1.275
De um mês a três meses	401	2.955
De seis meses a um ano	1.566	23.905
Mais de um ano	26.297	3.505
	28.264	31.640

12. INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<u>Investimentos financeiros detidos para negociação</u>		
Instrumentos de dívida		
De emissores públicos	857	4.230
De outros emissores	9.286	14.236
Instrumentos de capital	22.432	13.394
	<u>32.575</u>	<u>31.860</u>
<u>Outros investimentos</u>		
Instrumentos de dívida		
De outros emissores	48.285	60.067
Instrumentos de capital	50.514	62.111
	<u>98.799</u>	<u>122.178</u>
	<u>131.374</u>	<u>154.038</u>
Perdas por imparidade em investimentos (Nota 24)	(60.106)	(66.903)
	<u>71.268</u>	<u>87.135</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Outros investimentos – Instrumentos de capital” inclui os montantes de 17.290 mEuros e 18.125 mEuros respetivamente, relativos a investimentos efetuados pela Sociedade nos fundos Imosocial - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, The Infrastructure and Growth Capital Fund, L.P. e FCP Outperformance.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as reservas de reavaliação nos montantes de 6.312 mEuros e 7.499 mEuros, respetivamente, são relativas às mais e menos valias potenciais de títulos classificados na rubrica “Outros investimentos” (Nota 17).

O detalhe dos títulos classificados nesta rubrica encontra-se no Anexo I.

13. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Caixa	-	4
Depósitos à ordem	25.458	16.357
Depósitos a prazo	49.612	46.843
	<u>75.070</u>	<u>63.204</u>
Juros a receber	82	51
	<u>75.152</u>	<u>63.255</u>

14. OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Outros activos correntes</u>		
Acréscimos de proveitos		
Outros	249	425
Custos diferidos		
Rendas e alugueres	-	99
Seguros	-	4
Outros	414	777
Outros rendimentos a receber	343	384
	<u>1.006</u>	<u>1.689</u>
<u>Outros passivos correntes</u>		
Proveitos diferidos	1.880	2.062
Acréscimos de custos		
Remunerações a liquidar	95	89
Outros acréscimos de custos	1.085	375
Outros	653	331
	<u>3.713</u>	<u>2.857</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Outros ativos correntes – Custos diferidos - Outros" inclui o montante de 386 mEuros e 460 mEuros, respetivamente, relativo ao diferimento do Imposto do Selo associado ao financiamento concedido pelo Banco BIC Português, S.A. (ex-BPN) ao Imonegócios, em 26 de Março de 2012, no valor de 86.000 mEuros. O Imposto do Selo está a ser reconhecido na demonstração dos resultados de forma linear pelo prazo do financiamento.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Proveitos diferidos" inclui 1.534 mEuros e 1.809 mEuros, respetivamente, referente ao fundo Imonegócios, com o seguinte detalhe:

	2013	2012
Rendas recebidas antecipadamente:		
- Construções	1.473	1.750
- Direitos	9	9
- Terrenos	52	50
	<u>1.534</u>	<u>1.809</u>

15. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Imóveis	80.309	83.694
Participações	12.045	12.045
	<u>92.354</u>	<u>95.739</u>
Perdas por imparidade (Nota 24):		
Imóveis	(42.234)	(42.488)
Participações	(12.045)	(12.045)
	<u>(54.279)</u>	<u>(54.533)</u>
	<u>38.075</u>	<u>41.206</u>

A rubrica "Imóveis" apresenta o seguinte detalhe:

Imóvel	2013					
	Valor de aquisição	Imposto Municipal (IMT)	Imposto do Selo	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Rua D. João I	3.966	258	32	4.256	(620)	3.636
Largo Dr. Gregório de Almeida nº1-4	4.950	322	40	5.312	(3.455)	1.857
Nó Do I. P. 3	3.633	267	33	3.933	(2.504)	1.429
Avenida de Brasil, Lote 26	1.300	78	10	1.388	(88)	1.300
Estrada Interior da Circunvalação	9.216	599	74	9.889	(8.719)	1.170
Lagoa, Barracão	3.082	200	25	3.307	(2.402)	905
Rua da Liberdade	2.658	173	21	2.852	(1.972)	880
Catraia de Assequins	1.080	70	9	1.159	(284)	875
Rua das Buganvílias, nº25 - Antigo lote 4.7.1/25 - Vilamoura	1.453	87	12	1.552	(897)	655
Zona industrial da Bameira	1.704	111	14	1.829	(1.208)	621
	<u>33.042</u>	<u>2.165</u>	<u>270</u>	<u>35.477</u>	<u>(22.149)</u>	<u>13.328</u>
Outros imóveis cujo valor contabilístico é inferior a 500 mEuros	42.136	2.347	349	44.832	(20.085)	24.747
	<u>75.178</u>	<u>4.512</u>	<u>619</u>	<u>80.309</u>	<u>(42.234)</u>	<u>38.075</u>

Imóvel	2012					
	Valor de aquisição	Imposto Municipal (IMT)	Imposto do Selo	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Estrada Interior da Circunvalação	9.216	599	74	9.889	(8.692)	1.197
Largo Dr. Gregório de Almeida nº1-4	4.950	322	40	5.311	(3.282)	2.029
Rua D. João I	3.966	258	32	4.256	(467)	3.789
Nó Do I. P. 3	3.633	267	33	3.933	(1.378)	2.555
Colmeias, Lagoa-Barracão, 2400 Leiria	3.082	200	25	3.307	(1.882)	1.425
Rua Da Liberdade	2.658	173	21	2.852	(1.727)	1.125
Avenida de Brasil, Lote 26	1.300	78	10	1.388	-	1.388
	<u>28.805</u>	<u>1.897</u>	<u>235</u>	<u>30.936</u>	<u>(17.428)</u>	<u>13.508</u>
Outros imóveis cujo valor contabilístico é inferior a 1.000 mEuros	43.564	2.487	358	52.758	(25.060)	27.698
	<u>72.369</u>	<u>4.384</u>	<u>593</u>	<u>83.694</u>	<u>(42.488)</u>	<u>41.206</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os imóveis registados nesta rubrica encontram-se em fase de comercialização.

A rubrica "Perdas por imparidade - imóveis" diz respeito à imparidade registada para imóveis adquiridos pela Parups, S.A., apurada com base em avaliações de peritos avaliadores.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Participações" apresentava a seguinte composição:

Título	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Labicer - Laboratório Industrial Cerâmico, S.A.	10.800	(10.800)	-
Quimiceram - Químicos e Minerais, S.A.	1.000	(1.000)	-
Valorceram - Subprodutos Cerâmicos, S.A.	245	(245)	-
	12.045	(12.045)	-

Durante o exercício de 2010, o Conselho de Administração do BPN, acionista único da Sociedade decidiu iniciar diligências para a venda imediata das participações detidas na Labicer, Quimiceram e Valorceram, intenção mantida pelo Conselho de Administração da Sociedade, após a aquisição das mesmas. Deste modo, estes ativos passaram a cumprir os requisitos da Norma IFRS 5, tendo sido objeto de exclusão do perímetro de consolidação da Sociedade e foram registados ao custo de aquisição nesta rubrica, tendo sido provisionados na sua totalidade.

Os principais dados financeiros não auditados com base nas últimas demonstrações financeiras disponíveis destas entidades, são os seguintes:

Entidade	Sede	% de Participação efectiva	2013			
			Activo	Passivo	Capital próprio (a)	Resultado líquido do exercício
Labicer - Laboratório Industrial Cerâmico, S.A.	Portugal	47,47%	32.921	103.944	(74.528)	-
Quimiceram - Químicos e Minerais, S.A.	Portugal	74,28%	3.479	6.508	(3.029)	-
Valorceram - Subprodutos Cerâmicos, S.A.	Portugal	52,00%	2.238	2.797	(560)	-
			38.638	113.249	(78.117)	-

(a) O Capital próprio inclui o resultado líquido do exercício e refere-se a 31.12.2012

Entidade	Sede	% de Participação efectiva	2012			
			Activo	Passivo	Capital próprio (a)	Resultado líquido do exercício
Labicer - Laboratório Industrial Cerâmico, S.A.	Portugal	47,47%	32.921	103.944	(74.528)	(3.505)
Quimiceram - Químicos e Minerais, S.A.	Portugal	74,28%	3.479	6.508	(3.029)	-
Valorceram - Subprodutos Cerâmicos, S.A.	Portugal	52,00%	2.238	2.797	(560)	-
			38.638	113.249	(78.117)	(3.505)

(a) O Capital próprio inclui o resultado líquido do exercício

Em 31 de Dezembro de 2010, a Sociedade constituiu nas suas demonstrações financeiras consolidadas uma provisão no montante de 15.538 mEuros para os capitais próprios negativos das entidades acima referidas. A provisão constituída pela Sociedade, não considerou a totalidade dos capitais próprios negativos da Labicer e da Quimiceram, uma vez que os mesmos já se encontravam provisionados no BPN, acionista único da Sociedade. No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do BPN, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da Parups, operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a aprovação deste despacho, a Parups passou durante o exercício de 2011, a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. Com esta operação, cessou a carta-conforto prestada pelo BPN, tendo o Conselho de Administração da Sociedade refletido nas demonstrações financeiras do exercício de 2011, o reconhecimento da provisão para os capitais próprios negativos das entidades acima referidas, no montante de 59.074 mEuros na rubrica "Provisões" (Notas 17 e 24). No exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, o valor dos capitais próprios da Labicer diminuiu 3.505 mEuros. Neste contexto, o reconhecimento da provisão para capitais próprios negativos das entidades acima referidas, ascende a 78.117 mEuros, encontrando-se refletido na rubrica "Provisões" (Nota 24).

16. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado, estando representado por dez mil ações com o valor nominal de cinco Euros cada uma, sendo detidas na sua totalidade pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade em 31 de Dezembro de 2013, apresentam capitais próprios negativos no montante de 721.996 mEuros, o que põe em causa a continuidade das operações e obriga à aplicação das normas constantes do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No âmbito do processo de reprivatização do BPN, acionista da Sociedade, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da Parups, S.A., operação que se concretizou em Fevereiro de 2012, tendo passado a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais e o Estado português assumido diretamente todos os direitos e obrigações relacionadas com a Sociedade.

17. RESERVAS DE REAVIAÇÃO, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas reservas de reavaliação, resultados transitados e resultado líquido, têm a seguinte decomposição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Reservas de reavaliação		
- Reserva de justo valor (Nota 12)	6.312	7.499
	<u>6.312</u>	<u>7.499</u>
Outras reservas e resultados transitados		
- Outras reservas	(59)	(20.830)
- Resultados transitados	(723.886)	(537.475)
	<u>(723.945)</u>	<u>(558.305)</u>
Resultado líquido consolidado do exercício	<u>(97.061)</u>	<u>(165.625)</u>
	<u>(814.694)</u>	<u>(716.431)</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais, relativas à carteira de títulos classificados como "Outros investimentos", no montante líquido de 6.312 mEuros e 7.499 mEuros, respetivamente em cada uma das datas (Nota 12).

A formação do resultado líquido consolidado dos exercícios de 2013 e 2012 pode ser descrita da seguinte forma:

2013	
Resultado líquido individual da Parups, S.A. em 31 de Dezembro de 2013	(109.667)
Resultado líquido do exercício das participadas mais significativas	
Astroimóvel - Imobiliária, S.A.	91
Patris Acções Europa - Fundo de Investimento Aberto	972
Patris Acções Global - Fundo de Investimento Aberto de Acções Internacionais	1.448
Patris Conservador - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações a Taxa Variável	287
Diversificação - Fundo Especial de Investimento Aberto	(5.783)
Patris Iberian Equity	1.503
BPN G.A. Valorização Patrimonial - Fundo de Capital de Risco	98
Imoglobal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(2.757)
Imomarinas - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(5.750)
Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(15.861)
Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(9.133)
Candal Parque - Sociedade Imobiliária, S.A.	970
Investimentos Dominiais Anglo Portugueses, S.A.	(565)
Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A.	(452)
Pay Up Polska, S.A.	(242)
	<u>(35.174)</u>
Ajustamentos de consolidação:	
- Anulação de provisões constituídas no exercício nas contas individuais das entidades que consolidam referentes a entidades do Grupo	60.413
- Correção de impostos diferidos passivos nas contas consolidadas decorrentes da reavaliação negativa de imóveis registados ao justo valor (Nota 22)	3.591
- Registo de valias potenciais dos imóveis registados ao custo de aquisição nas contas individuais das filiais e registados contabilisticamente no consolidado ao justo valor como propriedades de investimento	(12.087)
- Anulação de dividendos intragrupo	
BPN G.A. Valorização Patrimonial - Fundo de Capital de Risco	(630)
Parups, S.A.	(350)
- Alienação e liquidação de associadas	
Monte da Quinta (Propriedades), S.A.	4.353
Patris Optimização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Obrigações	1.840
Patris Valorização - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	626
- Constituição de imparidade para fazer face ao goodwill gerado no exercício com a entrada do Fundo Patris Iberian Equity no perímetro de consolidação (Nota 5)	(344)
- Outros ajustamentos de consolidação	(21)
	<u>57.391</u>
Resultados de empresas associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 7)	(9.860)
Interesses minoritários (Nota 18)	249
Resultado líquido consolidado em 31 de Dezembro de 2013	<u>(97.061)</u>

2012

Resultado líquido individual da Parups, S.A. em 31 de Dezembro de 2012	<u>(171.050)</u>
<u>Resultado líquido do exercício das participadas mais significativas</u>	
Astroimóvel - Imobiliária, S.A.	46
Patris Acções Europa - Fundo de Investimento Aberto	844
Patris Acções Global - Fundo de Investimento Aberto de Acções Internacionais	1.045
Patris Conservador - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações a Taxa Variável	645
Diversificação - Fundo Especial de Investimento Aberto	(2.170)
BPN G.A. Valorização Patrimonial - Fundo de Capital de Risco	2.270
Imoglobal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(3.826)
Imoamarinas - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(3.844)
Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(46.767)
Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(15.342)
Patris Optimização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Obrigações	269
Patris Tesouraria - Fundo de Investimento Aberto de Tesouraria	160
Candal Parque - Sociedade Imobiliária, S.A.	1.106
Investimentos Dominiais Anglo Portugueses, S.A.	(557)
Monte da Quinta (Propriedades), S.A.	(7.411)
Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A.	(7.433)
Pay Up Polska, S.A.	54
Pay Up Romania, S.A.	(805)
	<u>(81.716)</u>
<u>Ajustamentos de consolidação:</u>	
- Anulação de provisões constituídas no exercício nas contas individuais das entidades que consolidam referentes a entidades do Grupo	92.502
- Reforço de provisões registadas no exercício nas contas consolidadas para fazer face aos capitais próprios negativos da Labicer, Quimiceram e Valorceram (Nota 15)	(3.505)
- Correção de impostos diferidos passivos nas contas consolidadas decorrentes da reavaliação negativa de imóveis registados ao justo valor (Nota 22)	5.307
- Registo de valias potenciais dos imóveis registados ao custo de aquisição nas contas individuais das filiais e registados contabilisticamente no consolidado ao justo valor como propriedades de investimento	(9.268)
- Outros ajustamentos de consolidação	343
	<u>85.379</u>
Resultados de empresas associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 7)	(596)
Interesses minoritários (Nota 18)	2.358
Resultado líquido consolidado em 31 de Dezembro de 2012	<u>(165.625)</u>

18. INTERESSES MINORITÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte distribuição por entidade:

Sector / Entidade	2013				
	Participação atribuível a int. minoritários (%)	Capitais próprios ajustados em 31.12.2013 (a)	Proporção nos capitais próprios	Resultado líquido ajustado do exercício (a)	Proporção nos resultados líquidos atribuível a int. minoritários (Nota 17)
Astroimóvel - Imobiliária, S.A.	17,04%	2.511	428	(1.636)	279
Patns Acções Europa - Fundo de Investimento Aberto	28,33%	6.535	1.851	839	(238)
Patns Acções Global - Fundo de Investimento Aberto de Acções Internacionais	43,55%	8.695	3.787	1.288	(560)
Patns Conservador - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações a Taxa Variável	28,41%	10.045	2.854	287	(82)
BPN G.A. Valoração Patrimonial - Fundo de Capital de Risco	25,72%	20.704	5.325	(332)	85
Imoglobal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	17,04%	48.650	8.290	60	(10)
Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	0,91%	323.781	2.947	(10.824)	99
Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	5,25%	140.961	7.400	(9.249)	486
Patns Iberian Equity	4,92%	8.503	418	1.503	(74)
Candal Parque - Sociedade Imobiliária, S.A.	0,95%	9.363	89	(3.883)	37
Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A.	50,18%	3.525	1.788	(452)	227
Pay Up Holding BV	35,56%	498	177	-	-
Pay Up Polska, S.A.	74,58%	(517)	-	(242)	-
Pay Up Romania, S.A.	50,18%	(472)	-	-	-
			35.334		246

(a) Capitais próprios corrigido de ajustamentos de consolidação

Sector / Entidade	2012				
	Participação atribuível a int. minoritários (%)	Capitais próprios ajustados em 31.12.2012 (a)	Proporção nos capitais próprios	Resultado líquido ajustado do exercício (a)	Proporção nos resultados líquidos atribuível a int. minoritários (Nota 17)
Astroimóvel - Imobiliária, S.A.	17,04%	3.147	538	(492)	84
Patns Acções Europa - Fundo de Investimento Aberto	29,69%	6.184	1.830	844	(250)
Patns Acções Global - Fundo de Investimento Aberto de Acções Internacionais	39,21%	9.143	3.585	954	(374)
Patns Conservador - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações a Taxa Variável	19,06%	14.882	2.838	645	(123)
BPN G.A. Valoração Patrimonial - Fundo de Capital de Risco	25,72%	20.406	5.248	(2.857)	735
Imoglobal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	17,04%	48.999	8.348	(3.100)	528
Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	0,91%	334.605	2.978	(42.780)	388
Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	5,25%	150.210	7.886	(17.406)	914
Patns Optimização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Obrigações	39,34%	2.548	1.002	248	(97)
Patns Tesouraria - Fundo de Investimento Aberto de Tesouraria	47,99%	4.555	2.186	160	(77)
Candal Parque - Sociedade Imobiliária, S.A.	0,95%	13.246	126	1.388	(13)
Monte da Quinta (Propriedades), S.A.	17,04%	(6.783)	-	(5.928)	-
Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A.	50,18%	3.977	1.995	(1.282)	643
Pay Up Holding BV	35,56%	498	177	-	-
Pay Up Polska, S.A.	74,58%	(278)	-	1.563	-
Pay Up Romania, S.A.	50,18%	(472)	-	(805)	-
			38.733		2.358

(a) Capitais próprios corrigido de ajustamentos de consolidação

19. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
<u>Passivos não correntes</u>		
Empréstimos bancários de longo prazo	155.385	391.062
Despesas diferidas	(410)	(3.212)
	154.975	387.850
<u>Passivos correntes</u>		
Empréstimos bancários de curto prazo	5.300	26.311
Juros a pagar	211	4.435
	5.511	30.746
	160.486	418.596

A rubrica "Juros a pagar" inclui os juros dos empréstimos bancários correntes e não correntes, encontrando-se estes classificados como passivos correntes, uma vez que os mesmos são exigíveis até um ano.

As principais condições destes financiamentos são as seguintes:

Entidade	Montante em 31.12.2013	Montante em 31.12.2012	Data máxima de pagamento	Remuneração	Taxa de juro nominal em 31.12.2013	Taxa de juro nominal em 31.12.2012	Cláusula de pagamento antecipado
Empréstimos bancários de longo prazo:							
CGD, S.A.	71.879	291.667	30-12-2020	Euribor 12 meses + 4,75%	5,31%	6,73%	Nas datas de pagamento dos juros e mediante prévia comunicação escrita à CGD com uma antecedência mínima de 15 dias úteis
Banco BIC Português, S.A.	72.142	80.033	26-03-2019	Euribor 1 mês + 4,75%	4,92%	4,90%	6 meses, prorrogável automaticamente por períodos iguais Reembolso em prestações mensais.
CGD, S.A.	11.364	13.638	18-12-2018	Euribor 3 meses + Spread 0,675%	0,93%	0,90%	Reembolso em prestações trimestrais até 18-Dez-18
BCP, S.A.	-	5.300	28-02-2014	Euribor 3M+7,5%	n/a	7,69%	n/a
Outros	-	426					
	<u>155.385</u>	<u>391.062</u>					
Empréstimos bancários de curto prazo:							
BCP, S.A.	5.300	-	28-08-2014	Euribor 3M+7,5%	7,79%	n/a	n/a
BCP, S.A.	-	21.114	28-03-2013	Euribor 360 dias + spread 7,125%	n/a	7,67%	n/a
Banco Etsa, S.A.	-	4.197	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	-	1.000					
	<u>5.300</u>	<u>26.311</u>					
Juros a pagar	211	4.435					
Despesas diferidas	(410)	(3.212)					
	<u>160.486</u>	<u>418.596</u>					

n/a, não aplicável

Nos exercícios de 2013 e 2012 foram realizadas amortizações extraordinárias pelo valor global de 205.205 mEuros e 208.161 mEuros, respetivamente, aos empréstimos contraídos junto da CGD pela Parups, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os empréstimos contraídos junto da CGD pela Sociedade e pela Parparticipadas, SGPS, S.A., entidade detida pelo Estado Português, no montante total de 128.947 mEuros e 381.667 mEuros, respetivamente, encontram-se colateralizados pelas seguintes garantias:

- c) Penhor das participações sociais detidas pela Parparticipadas, SGPS, S.A. na BPN Crédito - IFIC, S.A.; e
- d) Hipoteca sobre os imóveis e penhor dos títulos pertencentes à Sociedade.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os prazos residuais dos empréstimos bancários são os seguintes:

	2013	2012
Menos de um mês	683	-
De um mês a três meses	7.383	1.117
De três meses a seis meses	2.618	24.184
De seis meses a um ano	14.285	5.446
De um ano a cinco anos	37.420	5.442
Mais de cinco anos	98.097	382.407
	<u>160.486</u>	<u>418.596</u>

20. EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Obrigações em circulação	691.458	727.850
Juros a pagar	145	-
	<u>691.603</u>	<u>727.850</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica inclui um empréstimo obrigacionista, emitido pela Sociedade. Estas obrigações foram integralmente subscritas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., apresentam garantia do Estado Português e encontram-se admitidas a negociação na Euronext Lisbon.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as principais condições desta emissão são as seguintes:

Obrigações	Valor nominal unitário	Quantidade	Montante 31-12-2013	Montante 31-12-2012	Data de reembolso	Remuneração	Taxa de Juro nominal a 31-12-2013	Taxa de Juro nominal a 31-12-2012	Clausulas de reembolso antecipado
Parups	50.000	14.557	691.603	727.850	30-12-2020	Eurobor 12M + 3,25%	3,810%	3,793%	"Call Option", total ou parcial, por redução ao valor nominal das obrigações, a partir da 2ª data de pagamento de juros (inclusive).

21. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<u>Passivo corrente</u>		
Fornecedores, conta-corrente	<u>8.656</u>	<u>7.690</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os prazos residuais de fornecedores são os seguintes:

	2013	2012
Menos de 30 dias	8.598	7.586
Entre 30 e 90 dias	58	104
	<u>8.656</u>	<u>7.690</u>

Em 31 de Dezembro de 2013, esta rubrica inclui os montantes de 6.281 mEuros e 1.977 mEuros, relativos a dívidas a fornecedores das entidades Pay Up Polska S.A. e Pay Up Roménia, S.A., (5.503 mEuros e 1.977 mEuros, respetivamente, em 31 de Dezembro de 2012).

22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Sociedade e as suas subsidiárias são tributadas individualmente e encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) ou pelo prazo de reporte dos prejuízos fiscais existentes. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2010 a 2013 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

A Sociedade não reconheceu ativos por impostos diferidos nas demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

Os custos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o resultado líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2013				
	Sociedade	Investimentos dominiais	Imoreal	Outros	Consolidado
Total de impostos em resultados	(2)	1.193	30	2.008	3.229
Prejuízos consolidados antes de impostos e de interesses minoritários	(67.550)	(4.680)	(9.279)	(19.030)	(100.539)
Carga fiscal	0,0%	-25,5%	-0,3%	-10,6%	-3,2%

	2012					
	Sociedade	Imonegócios	Imoreal	Imoaninas	Outros	Consolidado
Total de impostos em resultados	-	2.336	113	457	2.135	5.041
Prejuízos consolidados antes de impostos e de interesses minoritários	(96.254)	(45.116)	(17.930)	(4.140)	(9.584)	(173.024)
Carga fiscal	0,0%	-5,2%	-0,6%	-11,0%	-22,3%	-2,9%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada em 2013 e 2012, pode ser demonstrada como se segue:

	2013		2012	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		(100.539)		(173.024)
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,5%	26.643	26,5%	45.851
Derrama estadual	2,5%	2.513	2,5%	4.326
Imposto diferido activo não reconhecido	-29%	(29.156)	-29%	(50.177)
Imposto diferido passivo registado para imóveis	4%	(3.591)	3%	(4.784)
Tributação autónoma	0%	6	0%	7
Outros	0%	356	0%	(264)
Imposto registado em resultados	3%	(3.229)	3%	(5.041)

O movimento ocorrido nos impostos diferidos em 2013 e 2012, foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2011	Varição em Resultados	Saldo em 31.12.2012	Varição em Resultados	Saldo em 31.12.2013
Reavaliação de imóveis	20.946	(5.307)	15.639	(3.591)	12.048

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, foram ajustados os passivos por impostos diferidos nas contas consolidadas em consequência da reavaliação negativa de imóveis registados ao justo valor nos montantes de 3.591 mEuros e 5.307 mEuros (Nota 17), respetivamente.

23. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<u>Passivo não corrente</u>		
Empréstimos obtidos de entidades relacionadas	580.154	286.563
Outros	42.176	69.997
	<u>622.330</u>	<u>356.560</u>
<u>Passivo corrente</u>		
Empréstimos obtidos de entidades relacionadas	42.227	38.537
Operações de bolsa a regularizar	777	2.978
Fornecedores de activos fixos tangíveis	130	767
Pessoal	78	-
Consultores, assessores e intermediários	34	40
Adiantamentos de clientes	7	5
Outros	3.653	12.121
	<u>46.906</u>	<u>54.448</u>
	<u>669.236</u>	<u>411.008</u>

Em 20 de Dezembro de 2012, 24 de Julho de 2013 e 19 de Dezembro de 2013 foram concedidos à Sociedade empréstimos pelo Estado Português, através da Direção - Geral do Tesouro e das Finanças (DGTF), no montante de 279.732 mEuros, 200.000 mEuros e 83.190 mEuros, respetivamente, que se encontram registados na rubrica "Passivo não corrente – Empréstimos obtidos de entidades relacionadas". Estes financiamentos foram concedidos com a finalidade de pagamento parcial da aquisição de ativos ao BPN, amortização parcial do empréstimo contraído junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., no montante de 219.789 mEuros e no pagamento de juros no montante de 10.409 mEuros. Estes financiamentos serão reembolsados em quatro prestações a iniciar em 31 de Dezembro de 2014.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Passivo não corrente – Outros", inclui o financiamento nos montantes de 36.670 mEuros e 35.911 mEuros, respetivamente, a pagar pela Parups, S.A. à Parvalorem, S.A.. Em 31 de Dezembro de 2012, aquela rubrica inclui ainda o financiamento nos montantes de 32.386 mEuros a pagar pelo Monte da Quinta, S.A. à Parvalorem, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica "Passivo corrente – Empréstimos obtidos de entidades relacionadas" inclui um adiantamento efetuado pelo Estado Português à Parups, S.A. no montante de 35.193 mEuros, que não foi ainda objeto de formalização.

A rubrica "Passivo corrente – Outros" tem a seguinte composição:

	2013	2012
Comissões e outros valores a pagar pelos fundos imobiliários		
Comissão de gestão	482	572
Comissão de depositário	167	198
Taxa de supervisão	19	20
	<u>668</u>	<u>790</u>
Credores diversos		
Adiantamentos por conta da venda de imóveis	2.975	5.086
	10	6.245
	<u>3.653</u>	<u>12.121</u>

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica "Passivo corrente – Outros – Adiantamentos por venda de imóveis", inclui um montante de 4.483 mEuros proveniente do Monte da Quinta, S.A..
Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte desagregação ao nível dos prazos residuais:

	2013	2012
Menos de 30 dias	2.361	1.548
Entre 30 e 90 dias	2.618	1.604
Entre 90 e 180 dias	4.110	2.605
Entre 180 e 360 dias	157.683	48.691
Mais de 360 dias	467.271	356.560
Indeterminado	35.193	-
	<u>669.236</u>	<u>411.008</u>

24. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE

O movimento ocorrido nestas rubricas nos exercícios de 2013 e 2012, apresenta o seguinte detalhe:

	2013						
	Saldo em 31.12.2012	Saídas do perímetro	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Transferências	Saldo em 31.12.2013
Perdas por imparidade:							
Em Inventários (Nota 8)	30.344	-	14.385	(1.028)	(1.614)	-	42.087
Em contas a receber de clientes (Nota 9)	1.068	-	-	-	(893)	-	175
Em investimentos (Nota 12)	66.903	-	2.392	(9.189)	-	-	60.106
Em activos intangíveis (Nota 5)	258.523	(3.076)	344	-	(1.140)	-	254.651
Em outras dívidas de terceiros (Nota 11)	50.075	-	3.975	(167)	(224)	11	53.670
Em activos não correntes detidos para venda (Nota 15)	54.533	-	-	(254)	-	-	54.279
Provisões	80.822	-	4.630	(4.546)	-	(11)	80.895
	<u>542.288</u>	<u>(3.076)</u>	<u>25.726</u>	<u>(15.184)</u>	<u>(3.871)</u>	<u>-</u>	<u>545.863</u>

	2012					
	Saldo em 31.12.2011	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Transferências	Saldo em 31.12.2012
Perdas por imparidade:						
Em Inventários (Nota 8)	21.362	11.573	(1.164)	(1.427)	-	30.344
Em contas a receber de clientes (Nota 9)	1.122	107	(118)	(43)	-	1.068
Em investimentos (Nota 12)	79.577	5.172	(5.099)	(12.610)	(137)	66.903
Em activos intangíveis (Nota 5)	283.925	1.954	-	(27.356)	-	258.523
Em outras dívidas de terceiros (Nota 11)	34.443	16.673	(1.279)	(1)	239	50.075
Em activos não correntes detidos para venda (Nota 15)	49.144	5.535	-	(146)	-	54.533
Provisões	78.559	4.345	(1.980)	-	(102)	80.822
	<u>548.132</u>	<u>45.359</u>	<u>(9.640)</u>	<u>(41.583)</u>	<u>-</u>	<u>542.268</u>

A rubrica "Provisões" apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Provisões para capitais próprios negativos:		
Labicer, Quimiceram e Valorceram (Nota 15)	78.117	78.117
Precore II	1.790	1.790
Provisões para contingências judiciais (Nota 37)	24	24
Provisões para contingências fiscais (Nota 37)	282	5
Outros não especificados	682	886
	<u>80.895</u>	<u>80.822</u>

No exercício de 2013, o reforço da imparidade constituída na rubrica "Imparidade em inventários" respeita, essencialmente, à constituição de imparidade para as moedas comemorativas, no montante de 9.903 mEuros (Nota 8).

As reversões de imparidades, efetuadas no decurso do exercício de 2013, na rubrica "Imparidade em investimentos" resultam, maioritariamente, da imparidade não utilizada com a venda de títulos (Nota 12).

No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do BPN, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da Parups, operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a aprovação deste despacho, a Parups passou durante o exercício de 2011, a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. Com esta operação, cessou a carta-conforto prestada pelo BPN, tendo o Conselho de Administração da Sociedade refletido nas demonstrações financeiras do exercício de 2011, o reconhecimento das imparidades para os ativos adquiridos.

25. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Vendas		
Mercadorias	1.768	1.518
Prestações de serviços	52.679	75.291
	<u>54.447</u>	<u>76.809</u>

No exercício de 2013, a rubrica "Prestações de serviços", inclui os montantes de 50.494 mEuros e 2.025 mEuros relativos a receitas geradas pela PayUp Polska S.A. e Candal Parque – Sociedade Imobiliária S.A., respetivamente.

No exercício de 2012, a rubrica "Prestações de serviços", inclui os montantes de 56.895 mEuros e 15.939 mEuros relativos a relativos a receitas geradas pela PayUp Polska S.A. e PayUp Romania S.A., respetivamente.

26. CUSTOS DAS VENDAS

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Mercadorias	51.505	72.568

No exercício de 2013, a rubrica de "Mercadorias", inclui os montantes de 49.325 mEuros e 2.180 mEuros relativos às entidades PayUp Polska S.A. e Parups S.A., respetivamente.

No exercício de 2012, a rubrica de "Mercadorias" inclui custos com mercadorias no valor de 55.590 mEuros e 15.145 mEuros, relativos às entidades PayUp Polska, S.A. e PayUp Roménia S.A., respetivamente.

27. **FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	92	86
Material de higiene e limpeza	58	147
Outros fornecimentos	941	880
	<u>1.091</u>	<u>1.113</u>
Com serviços		
Serviços especializados		
Honorários	364	126
Segurança e vigilância	456	395
Consultores e auditores externos	159	105
	<u>979</u>	<u>626</u>
Conservação e reparação	1.269	1.561
Trabalhos especializados	424	766
Seguros	233	313
Comunicações	347	224
Rendas e alugueres	60	92
Publicidade e propaganda	18	13
Deslocações e Estadias	4	5
Outros serviços	1.057	1.584
	<u>3.412</u>	<u>4.558</u>
	<u>5.482</u>	<u>6.297</u>

Nos exercícios de 2013 e 2012, a rubrica "Com fornecimentos - Outros fornecimentos", inclui 649 mEuros, relativos a custos com condomínio suportados pelo fundo Imonegócios, em cada um dos anos.

Nos exercícios de 2013 e 2012, a rubrica "Com serviços - Conservação e reparação" inclui o montante de 372 mEuros e 622 mEuros, relativos a custos incorridos pelo fundo Imonegócios. No exercício de 2013, esta rubrica inclui ainda o montante de 565 mEuros, relativos a custos incorridos pelo Imoreal.

No exercício de 2013, a rubrica "Com serviços - Trabalhos especializados" inclui o montante de 135 mEuros (230 mEuros em Dezembro de 2012) relativos aos honorários totais faturados pelos Revisores Oficiais de Contas da Sociedade e suas participadas, durante o ano, respeitantes integralmente à revisão legal das contas, divulgado para efeitos do cumprimento da alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de Agosto, ao Artigo 508º-F do Código das Sociedades Comerciais.

No exercício de 2013, a rubrica "Com serviços - Outros serviços" inclui os montantes de 192 mEuros e 210 mEuros referente a custos com avaliadores externos e comissões suportadas, respetivamente. No exercício de 2012, a rubrica "Com serviços - Outros serviços" inclui os montantes de 18 mEuros e 199 mEuros referente a custos com avaliadores externos e comissões suportadas, respetivamente.

28. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Remunerações dos empregados	615	1.358
Remunerações dos órgãos sociais	249	192
Outros encargos sociais obrigatórios	162	292
Outros custos com o pessoal		
Seguros acidentes trabalho	5	22
Custos de acção social	5	17
Outros	17	49
	<u>1.053</u>	<u>1.930</u>

O número de empregados das filiais da Sociedade em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, por tipo de funções, era o seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Direcção	8	11
Chefias	1	3
Técnicos	45	47
Administrativos	6	11
Auxiliares	4	4
	<u>64</u>	<u>76</u>

29. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Rendas de imóveis	27.278	30.840
Alienação de participadas		
Monte da Quinta (Propriedades), S.A.	4.938	-
Patris Valorização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Acções	21	-
Patris Optimização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Obrigações	192	-
Outros	19	-
Reavaliação de imóveis	2.347	1.848
Ganhos em alienação de investimentos (Nota 12)	373	107
Proveitos suplementares	262	278
Ganhos em activos fixos (Nota 4)	167	2
Ganhos em alienações de propriedades de investimento (Nota 6)	104	203
Outros proveitos operacionais	72	816
Trabalhos para a própria empresa	-	43
Outros	1.390	5.070
	<u>37.163</u>	<u>39.207</u>

No exercício de 2013, a rubrica "Rendas de imóveis" inclui rendas de imóveis cobradas pelos fundos imobiliários Imonegócios e Imoreal, nos montantes de 21.074 mEuros e 6.008 mEuros, respetivamente (23.937 mEuros e 6.331 mEuros no exercício de 2012, respetivamente).

A rubrica "Reavaliação de imóveis" diz respeito à reavaliação de imóveis registados na rubrica "Propriedades de investimento" ocorrida nos exercícios de 2013 e 2012, de acordo com o seguinte detalhe:

		2013
Imóvel	Entidade	Valor da reavaliação
Loures Business Park, Nô do Zambujal, Loures	Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	1.897
		<u>1.897</u>
	Outros inferiores a 500 mEuros	450
		<u>2.347</u>
		<u>2012</u>
Imóvel	Entidade	Valor da reavaliação
Fracções "B" e "C", R. Jardim do Regedor n.º 27 a 35, Lisboa	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	636
		<u>636</u>
	Outros inferiores a 500 mEuros	1.212
		<u>1.848</u>

30. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Reavaliação de imóveis	27.900	67.656
Impostos directos	7.184	6.137
Perdas em alienações de investimentos (Nota 12)	6.441	4.829
Perdas em alienações de propriedades de investimento (Nota 6)	4.897	61
Impostos indirectos	1.120	2.332
Multas e penalidades	-	3
Outros gastos e perdas	8.394	4.895
	<u>55.936</u>	<u>85.913</u>

A rubrica "Reavaliação de imóveis" diz respeito à reavaliação de imóveis registados na rubrica "Propriedades de investimento" ocorrida no exercício de 2013 e 2012 e apresenta o seguinte detalhe:

2013		
Imóvel	Entidade	Valor da reavaliação
Loures Business Park, Nô do Zambujal, Loures	Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(5.413)
Imóvel "Quinta do Castelo"	Investimentos Dominiais Anglo Portugueses, S.A.	(4.115)
Edifício Panoramic, Av. D. João II, Lote 1.19.03, Parque Expo, Lisboa	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(3.537)
Rua Castilho, nº 64-70	Astroimóvel - Imobiliária, S.A.	(2.433)
Parque Empresarial Candal Parque	Candal Parque- Sociedade Imobiliária S.A.	(2.348)
Lote 10, Parque Industrial Porto Alto, Benavente	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(1.601)
Quinta da Velha, Sto Antão do Tojal, Loures	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(1.155)
R. Henrique Paiva Couceiro nº1, Venda Nova, Amadora	Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(970)
Av. da República nº 26, Lisboa	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(745)
Quinta do Marchante, Lote 1, Prior Velho, Loures	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(582)
Av. da República nº 53, Lisboa	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(540)
		<u>(23.439)</u>
	Outros inferiores a 500 mEuros	(4.461)
		<u>(27.900)</u>
2012		
Imóvel	Entidade	Valor da reavaliação
165 Fracções, Rua da Constituição, n.º884 e 890, Porto	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(5.768)
Lotes 1 e 2, Parque Industrial Porto Alto, Benavente	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(4.320)
Fracção "T", Ed. Estádio Cidade de Coimbra, R. D. João III nº11 a 61, Coimbra	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(4.278)
51 Fracções Edif. S Gabriel, Quinta da Orada, Albufeira	Imomarinás - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(3.576)
Aparthotel, moradias e armazéns	Monte da Quinta (Propriedades), S.A.	(3.527)
Fracções "B" "E", Av. 5 Outubro nº 68/Av. Miguel Bombarda nº36, Lisboa	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(3.344)
Lote 46/65, Quinta do Seminário, Lugar de Gandra, Fraião, Braga	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(3.027)
Imóvel "Quinta do Castelo"	Investimentos Dominiais Anglo Portugueses, S.A.	(2.737)
Lotes 6, 7 e 8, Parque Industrial Sapec Bay, Setúbal	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(2.512)
18 Fracções, Monte da Quinta, Quinta do Lago, Almandil	Imoglobal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(2.367)
Edifício Mirador, Forca-Vouga, Vera Cruz, Aveiro	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(1.726)
Fracção "D", Ed. Estádio Cidade de Coimbra, R. D. João III nº11 a 61, Coimbra	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(1.682)
Edifício Panoramic, Av. D. João II, Lote 1.19.03, Parque Expo, Lisboa	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(1.622)
Quinta do Grajal, Venda Seca, Cacém, Sintra	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(1.329)
Venda Seca, Lote "C", Belas, Sintra	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(1.051)
Armazéns A, B, C e D, Parque Industrial Porto Alto, Benavente	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(995)
Quinta da Marquesa, Palmela	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(858)
23 Fracções, Rua João Chagas, Algés, Oeiras	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(852)
Lote 8, Quinta da Fonte, Porto Salvo, Paço de Arcos, Oeiras	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(852)
Fracções "A" e "B", Complexo Industrial Queluz Park, Queluz de Baixo, Oeiras	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(850)
Av. Helen Keller nºs 17 a 19 C, Lisboa	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(835)
Quinta da Velha, Sto Antão do Tojal, Loures	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(823)
2 Prédios Urbanos, R. Mário Castelhanos nº40, Queluz de Baixo	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(763)
Rua Castilho, nº 64-70	Astroimóvel - Imobiliária, S.A.	(758)
Beloura Office Park, Edifício EE09, Sintra	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(733)
Av. 24 de Julho n.º 62, Lisboa	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(727)
5 Fracções, Prédio Urbano, Av. da República nº 15, Lisboa	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(627)
Zona Industrial de Bustos, Oliveira do Bairro	Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(624)
Quinta do Marchante, Lote 1, Prior Velho, Loures	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(613)
Praça Francisco Sá Carneiro nº13, Lisboa	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(593)
Av. da República nº 26, Lisboa	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(572)
Loures Business Park, Nô do Zambujal, Loures	Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(536)
Rua Sete, Zona Industrial da Mota, Gafanha da Encarnação, Ilhavo, Aveiro	Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(522)
		<u>(55.999)</u>
	Outros inferiores a 500 mEuros	(11.657)
		<u>(67.656)</u>

No exercício de 2013, o saldo da rubrica "Outros gastos e perdas" inclui o valor de 2.548 mEuros correspondente aos encargos suportados pelo fundo Imoreal com a alienação do imóvel localizado no Brasil e denominado por "Thomas Edson", nomeadamente com impostos pagos, honorários suportados com Sociedade de advogados que assessorou o processo de venda, diferenças cambiais e outras despesas relacionadas com a operação. No exercício de 2012, o saldo da rubrica "Outros gastos e perdas" inclui o valor referente a rendas anuladas por parte do fundo Imoreal, no montante de 2.166 mEuros.

31. CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Juros suportados	51.636	78.439
Comissões	5.664	6.153
Outras instituições de crédito	3.956	2.864
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1.059	2.196
Depósitos e guarda valores	717	901
Outros	1.605	2.168
	<u>64.637</u>	<u>92.721</u>

Nos exercícios de 2013 e 2012, a rubrica "Outros" inclui os montantes de 1.472 mEuros e 1.504 mEuros, respetivamente, relativos à comissão de garantia devida pela Sociedade ao Estado Português pela emissão do empréstimo obrigacionista da Sociedade (Nota 20).

32. PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Diferenças de câmbio favoráveis	661	2.037
Juros obtidos	407	528
Descontos de pronto pagamento obtidos	17	8
Outros rendimentos e ganhos financeiros	1.431	2.230
	<u>2.516</u>	<u>4.803</u>

Nos exercícios de 2013 e 2012, a rubrica "Outros rendimentos e ganhos financeiros" inclui 713 mEuros e 1.438 mEuros, respetivamente, referentes a juros de depósitos a prazo.

33. GANHOS E PERDAS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica corresponde às mais e menos valias obtidas, respetivamente, decorrentes das operações financeiras dos fundos mobiliários.

34. RELATO POR SEGMENTOS

Foram identificados os seguintes segmentos pelo Grupo:

- Imobiliário;
- Gestão de investimentos;
- Terminais de pagamento; e
- Outros.

Os contributos dos principais segmentos de negócio para a Demonstração de Resultados consolidada do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, podem ser analisados como segue:

	2013				Total
	Imobiliário	Gestão de investimentos	Terminais de pagamento	Outros	
Vendas e prestações de serviços	2.025	-	50.654	1.768	54.447
Outros proveitos operacionais	35.143	(939)	72	2.887	37.163
Total de proveitos operacionais	37.168	(939)	50.726	4.655	91.610
Custos operacionais:					
Custo das vendas	(2.180)	-	(49.325)	-	(51.505)
Fornecimentos e serviços externos	(3.544)	(628)	(596)	(714)	(5.482)
Custos com o pessoal	(269)	-	(645)	(139)	(1.053)
Amortizações e depreciações	(15)	-	(430)	-	(445)
Provisões e perdas por imparidade	(4.370)	(622)	-	(5.550)	(10.542)
Outros custos operacionais	(47.815)	(884)	(137)	(7.100)	(55.936)
Total de custos operacionais	(58.193)	(2.134)	(51.133)	(13.503)	(124.963)
Resultados operacionais	(21.025)	(3.073)	(407)	(8.848)	(33.353)
Custos e perdas financeiros					
Custos e perdas financeiros	(9.807)	(967)	(316)	(53.547)	(64.637)
Proveitos e ganhos financeiros	933	874	29	680	2.516
Resultados financeiros	(8.874)	(93)	(287)	(52.867)	(62.121)
Ganhos e perdas relativos a investimentos	-	4.795	-	-	4.795
Resultados relativos a investimentos	-	4.795	-	-	4.795
Resultados relativos a empresas associadas	-	20	-	(9.880)	(9.860)
Resultado antes de impostos	(29.899)	1.649	(694)	(71.595)	(100.539)
Imposto sobre o rendimento	3.231	-	-	(2)	3.229
Resultado antes dos interesses minoritários	(26.668)	1.649	(694)	(71.597)	(97.310)
Interesses minoritários	890	(868)	227	-	249
Resultado líquido consolidado do exercício	(25.778)	781	(467)	(71.597)	(97.061)

	2012				Total
	Imobiliário	Gestão de investimentos	Terminais de pagamento	Outros	
Vendas e prestações de serviços	2.456	-	72.836	1.517	76.809
Outros proveitos operacionais	32.852	20.229	3.169	(17.043)	39.207
Total de proveitos operacionais	35.308	20.229	76.005	(15.526)	116.016
Custos operacionais:					
Custo das vendas	-	-	(71.046)	(1.522)	(72.568)
Fornecimentos e serviços externos	(3.627)	(323)	(1.725)	(622)	(6.297)
Custos com o pessoal	(806)	-	(1.055)	(69)	(1.930)
Amortizações e depreciações	(35)	-	(977)	-	(1.012)
Provisões e perdas por imparidade	(20.877)	464	(1.689)	(13.617)	(35.719)
Outros custos operacionais	(78.889)	(498)	415	(6.941)	(85.913)
Total de custos operacionais	(104.234)	(357)	(76.077)	(22.771)	(203.439)
Resultados operacionais	(68.926)	19.872	(72)	(38.297)	(87.423)
Custos e perdas financeiros					
Custos e perdas financeiros	(12.866)	(847)	(452)	(78.556)	(92.721)
Proveitos e ganhos financeiros	1.668	1.016	-	2.119	4.803
Resultados financeiros	(11.198)	169	(452)	(76.437)	(87.918)
Ganhos e perdas relativos a investimentos	-	2.913	-	-	2.913
Resultados relativos a investimentos	-	2.913	-	-	2.913
Resultados relativos a empresas associadas	-	-	-	(596)	(596)
Resultado antes de impostos	(80.124)	22.954	(524)	(115.330)	(173.024)
Imposto sobre o rendimento	5.041	-	-	-	5.041
Resultado antes dos interesses minoritários	(75.083)	22.954	(524)	(115.330)	(167.983)
Interesses minoritários	1.902	(187)	643	-	2.358
Resultado líquido consolidado do exercício	(73.181)	22.767	119	(115.330)	(165.625)

	2013				Total
	Imobiliário	Gestão de investimentos	Terminais de pagamento	Outros	
Activos fixos tangíveis	24	-	1.079	-	1.103
Activos intangíveis	-	-	2.661	-	2.661
Propriedades de investimento	522.809	-	-	-	522.809
Investimentos em associadas	-	1.005	-	25.056	26.061
Inventários	53.867	-	574	27.049	81.490
Clientes	251	-	4.171	9	4.431
Outras dívidas de terceiros	19.994	3.370	363	4.537	28.264
Estado e outros entes públicos	6.579	-	145	319	7.043
Investimentos	99	33.814	-	37.355	71.268
Caixa e equivalentes de caixa	49.168	6.545	1.703	17.736	75.152
Outros activos correntes	755	88	145	18	1.006
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	38.075	38.075
Activo líquido total	653.546	44.822	10.841	150.154	859.363
Empréstimos bancários	89.017	-	-	71.469	160.486
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	691.603	691.603
Fornecedores	36	2	8.561	57	8.656
Passivos por impostos diferidos	12.048	-	-	-	12.048
Outras dívidas a terceiros	7.777	390	7.818	653.251	669.236
Provisões	687	2.068	24	78.116	80.895
Estado e outros entes públicos	11.812	32	187	5	12.036
Outros passivos correntes	2.243	512	893	65	3.713
Passivo total	123.620	3.004	17.483	1.494.566	1.638.673

	2012				Total
	Imobiliário	Gestão de investimentos	Terminais de pagamento	Outros	
Activos fixos tangíveis	56	-	1.046	-	1.102
Activos intangíveis	-	-	3.036	-	3.036
Propriedades de investimento	611.116	-	-	-	611.116
Investimentos em associadas	-	-	-	36.348	36.348
Inventários	71.278	-	878	38.029	110.185
Clientes	243	-	3.868	-	4.111
Outras dívidas de terceiros	21.277	3.139	1.096	6.128	31.640
Estado e outros entes públicos	5.529	-	115	511	6.155
Investimentos	212	32.986	-	53.937	87.135
Caixa e equivalentes de caixa	44.293	10.250	974	7.738	63.255
Outros activos correntes	1.499	139	27	24	1.689
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	41.206	41.206
Activo líquido total	755.503	46.514	11.040	183.921	996.978
Empréstimos bancários	124.482	-	4.197	289.917	418.596
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	727.850	727.850
Fornecedores	56	3	7.534	97	7.690
Passivos por impostos diferidos	15.639	-	-	-	15.639
Outras dívidas a terceiros	47.322	176	5.078	358.432	411.008
Provisões	891	1.791	24	78.116	80.822
Estado e outros entes públicos	9.946	58	156	4	10.164
Outros passivos correntes	2.751	47	-	59	2.857
Passivo total	201.087	2.075	16.989	1.454.475	1.674.626

Mercados Geográficos

	2013		
	Portugal	Outros	Total
Vendas e prestações de serviços	3.953	50.494	54.447
Outros proveitos operacionais	37.091	72	37.163
Total de proveitos operacionais	41.044	50.566	91.610
Custos operacionais:			
Custo das vendas	(2.180)	(49.325)	(51.505)
Fornecimentos e serviços externos	(4.936)	(546)	(5.482)
Custos com o pessoal	(626)	(427)	(1.053)
Amortizações e depreciações	(15)	(430)	(445)
Provisões e perdas por imparidade	1.941	(12.483)	(10.542)
Outros custos operacionais	(55.893)	(43)	(55.936)
Total de custos operacionais	(61.709)	(63.254)	(124.963)
Resultados operacionais	(20.665)	(12.688)	(33.353)
Custos e perdas financeiros	(64.601)	(36)	(64.637)
Proveitos e ganhos financeiros	2.516	-	2.516
Resultados financeiros	(62.085)	(36)	(62.121)
Ganhos e perdas relativos a investimentos	4.795	-	4.795
Resultados relativos a investimentos	4.795	-	4.795
Resultados relativos a empresas associadas	(9.860)	-	(9.860)
Resultado antes de impostos	(87.815)	(12.724)	(100.539)
Imposto sobre o rendimento	3.229	-	3.229
Resultado antes dos interesses minoritários	(84.586)	(12.724)	(97.310)
Interesses minoritários	249	-	249
Resultado líquido consolidado do exercício	(84.337)	(12.724)	(97.061)

	2012		
	Portugal	Outros	Total
Vendas e prestações de serviços	3.973	72.836	76.809
Outros proveitos operacionais	36.623	2.584	39.207
Total de proveitos operacionais	40.596	75.420	116.016
Custos operacionais:			
Custo das vendas	(1.522)	(71.046)	(72.568)
Fornecimentos e serviços externos	(4.723)	(1.574)	(6.297)
Custos com o pessoal	(1.288)	(642)	(1.930)
Amortizações e depreciações	(82)	(930)	(1.012)
Provisões e perdas por imparidade	(23.171)	(12.548)	(35.719)
Outros custos operacionais	(86.328)	415	(85.913)
Total de custos operacionais	(117.114)	(86.325)	(203.439)
Resultados operacionais	(76.518)	(10.905)	(87.423)
Custos e perdas financeiros	(92.493)	(228)	(92.721)
Proveitos e ganhos financeiros	4.803	-	4.803
Resultados financeiros	(87.690)	(228)	(87.918)
Ganhos e perdas relativos a investimentos	2.913	-	2.913
Resultados relativos a investimentos	2.913	-	2.913
Resultados relativos a empresas associadas	(596)	-	(596)
Resultado antes de impostos	(161.891)	(11.133)	(173.024)
Imposto sobre o rendimento	5.041	-	5.041
Resultado antes dos interesses minoritários	(156.850)	(11.133)	(167.983)
Interesses minoritários	2.358	-	2.358
Resultado líquido consolidado do exercício	(154.492)	(11.133)	(165.625)

	2013		
	Portugal	Outros	Total
Activos fixos tangíveis	26	1.077	1.103
Activos intangíveis	1.186	1.475	2.661
Propriedades de investimento	522.809	-	522.809
Investimentos em associadas	26.061	-	26.061
Inventários	80.915	575	81.490
Clientes	260	4.171	4.431
Outras dívidas de terceiros	26.710	1.554	28.264
Estado e outros entes públicos	6.898	145	7.043
Investimentos	54.977	16.291	71.268
Caixa e equivalentes de caixa	73.451	1.701	75.152
Outros activos correntes	984	22	1.006
Activos não correntes detidos para venda	38.075	-	38.075
Activo líquido total	<u>832.352</u>	<u>27.011</u>	<u>859.363</u>
Empréstimos bancários	160.486	-	160.486
Empréstimos obrigacionistas	691.603	-	691.603
Fornecedores	398	8.258	8.656
Passivos por impostos diferidos	12.048	-	12.048
Outras dívidas a terceiros	666.353	2.883	669.236
Provisões	80.871	24	80.895
Estado e outros entes públicos	12.027	9	12.036
Outros passivos correntes	3.675	38	3.713
Passivo total	<u>1.627.461</u>	<u>11.212</u>	<u>1.638.673</u>
	2012		
	Portugal	Outros	Total
Activos fixos tangíveis	56	1.046	1.102
Activos intangíveis	1.196	1.840	3.036
Propriedades de investimento	611.116	-	611.116
Investimentos em associadas	16.563	19.785	36.348
Inventários	109.307	878	110.185
Clientes	243	3.868	4.111
Outras dívidas de terceiros	30.059	1.581	31.640
Estado e outros entes públicos	6.041	114	6.155
Investimentos	87.135	-	87.135
Caixa e equivalentes de caixa	62.417	838	63.255
Outros activos correntes	1.668	21	1.689
Activos não correntes detidos para venda	41.206	-	41.206
Activo líquido total	<u>967.007</u>	<u>29.971</u>	<u>996.978</u>
Empréstimos bancários	418.596	-	418.596
Empréstimos obrigacionistas	727.850	-	727.850
Fornecedores	211	7.479	7.690
Passivos por impostos diferidos	15.639	-	15.639
Outras dívidas a terceiros	408.120	2.888	411.008
Provisões	80.799	23	80.822
Estado e outros entes públicos	10.155	9	10.164
Outros passivos correntes	2.820	37	2.857
Passivo total	<u>1.664.190</u>	<u>10.436</u>	<u>1.674.626</u>

35. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas:

	2013			
	Direcção Geral do Tesouro e Finanças	Caixa Geral de Depósitos	Parvalorem, S.A.	Outras entidades do Estado Português
Activos:				
Outros dívidas de terceiros	-	-	-	82
Estado e outros entes públicos	-	-	-	306
Caixa e equivalentes de caixa	-	10.750	-	5.016
	-	10.750	-	5.404
Passivos:				
Empréstimos bancários (Nota 19)	-	82.833	-	-
Empréstimos obrigacionistas (Nota 20)	-	691.603	-	-
Outros financiamentos obtidos (Nota 23)	580.154	-	36.670	-
Accionistas	35.193	-	-	-
Estado e outros entes públicos	-	-	-	4
Outros Passivos	-	-	11	17
	615.347	774.436	36.681	21
Proveitos:				
Rendimentos e ganhos financeiros	39	-	824	1.243
	39	-	824	1.243
Custos:				
Gastos e perdas financeiras	11.873	40.002	761	-
	11.873	40.002	761	-
	2012			
	Direcção Geral do Tesouro e Finanças	Caixa Geral de Depósitos	Parvalorem, S.A.	Outras Entidades do Estado Português
Activos:				
Caixa e equivalentes de caixa	99	2.011	-	-
	99	2.011	-	-
Passivos:				
Empréstimos bancários (Nota 19)	-	305.303	37.500	-
Empréstimos obrigacionistas (Nota 20)	-	727.850	-	-
Outros financiamentos obtidos (Nota 23)	286.563	-	35.911	-
Accionistas	35.193	-	-	-
Outros Passivos	15	-	-	20
	321.771	1.033.153	73.411	20
Proveitos:				
Outros rendimentos	-	-	-	149
	-	-	-	-
Custos:				
Gastos e perdas financeiras	2.007	73.334	911	-
	2.007	73.334	911	-

36. GESTÃO DE CAPITAL

As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2013, apresentam capitais próprios negativos no montante de 779.310 mEuros, o que obriga a aplicação das normas constantes do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No âmbito do processo de reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), anterior acionista da Sociedade, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da Parups, S.A., operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a aprovação deste despacho, a Parups passou durante o exercício de 2011, a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, tendo o Estado português assumido diretamente todos os direitos e obrigações relacionadas com a Sociedade.

37. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, existem sobre as principais filiais da Sociedade um conjunto de processos judiciais, laborais e de outra natureza, cuja decisão final por parte dos respetivos tribunais ainda não foi proferida. O montante total reclamado pelos autores das diversas ações judiciais é o seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Processos de natureza judicial	126	187
Processos de outra natureza		
Processos de contra-ordenação	898	898
Acção de condenação com processo ordinário	354	354
Contingências fiscais	-	91
	<u>1.378</u>	<u>1.530</u>

Para a grande maioria dos processos, com base nos pareceres dos advogados internos e externos, a Sociedade e as suas filiais consideram que a decisão lhes será favorável. Para fazer face a contingências decorrentes dos processos que as filiais da Sociedade consideram que a decisão poderá vir a ser desfavorável, existem em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, provisões no montante de 24 mEuros e 29 mEuros, respetivamente, na rubrica "Provisões" (Nota 24).

38. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão do risco

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro pode ser definido como o impacto nos resultados e nos capitais próprios de uma variação adversa das taxas de juro de mercado. A Parups incorre na assunção de risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da sua atividade, contrata operações com fluxos financeiros futuros sensíveis a eventuais variações da taxa de juro.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma entidade não possuir recursos suficientes para financiar os seus activos ou para honrar os seus compromissos sem incorrer em perdas inaceitáveis.

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco da existência de perdas decorrentes da variação adversa de valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de fatores de risco, nomeadamente taxa de juro, taxa de câmbio, spreads de crédito, preços de ações e preços de mercadorias.

Risco Cambial

O risco cambial representa o risco de perdas devido a variações adversas nas taxas de câmbio. O seu controlo e avaliação foram efetuados a nível individual diariamente e mensalmente a nível consolidado, adotando-se uma política visando minimizar a exposição, tendo em conta as restrições operacionais existentes.

Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Risco de liquidez

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os cash-flows previsionais (não descontados), dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2013							Total
	Prazos residuais contratuais							
	Até 1 mês	De 1 mês a 1 Ano	De 1 Ano a 3 Anos	De 3 Anos a 5 anos	De 5 anos a 10 Anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Activo								
Investimentos								
Negociação	-	2.826	2.555	3.388	1.373	-	22.433	32.575
Outros investimentos	-	2.462	1.693	-	4.985	4.312	25.241	38.693
Caixa e equivalentes de caixa	52.128	23.024	-	-	-	-	-	75.152
	<u>52.128</u>	<u>28.312</u>	<u>4.248</u>	<u>3.388</u>	<u>6.358</u>	<u>4.312</u>	<u>47.674</u>	<u>146.420</u>
Passivo								
Empréstimos bancários de longo prazo e outros	683	173.834	326.294	167.953	108.541	-	-	777.305
Empréstimos obrigacionistas	-	54.734	163.786	209.257	263.846	-	-	691.603
Empréstimos bancários de curto prazo	-	5.511	-	-	-	-	-	5.511
Outras dívidas a terceiros	2.361	9.352	-	-	-	-	35.193	46.906
	<u>3.044</u>	<u>243.431</u>	<u>490.060</u>	<u>377.210</u>	<u>372.387</u>	<u>-</u>	<u>35.193</u>	<u>1.521.325</u>
Diferencial	49.084	(215.119)	(485.812)	(373.822)	(366.029)	4.312	12.481	(1.374.905)

	2012							Total
	Prazos residuais contratuais							
	Até 1 mês	De 1 mês a 1 Ano	De 1 Ano a 3 Anos	De 3 Anos a 5 anos	De 5 anos a 10 Anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Activo								
Investimentos								
Negociação	1.335	5.046	7.406	2.977	436	-	14.659	31.859
Outros investimentos	-	2.523	3.909	4.452	3.347	8.085	32.960	55.278
Caixa e equivalentes de caixa	27.130	36.125	-	-	-	-	-	63.255
	28.465	43.694	11.315	7.429	3.783	8.085	47.619	150.390
Passivos								
Empréstimos bancários de longo prazo e outros	1.589	22.620	218.487	240.970	280.745	-	-	744.410
Empréstimos obrigacionistas	-	-	89.315	163.766	474.769	-	-	727.850
Empréstimos bancários de curto prazo	1.117	24.184	-	3.891	-	-	1.554	30.746
Outras dívidas a terceiros	-	-	-	-	-	-	54.448	54.448
	2.706	46.804	307.802	408.627	735.514	-	56.002	1.557.454
Diferencial	25.760	(3.110)	(296.487)	(401.198)	(731.731)	8.085	(8.383)	(1.407.064)

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o desenvolvimento do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou data de refinação, é apresentado no quadro seguinte:

	2013							Total
	Datas de Redenção / Datas de Maturidade							
	< = 7 Dias	> 7 Dias < = 1 Mês	> 1 Mês < = 3	> 3 Meses < = 6	> 6 Meses < = 12	> 12 Meses < = 3 Anos	> 3 Anos	
Activo								
Investimentos								
Negociação	-	1.178	2.555	3.388	3.023	-	-	22.433
Outros investimentos	-	2.775	4.915	1.757	2.482	-	-	28.784
Caixa e equivalentes de caixa	22.567	28.787	9.050	3.706	3.300	-	-	7.742
	22.567	32.738	16.520	8.851	8.785	-	-	56.959
Passivo								
Empréstimos bancários	-	72.206	16.812	-	261.359	284.623	142.312	5.504
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	-	691.603	-	-	-
Outras dívidas a terceiros	-	-	-	-	-	-	-	48.906
	-	72.206	16.812	-	952.962	284.623	142.312	52.410
Exposição Líquida	22.567	(39.468)	(292)	8.851	(944.177)	(284.623)	(142.312)	4.549
								(1.374.905)
	2012							Total
	Datas de Redenção / Datas de Maturidade							
	< = 7 Dias	> 7 Dias < = 1 Mês	> 1 Mês < = 3	> 3 Meses < = 6	> 6 Meses < = 12	> 12 Meses < = 3 Anos	> 3 Anos	
Activo								
Investimentos								
Negociação	542	3.298	5.598	4.671	3.092	-	-	14.650
Outros investimentos	-	4.537	4.849	4.420	765	-	-	40.705
Caixa e equivalentes de caixa	400	10.375	29.752	8.316	-	-	-	16.412
	942	18.210	40.197	15.407	3.857	-	-	71.777
Passivo								
Empréstimos bancários	32.942	81.117	43.262	-	289.918	35.911	286.563	5.445
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	-	727.850	-	-	-
	32.942	81.117	43.262	-	1.017.766	35.911	286.563	59.893
Exposição Líquida	32.000	62.907	3.065	(15.407)	1.013.909	35.911	286.563	(11.884)
								1.352.616

Risco de crédito

Qualidade de risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição de acordo com o rating de referência utilizado pela Sociedade:

	2013				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Investimentos					
<u>Investimentos financeiros detidos para negociação:</u>					
AAA	-	478	-	-	478
AA- até AA+	-	703	200	-	903
A- até A+	1.033	4.349	198	-	5.580
Menor que A-	1.531	-	-	-	1.531
	4.215	5.530	398	-	10.143
Emitidos por:					
Corporates	870	2.356	-	-	3.226
Governos e outras autoridades locais	-	856	-	-	856
Instituições financeiras	3.346	2.317	398	-	6.061
	4.216	5.529	398	-	10.143
Outros investimentos:					
A- até A+	296	1.146	-	902	2.344
Menor que A-	1.511	3.739	-	-	5.250
Sem Rating	4.316	-	-	-	4.316
	6.123	4.885	-	902	11.910
Emitidos por:					
Instituições financeiras	1.853	794	-	-	2.647
Outros emitentes	4.270	4.091	-	902	9.263
	6.123	4.885	-	902	11.910
2012					
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Investimentos					
<u>Investimentos financeiros detidos para negociação:</u>					
AAA	-	1.283	-	-	1.283
AA- até AA+	-	2.964	349	-	3.313
A- até A+	3.114	7.895	400	-	11.409
Menor que A-	1.210	-	-	-	1.210
	4.324	12.142	749	-	17.215
Emitidos por:					
Corporates	1.137	4.671	-	-	5.808
Governos e outras autoridades locais	483	3.403	-	-	3.886
Instituições financeiras	2.704	4.067	749	-	7.520
	4.324	12.141	749	-	17.214
Outros investimentos:					
A- até A+	-	940	-	1.000	1.940
Menor que A-	4.101	4.541	-	-	8.642
Sem Rating	4.203	6.436	-	-	10.639
	8.304	11.917	-	1.000	21.221
Emitidos por:					
Instituições financeiras	2.131	7.519	-	-	9.650
Outros emitentes	6.173	4.398	-	1.000	11.571
	8.304	11.917	-	1.000	21.221

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, excluindo os títulos em carteira, pode ser resumida como segue:

	2013	2012
Patrimoniais:		
Clientes	4.431	4.111
Outras dívidas de terceiros	28.264	31.640
Caixa e equivalentes de caixa	75.152	63.255
	<u>107.847</u>	<u>99.006</u>

Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos "cash-flows" dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: taxa de juro, cambial e de preço.

Risco de Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro de deslocações paralelas na curva das taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 basis points (bp), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2013					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Investimentos						
Negociação	78	39	20	(20)	(39)	(78)
Outros	69	35	17	(17)	(35)	(69)
Caixa e equivalentes de caixa	170	85	42	(42)	(85)	(170)
Total activo sensível	<u>317</u>	<u>159</u>	<u>79</u>	<u>(79)</u>	<u>(159)</u>	<u>(317)</u>
Empréstimos bancários e outros	(20.356)	(10.178)	(5.089)	5.089	10.178	20.356
Empréstimos obrigacionistas	(9.959)	(4.980)	(2.490)	2.490	4.980	9.959
Total Passivo Sensível	<u>(30.315)</u>	<u>(15.158)</u>	<u>(7.579)</u>	<u>7.579</u>	<u>15.158</u>	<u>30.315</u>
Total Ganho / Perda	<u>(29.998)</u>	<u>(14.999)</u>	<u>(7.500)</u>	<u>7.500</u>	<u>14.999</u>	<u>29.998</u>
	2012					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Investimentos						
Negociação	103	52	26	(26)	(52)	(103)
Outros	67	34	17	(17)	(34)	(67)
Caixa e equivalentes de caixa	162	81	41	(41)	(81)	(162)
Total activo sensível	<u>332</u>	<u>166</u>	<u>83</u>	<u>(83)</u>	<u>(166)</u>	<u>(332)</u>
Empréstimos bancários	(16.792)	(8.396)	(4.198)	4.198	8.396	16.792
Empréstimos obrigacionistas	(10.484)	(5.242)	(2.621)	2.621	5.242	10.484
Empréstimos bancários de curto prazo	(80)	(40)	(20)	20	40	80
Total Passivo Sensível	<u>(27.356)</u>	<u>(13.678)</u>	<u>(6.839)</u>	<u>6.839</u>	<u>13.678</u>	<u>27.356</u>
Total Ganho / Perda	<u>(27.024)</u>	<u>(13.512)</u>	<u>(6.756)</u>	<u>6.756</u>	<u>13.512</u>	<u>27.024</u>

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projetada, para os exercícios de 2013 e de 2012, de uma deslocação paralela das curvas de juro de 50, 100 e 200 bp que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	2013					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com Juros	(1.498)	(749)	(374)	374	749	1.498
Custos com Juros	6.415	3.207	1.604	(1.604)	(3.207)	(6.415)
Margem Financeira	4.917	2.458	1.230	(1.230)	(2.458)	(4.917)

	2012					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com Juros	(240)	(120)	(60)	60	120	240
Custos com Juros	8.001	4.001	2.000	(2.000)	(4.001)	(8.001)
Margem Financeira	7.761	3.881	1.940	(1.940)	(3.881)	(7.761)

Risco Cambial

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2013					Total
	Moeda					
	Euros	Dólares-Norte Americanos	Zloti Polaco	Novo Leu da Roménia	Outras Moedas	
Activo						
Clientes	260	-	3.700	471	-	4.431
Outras dívidas de terceiros	27.848	40	279	72	25	28.264
Outros activos correntes	984	-	5	17	-	1.006
Investimentos	55.377	11.973	-	-	3.918	71.268
Caixa e equivalentes de caixa	72.706	477	1.393	307	269	75.152
	157.175	12.490	5.377	867	4.212	180.121
Passivo						
Empréstimos bancários	(160.486)	-	-	-	-	(160.486)
Empréstimos obrigacionistas	(691.603)	-	-	-	-	(691.603)
Fornecedores	(398)	-	(6.281)	(1.977)	-	(8.656)
Outras dívidas a terceiros	(667.035)	-	(1.581)	(620)	-	(669.236)
Outros passivos correntes	(3.713)	-	-	-	-	(3.713)
	(1.523.236)	-	(7.862)	(2.597)	-	(1.533.694)
Exposição Líquida	(1.366.060)	12.490	(2.485)	(1.730)	4.212	(1.353.573)

	2012					Total
	Moeda					
	Euros	Dólares-Norte Americanos	Zloti Polaco	Novo Leu da Roménia	Outras Moedas	
Activo						
Cientes	243	-	3.397	471	-	4.111
Outras dívidas de terceiros	31.028	173	306	72	61	31.640
Investimentos	70.588	13.449	-	-	3.098	87.135
Caixa e equivalentes de caixa	61.542	616	530	307	260	63.255
Outros activos correntes	1.668	-	4	17	-	1.689
	165.069	14.238	4.237	867	3.419	187.830
Passivo						
Empréstimos bancários	(418.596)	-	-	-	-	(418.596)
Empréstimos obrigacionistas	(727.850)	-	-	-	-	(727.850)
Fornecedores	(211)	-	(5.502)	(1.977)	-	(7.690)
Outras dívidas a terceiros	(408.802)	-	(1.585)	(621)	-	(411.008)
Outros passivos correntes	(2.857)	-	-	-	-	(2.857)
	(1.558.316)	-	(7.087)	(2.598)	-	(1.568.001)
Exposição Líquida	(1.393.247)	14.238	(2.850)	(1.731)	3.419	(1.380.171)

Justo Valor

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a forma de apuramento do justo valor dos Instrumentos Financeiros refletidos nas demonstrações financeiras, pode ser resumida como se segue:

	2013				
	Valor de Balanço	Saldos Analisados Justo Valor	Diferença	Saldos não analisados Valor de Balanço	Valor total de Balanço
Activo					
Caixa e equivalentes de caixa	75.152	75.152	-	-	75.152
Investimentos	71.268	71.268	-	-	71.268
	146.420	146.420	-	-	146.420
Passivo					
Empréstimos bancários e outras dívidas a terceiros	688.294	647.758	40.536	141.428	829.722
Empréstimos obrigacionistas	691.603	665.949	25.654	-	691.603
	1.379.897	1.313.707	66.190	141.428	1.521.325
2012					
	Valor de Balanço	Saldos Analisados Justo Valor	Diferença	Saldos não analisados Valor de Balanço	Valor total de Balanço
Activo					
Caixa e equivalentes de caixa	63.255	63.255	-	-	63.255
Investimentos	87.135	87.135	-	-	87.135
	150.390	150.390	-	-	150.390
Passivo					
Empréstimos bancários e outras dívidas a terceiros	612.390	664.599	(52.209)	217.214	829.604
Empréstimos obrigacionistas	727.850	779.855	(52.005)	-	727.850
	1.340.240	1.444.454	(104.214)	217.214	1.557.454

Em 31 de Dezembro de 2013, a Sociedade considera que o valor contabilístico dos principais ativos e passivos registados ao custo amortizado é uma aproximação razoável do seu justo valor, com exceção de:

- **A rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa":** dado tratar-se de aplicações à vista, a Sociedade considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor.
- **Empréstimos obrigacionistas:** considerando as condições que se aplicarão a partir de 2014 às operações de financiamento concedidas pelo IGCP o cálculo do justo valor destes empréstimos foi efetuado aplicando o spread de 3,89% implícito no preço das Obrigações do Tesouro para prazo idêntico, em vigor no final de 2013.
- **Empréstimos bancários e outros financiamentos:** considerando as condições que se aplicarão a partir de 2014 às operações de financiamento concedidas pelo IGCP o cálculo do justo valor destes empréstimos foi efetuado aplicando os spreads implícitos nos preços das Obrigações do Tesouro para prazos idênticos, em vigor no final de 2013.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a forma de apuramento do justo valor dos Instrumentos Financeiros refletidos nas demonstrações financeiras, pode ser resumida como se segue:

2013							
Tipo de instrumentos financeiros	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor						
	Cotações em mercado activos (Nível 1)	Técnicas de valorização baseados em:			Total justo valor	Activos valorizados ao custo histórico	Total
		Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)				
Investimentos detidos para negociação	32.575	-	-	32.575	-	32.575	
Outros investimentos	1.804	17	31.086	32.907	5.786	38.693	
	34.379	17	31.086	65.482	5.786	71.268	

2012							
Tipo de instrumentos financeiros	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor						
	Cotações em mercado activos (Nível 1)	Técnicas de valorização baseados em:			Total justo valor	Activos valorizados ao custo histórico	Total
		Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)				
Investimentos detidos para negociação	31.859	-	-	31.859	-	31.859	
Outros investimentos	30.220	2.209	12.575	45.004	46.620	91.624	
	62.079	2.209	12.575	76.863	46.620	123.483	

Para efeitos de apresentação nesta Nota, os instrumentos financeiros são classificados de acordo com a seguinte hierarquia, conforme previsto na norma IFRS 13:

- **Nível 1 – Cotações em mercado ativo**

Esta categoria inclui instrumentos financeiros cotados em Bolsas de Valores.

- **Nível 2 – Técnicas de valorização baseadas em dados de mercado**

Neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados por recurso a técnicas de valorização baseadas em dados de mercado para instrumentos com características idênticas ou similares aos instrumentos financeiros detidos pelo Banco ou em modelos internos que utilizam maioritariamente dados observáveis no mercado (como por exemplo curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio). Este nível inclui ainda os instrumentos financeiros valorizados por recurso a preços de compra de terceiros (bids indicativos), baseados em dados observáveis no mercado.

- **Nível 3 – Técnicas de valorização utilizando principalmente inputs não baseados em dados observáveis em mercado.**

Os ativos e passivos financeiros são classificados no nível 3 caso se entenda que uma proporção significativa do seu valor de balanço resulta de inputs não observáveis em mercado, nomeadamente: (i) obrigações e instrumentos financeiros derivados que são valorizados com recurso a modelos internos, não existindo no mercado um consenso geralmente aceite sobre

os parâmetros a utilizar; (ii) obrigações valorizadas através de bids indicativos divulgados por terceiros, baseados em modelos teóricos; e (iii) fundos de investimento imobiliário fechados e/ou com reduzida liquidez.

39. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 25 de Fevereiro de 2014 o fundo Imoreal e os restantes principais credores do Grupo Sorel celebraram um Acordo Quadro ("Acordo") no qual foram formalizadas um conjunto de decisões acordadas entre as partes no sentido de serem viabilizadas as alienações por parte do Grupo Sorel a uma terceira entidade ("Global Diffusion") de um conjunto de participações financeiras e, dessa forma, permitir que sejam regularizados os montantes em dívida daquele grupo empresarial, os quais, no que se refere ao fundo Imoreal, correspondem a:

- 1) 16.500 mEuros de sinais adiantados pelo fundo para a aquisição de seis imóveis reconhecidos no balanço do fundo em 31 de Dezembro de 2013 na rubrica "Adiantamentos por compra de imóveis", e para os quais se encontra constituída uma imparidade no montante de 8.874 mEuros;
- 2) 7.698 mEuros de rendas vencidas, as quais se encontram integralmente provisionadas na rubrica "Perdas por imparidade em outras dívidas de terceiros";
- 3) 3.576 mEuros relativos ao imóvel designado por "Rua das Tojas, Carrascal de Alvide, Alcabideche, Cascais", o qual no exercício de 2012 foi recebido como dação em pagamento da dívida a receber da Sorel, de 2.638 mEuros, e registado no balanço em 31 de Dezembro de 2013, por contrapartida de um saldo credor de 2.638 mEuros registado na rubrica do passivo não corrente "Outras dívidas a terceiros", e pagamento de cerca 938 mEuros, correspondentes ao valor residual, rendas e juros vencidos e outros encargos devidos pela anterior proprietária ao Banco BPI, enquanto locador do referido imóvel.

Para a regularização dos valores dos adiantamentos efetuados e dívidas a receber, este acordo estabelece a realização das seguintes operações:

- 1) Afetação do valor do prédio sito na Rua das Tojas, Carrascal de Alvide, Alcabideche, recebido no exercício de 2012 como dação para pagamento da dívida no valor de 2.667 mEuros, e registado no balanço em 31 de Dezembro de 2013 na rubrica do passivo não corrente "Outras dívidas a terceiros", pelo montante de 2.638 mEuros à rubrica "Adiantamentos por conta de imóveis";
- 2) Recebimento como dação em pagamento de um dos imóveis que estão prometidos adquirir pelo fundo Imoreal; e
- 3) Assumpção pela futura proprietária das empresas atualmente detidas pela Sorel, designada por "Global Diffusion", das dívidas dessas mesmas empresas ao fundo Imoreal no valor de 5.468 mEuros, com hipotecas sobre dois imóveis.

Relativamente à regularização dos valores das rendas vencidas, o acordo prevê o recebimento de 50%, no montante de 3.849 mEuros, a ser liquidado em 180 prestações mensais.

Juntamente com este Acordo foi celebrado um Acordo Extrajudicial de Recuperação de Devedor, tendo ambos os acordos sido apresentados no âmbito de um pedido de PER, sendo que, para que o Acordo Quadro se torne definitivo, é necessário que transite em julgado a sentença que homologará o Acordo Extrajudicial, sendo que o Acordo se considera automaticamente resolvido, sem necessidade de qualquer comunicação, em caso do tribunal decidir pela não homologação do PER ou em caso de sentença que não permita a concretização do referido Acordo, existindo também o direito de qualquer uma das partes de resolver o referido acordo, durante o mês de Janeiro de 2015, caso a decisão do tribunal não seja conhecida até à data de 31 de Dezembro de 2014. O presente Acordo caduca em 30 de Junho de 2015 caso até essa data não tenha ainda ocorrido o trânsito em julgado da sentença homologatória.

Adicionalmente, em 10 de Fevereiro de 2014 o fundo Imoglobal alienou a totalidade do capital da participada Astroimóvel – Imobiliária, S.A. pelo montante de 8.600 mEuros, tendo ficado definido no contrato de venda de acções e de cessão de prestações suplementares que o fundo Imoglobal será responsável, por quaisquer reclamações, indemnizações ou procedimentos que venham a ser intentados pela Hilton International Management LLC (ou entidades coligadas) no âmbito do Framework Agreement e/ou do Management Agreement, desde que tal reclamação, indemnização ou procedimento resulte de facto ocorrido até à data de celebração do referido contrato. O montante de responsabilidade do fundo Imoglobal tem como limite máximo agregado o correspondente a 10% do montante total da contrapartida a pagar no âmbito do referido contrato. Adicionalmente, a responsabilidade do fundo cessa após decorridos 5 anos a contar da data de celebração do contrato.

Por último, na Assembleia de Participantes do fundo Imoglobal realizada no dia 25 de Fevereiro de 2014 foi deliberada a liquidação do fundo, tendo sido definido que o processo de liquidação irá ocorrer no prazo de 10 meses. Em 28 de Fevereiro de 2014 esta decisão foi comunicada à CMVM.

9. CERTIFICAÇÕES

Âmbito

4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos 5 (i) a (vi) abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

5. Até à data de conclusão do nosso trabalho, não nos foram disponibilizados os Relatórios de Auditoria de três fundos de capital de risco, um dos quais incluído no perímetro de consolidação da Sociedade e dois incluídos na rubrica do Balanço "Investimentos" com o valor líquido contabilístico de 6.078 mEuros em 31 de Dezembro de 2013. Adicionalmente, as Certificações Legais das Contas e Relatórios de Auditoria sobre as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013 da Sociedade e das suas participadas incluem um conjunto de reservas relativas aos seguintes assuntos:
- (i) Impossibilidade de conclusão quanto ao impacto na valorização do investimento detido pela Sociedade no fundo Imosocial - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, que se encontra registado nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2013 na rubrica "Investimentos - Outros investimentos" pelo montante de 11.212 mEuros (Nota 12) e no qual a Sociedade detém uma participação de 9,16%, das perdas esperadas decorrentes da venda no curto prazo dos imóveis detidos pelo fundo no montante de 180.603 mEuros;
 - (ii) Impossibilidade de conclusão sobre a recuperabilidade de adiantamentos efectuados na celebração de contratos de promessa de compra e venda realizados pelos fundos Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Imoarinas) e Imomarinas - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Imomarinas), no montante total de 36.728 mEuros em 31 de Dezembro de 2013 (37.140 mEuros em 31 de Dezembro de 2012), que se encontram registados nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 nas rubricas "Activos não correntes - Outras dívidas de terceiros - Adiantamentos por conta de imóveis" e "Activos correntes - Outras dívidas de terceiros - Adiantamentos por conta de imóveis", respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, encontra-se registada imparidade para estes adiantamentos na rubrica "Perdas por imparidade em outras dívidas de terceiros" no montante de 19.519 mEuros (Nota 11);

- (iii) Impossibilidade de conclusão sobre os pressupostos utilizados na valorização de alguns imóveis detidos pela participada Investimentos Dominiais Anglo-Portugueses, S.A. que se encontram registados nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade em 31 de Dezembro de 2013 na rubrica "Propriedades de investimento" no montante de 25.305 mEuros (29.421 mEuros em 31 de Dezembro de 2012) (Nota 6). Adicionalmente, o Relatório de Auditoria relativo ao exercício de 2012 continha uma reserva por limitação de âmbito quanto à valorização dos imóveis detidos pelas participadas Candal Parque – Sociedade Imobiliária, S.A. (Candal Parque) e Astroimóvel - Imobiliária, S.A. (Astroimóvel) sendo que: (i) no exercício de 2013 foi ajustada a valorização do imóvel da Candal Parque e reconhecida uma perda de 4.849 mEuros, não tendo sido possível concluir quanto ao montante pelo qual os resultados transitados negativos e resultado líquido consolidado negativo do exercício se encontram subavaliados e sobreavaliado, respectivamente; e (ii) em 10 de Fevereiro de 2014 foi alienado 100% do capital da participada Astroimóvel, não reflectindo as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2013 o impacto desta transacção na valorização daquele imóvel, num montante que não nos foi possível quantificar;
- (iv) Impossibilidade de conclusão sobre a recuperabilidade de imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) liquidado pelos fundos Imonegócios e Imoreal na aquisição e construção de vários imóveis, no montante total de 6.625 mEuros (5.631 mEuros em 31 de Dezembro de 2012), que se encontra registado nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade em 31 de Dezembro de 2013 na rubrica "Estado e outros entes públicos - IVA a recuperar" (Nota 10) e pelo fundo Real Estate – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Real Estate), no montante de 6.709 mEuros (9.989 mEuros em 31 de Dezembro de 2012), entidade em que a Sociedade detém 50% das unidades de participação, registadas pelo método de equivalência patrimonial, pelo montante de 14.519 mEuros (25.728 mEuros em 31 de Dezembro de 2012), na rubrica "Investimentos em associadas" (Nota 7);
- (v) Impossibilidade de conclusão sobre a recuperabilidade de rendas vencidas de imóveis arrendados pelo fundo Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Imonegócios) a entidades que exploram os respectivos espaços sob a marca "Holmes Place", cujo montante líquido de imparidade em 31 de Dezembro de 2013 ascende a 747 mEuros (846 mEuros em 31 de Dezembro de 2012), bem como sobre o eventual impacto desta situação, atendendo à sua especificidade, nas avaliações dos respectivos imóveis, os quais em 31 de Dezembro de 2013 ascendem a 41.487 mEuros e sobre rendas a receber pelo fundo Imoglobal – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado da sociedade Monte da Quinta Club, Actividades Hoteleiras, S.A. no montante de 176 mEuros. (237 mEuros em 31 de Dezembro de 2012);
- (vi) Impossibilidade de conclusão quanto à continuidade de operações da participada fundo Real Estate, e consequentes impactos ao nível da valorização dos seus imóveis, uma vez que se encontra dependente do sucesso das suas operações futuras, nomeadamente da venda do seu património imobiliário, renegociação de empréstimos e apoio financeiro dos accionistas ou participantes;
- (vii) O nosso Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade em 31 de Dezembro de 2012 incluía uma reserva sobre a impossibilidade de conclusão quanto aos impactos sobre a valorização da participação financeira detida no Fundo Efisa de uma reserva incluída no Relatório de Auditoria daquela associada quanto à valorização atribuída à sua participação na Etolle Lusitana, S.A.. Durante o exercício de 2013, o Fundo Efisa procedeu à desvalorização daquela participação em 495 mEuros e, consequentemente, os resultados transitados negativos e o resultado líquido consolidado negativo do exercício encontram-se subavaliados e sobreavaliado, respectivamente, no montante de 149 mEuros.

- (viii) Registo em custos do exercício de 2013, nas demonstrações financeiras do Fundo Imoreal, de despesas incorridas em 2012 relativas ao imóvel "Loures Business Park" no montante de 1.315 mEuros. Deste modo, os resultados transitados negativos e o resultado líquido consolidado negativo do exercício encontram-se subavaliados e sobreavaliado, respectivamente, no montante acima referido.

Não nos foi possível quantificar os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, que resultam das reservas referidas nas alíneas (i) a (vi) acima.

Opinião

6. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 5 (i) a (vi) acima, e excepto quanto aos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos 5 (vii) e (viii) acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Parups, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2013, o resultado e o rendimento Integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

7. Conforme descrito na Nota 36, as demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade em 31 de Dezembro de 2013 apresentam capitais próprios negativos no montante de 779.310 mEuros, o que obriga à aplicação das normas constantes do Artigo 35º e do Artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais. No âmbito do processo de reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das acções representativas do capital social da Parups, S.A., operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a aprovação deste despacho, a Parups passou durante o exercício de 2011 a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, tendo o Estado português assumido directamente todos os direitos e obrigações relacionados com a Sociedade.
8. Conforme descrito na Nota 23, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o saldo da rubrica "Outras dívidas a terceiros - Empréstimos obtidos de entidades relacionadas" inclui um adiantamento efectuado pelo Estado Português à Sociedade no montante de 35.193 mEuros, que não foi ainda objecto de formalização.
9. Conforme descrito nas Notas 2.6 e 2.21, o Conselho de Administração, uma vez que existem dúvidas quanto à recuperabilidade do "goodwill" gerado em 2010, 2011 e 2013 nas operações de aquisição de participadas, decidiu registar nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, imparidade para a totalidade do montante, na rubrica "Imparidade de activos intangíveis" (Notas 5 e 24).

10. Conforme divulgado nas Notas 2.10 2.13 do Anexo em 31 de Dezembro de 2013 a Sociedade tem contabilizados imóveis nas rubricas "Propriedades de investimento" e "Inventários" do balanço, pelos valores totais de 522.809 mEuros e 53.867 mEuros, líquidos de perdas de imparidade e ajustamentos de justo valor (Notas 6 e 8). Apesar das avaliações destes imóveis terem sido preparadas de acordo com as regras da CMVM, a actual conjuntura do País, com reflexos negativos no mercado imobiliário, a escassez de liquidez e o reduzido número de transacções comparáveis no mercado, implicam a existência de uma elevada incerteza quanto à aderência dos pressupostos utilizados nas avaliações preparadas por peritos independentes.
11. As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 são apresentadas pela Sociedade de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós examinadas e a respectiva Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria datado de 25 de Julho de 2013 incluiu reservas por limitação de âmbito e por desacordo relativas aos assuntos descritos no parágrafo 5 acima e duas reservas por limitação de âmbito não aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2013, uma das quais em virtude de no exercício de 2013 o fundo Imoreal ter procedido à alienação do imóvel localizado no Brasil denominado por "Thomas Edison", operação que resultou no apuramento de uma menos valia nas contas do fundo no montante de 1.425 mEuros (Nota 8 do Anexo). Na data de alienação do imóvel encontrava-se a decorrer uma acção de penhora do mesmo e uma acção contra o Fundo, instaurada pelos trabalhadores da entidade que ocupava o imóvel. Com a concretização da venda do imóvel foram assumidas pelo comprador todas e quaisquer contingências futuras relacionadas com as acções judiciais anteriormente referidas, tendo sido condição para a concretização do negócio, com reflexos no valor de venda praticado.
- Relato sobre outros requisitos legais**
12. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2013 e o Relatório do Governo das Sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 3 de Junho de 2014



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por José António Mendes Garcia Barata

Exercício de 2013
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
(Contas Consolidadas)

1. De acordo com o disposto na alínea g) do ponto 1 artigo 420º e no artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre ao Conselho Fiscal emitir relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório de gestão e demonstrações financeiras anexas da associação findo em 31 de dezembro de 2013 da Sociedade Parups, S.A. (adante designada por Sociedade) e subsidiárias, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo seu Conselho de Administração.

2. Os atuais membros do Conselho Fiscal da PARUPS foram eleitos por Deliberação Unânime do Acionista Único datada de 24 de Setembro de 2013.

3. O Conselho Fiscal, no âmbito das competências que lhe estão conferidas, procurou conhecer e fiscalizar os actos de gestão do Conselho de Administração da Sociedade, tendo, entre outras medidas, reunido regularmente com os membros do Conselho de Administração e com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, para além de ter efectuado as reuniões que entendeu necessárias com dirigentes intermédios, designadamente os responsáveis pelas principais Funções ligadas ao Sistema de Controlo Interno (Compliance, Auditoria Interna e Risco). O Conselho Fiscal teve ainda acesso à documentação e aos esclarecimentos que entendeu solicitar para compreender o suporte das decisões tomadas.

O Conselho Fiscal reuniu, durante 2013, 7 reuniões formais.

O Conselho Fiscal nomina a aprofundar o conhecimento sobre a Sociedade e a respetiva atividade, acompanhando, com a periodicidade e extensão consideradas adequadas, tendo em atenção a natureza e amplitude da atividade, o respectivo desenvolvimento.

4. O Conselho Fiscal analisou o Relatório sobre o Bom Governar da Sociedade elaborado pelo Conselho de Administração da PARUPS.

Por força da aquisição pelo Estado Português, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de 100% das ações representativas do capital social da PARUPS, a Sociedade encontra-se sujeta não só aos respectivos Estatutos e às normas legais relativas às sociedades anónimas – designadamente ao Código das Sociedades Comerciais – mas também, entre outras, ao Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado e das Empresas Públicas às normas legais aplicáveis à atividade de gestão e alienação dos ativos adquiridos, ao Código dos Valores Mobiliários e regulamentos da CMVM (na parte relativa às UP que detém), ao regulamento de Fundos de Capital de Risco e ao regime Jurídico dos Fundos de Investimento Mobiliário e, ainda, à legislação referente ao controlo financeiro do Estado exercido pelo Tribunal de Contas.

As normas de Prevenção do Branqueamento de Capitais incluem também a atividade da empresa.

No âmbito interno, o órgão de gestão continuou a adoptar regulamentos evidenciando preocupação com os princípios da segregação de funções e de melhor controlo interno. Nota-se que, pela sua natureza, a Sociedade está também obrigada à elaboração do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Irregularidades Conexas.

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 48/2007, de 28 de março, que definiu os Princípios do Bom Governo, a empresa obriga-se ainda ao cumprimento das orientações estratégicas dadas pelo acionista para a empresa e pelo o Sector Empresarial do Estado.

O Conselho Fiscal avaliou ainda o Modelo de Governo em vigor na PARUPS, sendo da parecer que o mesmo assegura a segregação das funções de administração e fiscalização adequadas às atividades exercidas pela Sociedade.

O Conselho Fiscal registou o elevado grau de cumprimento dos Objectivos assumidos pela equipa de gestão.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do nível de cumprimento das orientações legais por parte da PARUPS, bem como das Notas e detalhes apresentados, a este propósito, pelo Conselho de Administração no seu Relatório sobre o Governo da Sociedade, designadamente, na que se refere aos objetivos e respectivo grau de cumprimento das recomendações de Acionista, estrutura de capital, participações sociais e obrigações de fidúcia, impostos sociais, organização interna (em particular, sistema de gestão e controlo interno, medidas adoptadas na gestão do risco, regulamentos internos e estatutos, código de conduta), deveres de informação, aplicação de reduções remuneratórias, contratação pública e plano de redução de custos e pacote remuneratório do Conselho de Administração.

5. No âmbito das funções previstas no Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal analisou, em articulação técnica com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas, o Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas e a Certificação Legal das Contas, referentes ao exercício de 2013, apresentadas pelo Conselho de Administração da PARUPS, a que foram aprovadas em reunião realizada em 2 de junho de 2014.

6. Com base nos procedimentos que puderam ser desenvolvidos, o Conselho Fiscal, não tomou conhecimento de qualquer dado relevante que pudesse afetar, com materialidade, o seu parecer, conclui que o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e tendo presente o mencionado no ponto 9 deste parecer, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição da Sociedade naquela data.

7. O Conselho Fiscal destaca que

A PARUPS é uma sociedade anónima constituída, em 18 de Setembro de 2010, no âmbito do processo de reestruturação financeira do BPN - Banco Português de Negócios, S.A. ("BPN"), seu acionista único, tendo em vista a privatização daquele Banco e face à decisão de segregar um conjunto de ativos do balanço individual e consolidado do Banco, transferindo-o para três sociedades constituídas para esse efeito, designadas "PAR's" (PARUPS, PARVALOREM e PARPARTICIPADAS).

Neste contexto, a Sociedade adquiriu no "Grupo BPN" um conjunto de imóveis, obras de arte, moedas comemorativas, moedas para coleção e numismática, instrumentos financeiros, quotas e créditos conexos.

Em 2011, a Secretaria de Estado da Tesouro e Finanças aprovou (Despacho 825/11, de 3 de Junho) a aquisição pelo Estado Português da totalidade das ações representativas do capital social da PARUPS, operação que veio a concretizar-se em 14 de Fevereiro de 2012. O Estado Português assumiu, assim, deveres para todos os créditos e obrigações desta Sociedade. Com a concretização da operação cessou a carta-confiata antes prestada pelo BPN e o(s) Conselho(s) de Administração começaram

a partir do exercício de 2011, a luzar reflectir nas demonstrações financeiras, o reconhecimento das irregularidades para as citadas ações adquiridas em 2010.

A partir de 1 de agosto de 2012, com a inicia em funções do atual Conselho de Administração, o ano foi já marcado por profundas mudanças: adaptação ao estatuto de Entidade Pública Reestruturada e integrante do Sector Empresarial do Estado, transformações ao nível organizacional e funcional, instabilidade ao nível dos recursos humanos, alterações dos meios materiais e técnicos disponíveis e procura de soluções adaptadas à atividade de gestão dos ativos sob sua responsabilidade.

A Sociedade pretende gerir e potenciar os ativos sob sua gestão, minimizando as perdas para o colônista num contexto de austeridade, sendo o seu objecto social, em especial, a prestação de serviços de consultoria, aquisição de títulos, de créditos ou imóveis e correlativa gestão.

A PARUPS não dispõe de quadro de pessoal a excepção dos elementos que integram os órgãos sociais da empresa, sendo a sua gestão assegurada pela PARVALGREM.

8. Em termos das contas consolidadas da PARUPS relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, o Conselho Fiscal salienta os seguintes indicadores:

O Activo passou de 859 363 mEuros, mantendo a tendência do exercício anterior e contraindo 13,6% (137.616 mEuros) face a 2012, ano em que ficou atingido 996.978 mEuros, este resultado deveu-se, sobretudo, não só a uma redução de 20.581 mEuros em "Activos Não Correntes" como também a um decréscimo de 63 823 mEuros no "Activo Corrente".

A justificar esta deterioração, observou-se do lado do "Activo não corrente" uma contração em "Propriedades de investimento", entre 2012 e 2013, de 68.307 mEuros (resultante de novas avaliações realizadas em 2013 e da saída da Sociedade Monte da Quinta (Propriedades), S.A., do perímetro da PARUPS) e um decréscimo de 10 257 mEuros em "Investimentos em sociedades" (influenciado principalmente pela contração do capital próprio do Fundo Real Estate - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado em 22.418 mEuros significando uma redução da participação da PARUPS no capital (50%) em 11.209 mEuros).

Do lado do "Activo corrente" as reduções de 78.666 mEuros em "inventários", de 21 783 mEuros em "Outras dívidas de terceiros" e de 15.867 mEuros em "Investimentos" tiveram o papel preponderante. A explicar estas reduções verificamos que no caso de "inventários" foram contabilizadas em 2013 perdas por imparidade para "Mercadorias" no valor de 10 577 mEuros - 8.904 mEuros para as moedas comemorativas do Europeu de futebol de 2004 e 1 673 mEuros adicionais para os quadros do pintor João Miró; a influenciar a mesma rubrica, verificou-se também uma redução de 16 648 mEuros na rubrica "Imóveis" - destaca para a alienação do imóvel na Av. Thomas Edison em São Paulo que contribuiu com 11 984 mEuros para esta rubrica em 2012. A influenciar fundamentalmente a rubrica "Outras dívidas de terceiros", encontramos a reclassificação para "Activo não corrente - Adiantamentos por conta de imóveis" do saldo da rubrica homóloga em "Activo corrente" que registava 39 831 mEuros a 31.12.2013 (referentes a adiantamentos por conta de construções e compra de imóveis, dos quais 38.728 mEuros pertencem aos fundos imobiliários Imoral e Imomaxim); para estes adiantamentos encontra-se registadas perdas por imparidade no montante de 19.519 mEuros. No que concerne à rubrica "Investimentos" observou-se para o exercício de 2013 uma contração em "Instrumentos de dívida - de outros emissores" de 11 782 mEuros e uma redução em "Instrumentos de capital" no valor de 11.597 mEuros.

Esta deterioração no Activo foi apenas contrariada, em muito pequena grau, por um aumento em "Caixa e equivalentes em caixa" no valor de 11.987 mEuros (influenciado maioritariamente por um aumento de 9 101 mEuros em "Depósitos a prazo").

O Passivo ascendeu, em 2013, a 1.838.673 mEuros, o que representa uma redução de cerca de 15.953 mEuros (2.1%) face a 2012 (1.874.826 mEuros).

A influenciar positivamente este resultado encontramos do lado do "Passivo não corrente", reduções em "Empréstimos bancários de longo prazo" de 232.875 mEuros (explicada maioritariamente pela amortização extraordinária no exercício de 2013 no valor de 205.205 mEuros ao empréstimo contratado pela Sociedade junto da CGD), e em "Empréstimos obrigacionistas" no valor de 36.247 mEuros (referente integralmente à perda de valor, face a 2012, das obrigações, integralmente subscritas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., com garantia do Estado Português correspondentes a um empréstimo emitido pela Sociedade com montante a 31-12-2013 de 591.603 mEuros); no que concerne ao "Passivo corrente", e influenciando no mesmo sentido, verifica-se uma redução em "Empréstimos bancários de curto prazo" de 25.235 mEuros (destaque para a redução de 15.814 mEuros em empréstimos contratados junto do BCP, S.A. e de 4.197 mEuros junto do Banco Eftsa), e também em "Outras dívidas a terceiros" no montante de 7.542 mEuros (destaque para as reduções de 6.235 mEuros em "Adiantamentos por conta da venda de imóveis" e de 2.201 mEuros em "Operações de bolsa a regularizar", embora compensada em sentido inverso pelo agravamento em 3.690 mEuros em "Empréstimos obtidos de entidades relacionadas").

Saliente-se ainda no que toca ao passivo da Sociedade, na sua componente de "Passivo não corrente", a rubrica "Outras Dívidas a terceiros", que registou um aumento de 285.770 mEuros neste exercício; este agravamento é explicado pela contabilização de empréstimos concedidos pelo Estado Português, através da Direcção - Geral do Tesouro e Finanças (DGTf), nos montantes, 200.000 mEuros e 83.190 mEuros respectivamente em 24 de Julho de 2013 e 19 de Dezembro de 2013 - registados na rubrica "Empréstimos obtidos de entidades relacionadas" e que foram concedidos com o intuito de amortizar parcialmente o empréstimo contratado junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., no montante de 210.789 mEuros, e ainda para pagamento de juros no montante de 10.469 mEuros.

Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo da rubrica "Passivo corrente - Empréstimos obtidos de entidades relacionadas" continua a incluir, tal como em 2012, um adiantamento efectuado pelo Estado Português à Perupa, S.A. no montante de 35.153 mEuros, que não foi objecto de formalização.

Os Capitais Próprios, negativos, cifram-se em 778.310 mEuros tendo-se degradado 15% (101.662 mEuros) relativamente aos valores apresentados em 2012 (877.648 mEuros, também negativos); consequência não só de um resultado líquido consolidado negativo apurado para o exercício de 2013 de 87.051 mEuros, mas também da incorporação em "resultados transitados" do resultado líquido consolidado do exercício de 2012 (145.825 mEuros, também negativos), situação a que não é uma vez se aplica o artº 35º do Código das Sociedades Comerciais.

O Resultado Líquido consolidado apurado no exercício de 2013 foi negativo em 87.051 mEuros registando-se, porém, uma evolução positiva face ao resultado, também negativo, alcançado no ano anterior (em 2012, o resultado tinha sido 165.825 mEuros, negativos).

Esta diferença no resultado é maioritariamente influenciada pela contração de "Outros custos operacionais" em 29.877 mEuros (destaque para a "Transmissão de imóveis" que neste exercício atingiu 27.900 mEuros traduzindo uma redução face a 2012 de 38.756 mEuros), pela redução na constituição de "Provisões e Perdas por imparidade" (10.542 mEuros em 2013, que compara com 16.719 mEuros em 2012), pela contração em "Custos das vendas - Mercadorias" de 21.063 mEuros (explicada pela saída do perímetro da PayUp Romania S.A., que em 2012 incluía nesta rubrica custos com mercadorias de 15.145 mEuros e pela contração face a 2012 de 8.265 mEuros, nos mesmos custos, de PayUp Polska S.A., entretanto alienada), e pela redução em "Custos e perdas financeiros" no total de 28.064 mEuros (84.637 mEuros em 2013 face a 92.721 mEuros em 2012, maioritariamente associados a juros e encargos associados de empréstimos contratados).

No sentido inverso, com um impacto negativo, verificou-se uma degradação de 22.362 m€uros na rubrica "vendas e prestações de serviços" - também consequência da saída do património da PayUp Romania S.A., que em 2012 gerou receitas de 15.030 m€uros e da redução face a 2012 do contributo gerado pela PayUp Polska S.A. em 4.401 m€uros -, e uma contração em "Resultados relativos a empresas do grupo e associadas" de 9.264 m€uros, motivada pelo desempenho, negativo, do fundo Real Estate - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado que atingiu 11.209 m€uros relativos a proporção da PARUPS.

9. O Conselho Fiscal apreciou ainda o conteúdo da "Certificação Legal das Contas e Relatório da Auditoria" emitido pelo Revisor Oficial de Contas sobre as Contas Consolidadas da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 as quais compreendem o Balanço Consolidado, as Demonstrações de Resultados consolidadas, do Rendimento Integral consolidado, das alterações aos capitais próprios consolidados e dos Fluxos de Caixa consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e o correspondente Anexo.

O Conselho Fiscal chama a especial atenção para as Reservas constantes no ponto 5 e para os Efeitos apresentados nos pontos 7, 8, 9, 10 e 11 da Certificação Legal das Contas e Relatório da Auditoria às Contas do Revisor Oficial de Contas.


10. O Conselho Fiscal ratifica, finalmente, a observação sobre o estado a que chegaram os capitais próprios negativos da Sociedade, sendo em causa a continuidade das operações e determinando a aplicação das normas constantes do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

PARECER:

Todo devidamente ponderado, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral

- a) Aprove o Relatório de Gestão e Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, apresentados pelo Conselho de Administração da PARUPS, tomando em devida conta o exposto nos números 8 e 10 do presente parecer;
- b) Proceça à aprovação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e dele retire as conclusões referidas no artigo 45º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal



David Avelar



Miguel Barros